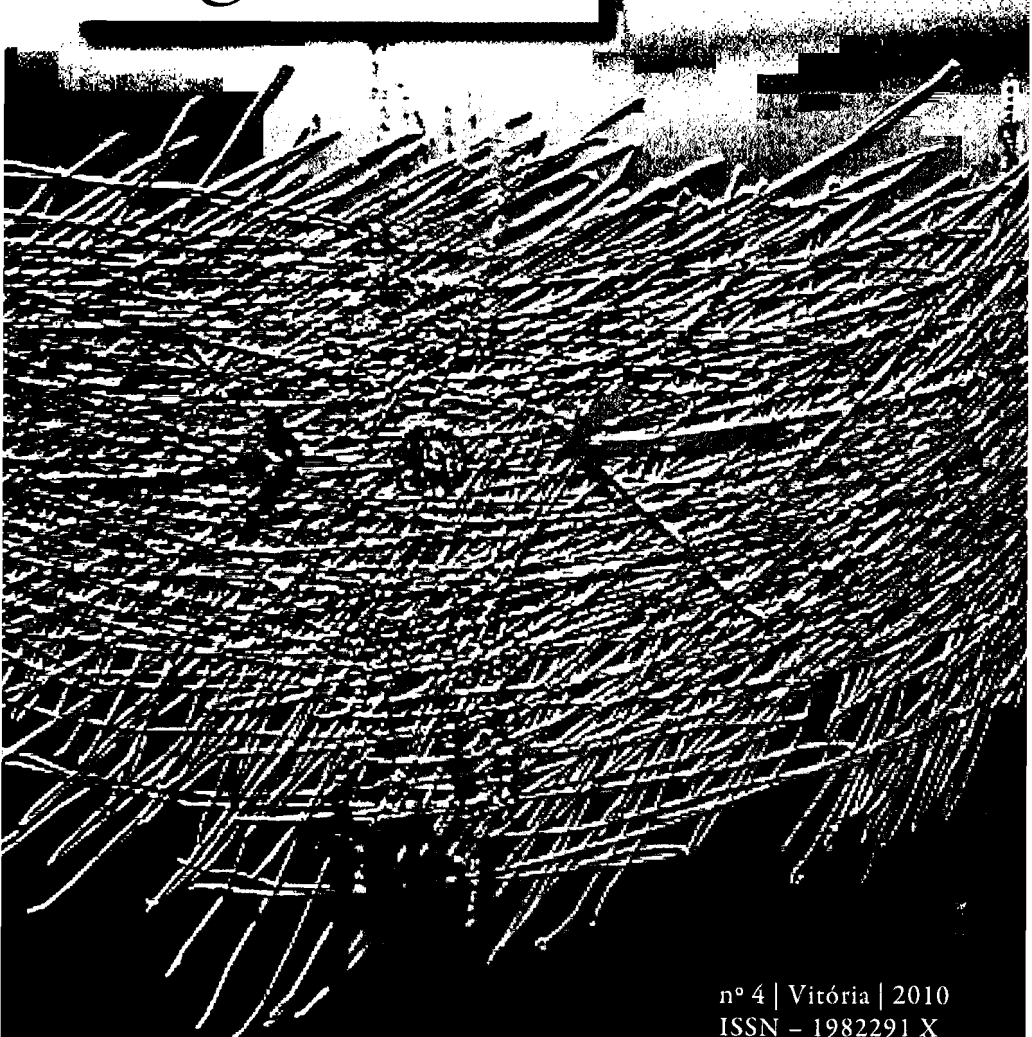


R E V I S T A

CONTEXTOS

linguísticos



nº 4 | Vitória | 2010
ISSN - 1982291 X

Universidade Federal do Espírito Santo
Reitor: Rubens Sérgio Russell
Vice-Reitor: Reinaldo Centoducatte

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitor: Francisco Guilherme Emmerich

Centro de Ciências Humanas e Naturais
Diretor: Edebrande Cavaliere
Vice-Diretor: Iúri Drummond Louro

Departamento de Línguas e Letras
Chefe: Santinho Ferreira de Souza
Subchefe: Mariza Silva de Moraes

Programa de Pós-Graduação em Linguística
Mestrado em Estudos Linguísticos
Coordenador: Alessandro Rodrigues Meireles
Coordenadora Adjunta: Ana Cristina Carmelino

Conselho Editorial

Alessandro Rodrigues Meireles (UFES), Ana Cristina Carmelino (UFES), Edenize Ponso Peres (UFES), Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP), Erasmo D'Almeida Magalhães (USP), Fernanda Mussalim (UFU), Gregory Riordan Guy (New York University), Hilda de Oliveira Olímpio (UFES), Ingedore Grunfeld Vilaça Koch (UNICAMP), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), José Augusto Carvalho (UFES), José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG), Júlia Maria da Costa de Almeida (UFES), Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN), Lilian Coutinho Yacovenco (UFES), Luciano Vidon (UFES), Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria da Penha Pereira Lins (UFES), Maria Regina Momesso (UNIFRAN), Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR), Marina Célia Mendonça (UNESP), Marta Scherre (UNB/UFES), Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Virgínia Beatriz Baesse Abrahão (UFES).

Comissão Editorial

Ana Cristina Carmelino (Presidente), Micheline Mattedi Tomazi (Vice-presidente), Júlia Maria da Costa de Almeida, Lúcia Helena Peyroton da Rocha, Maria da Penha Pereira Lins.

Editores:

Ana Cristina Carmelino
Maria da Penha Pereira Lins
Micheline Mattedi Tomazi

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Gm Gráfica e Editora Ltda
Catalogação:

Revisão: Alessandro Rodrigues Meireles
Revisão geral: Ana Cristina Carmelino e Micheline Mattedi Tomazi

R E V I S T A
CON TEXTOS
linguísticos

Revista do Mestrado em Estudos Linguísticos

nº 4 Vol 1 | Vitória | 2010
ISSN – 1982291X

© 2010 - dos autores
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de qualquer parte
desta publicação, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Revista (Con)Textos Linguísticos
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Centro de Ciências Humanas e Naturais

Av. Fernando Ferrari nº 514
Goiabeiras - Vitória - ES

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS / Programa de Pós-Graduação em Linguística.
Mestrado em Estudos Linguísticos (PPGEL), Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, v. 1, n. 4, Vitória: PPGEL, 2010.
136 p. 22cm

Semestral
ISSN 1982291 X

Linguística

CDU

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
PRIMEIRAS PALAVRAS: UM ESTUDO A PARTIR DOS INVENTÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNICATIVO Claudia Tereza Sobrinho da Silva.....	09
PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS EM CONTATO LINGUÍSTICO E DIALETAL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA Gregory Riordan Guy.....	23
O PERCURSO TEÓRICO DE OSWALD DUCROT NA DEFESA DE UMA ARGUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA Hilda de Oliveira Olímpio.....	37
<i>ETHOS</i> DISCURSIVO E RELIGIOSIDADE: UMA PRÁTICA DE ANÁLISE DE DISCURSO Jarbas Vargas Nascimento Wendell Lessa Vilela Xavier.....	51
"THE SOOTHING EFFECT" - O EFEITO NARCOTIZANTE DO DISCURSO Luiz Antônio Ferreira Marcelo Cesar Cavalcante.....	65
A PROSÓDIA NAS RELIGIÕES DO BRASIL Maria Flávia Figueiredo.....	77
A NOSSA GRAMÁTICA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE GRAMATICAL BRASILEIRA Maurício Silva.....	99
SLOGAN POLÍTICO: <i>ETHOS</i> E POLIFONIA EM QUESTÃO Micheline Mattedi Tomazi Ana Cristina Carmelino.....	111
POLÍTICA EDITORIAL / NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....	131

PRIMEIRAS PALAVRAS: UM ESTUDO A PARTIR DOS INVENTÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNICATIVO

Claudia Tereza Sobrinho da Silva*

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados de um estudo realizado com a aplicação do Protocolo Palavras e Gestos dos Inventários de Desenvolvimento Comunicativo (CDI), adotando uma perspectiva interacionista de aquisição de linguagem. Para a composição do corpus, 27 pais de crianças entre 08 e 16 meses de idade, pertencentes à classe socioescolar A ou B, foram entrevistados. Os dados obtidos permitiram chegar às seguintes conclusões: existe uma assimetria entre a quantidade de itens lexicais compreendidos e a quantidade de itens produzidos; no nível da compreensão, o grupo dos “Nomes Comuns” predomina em todas as faixas etárias, seguido do grupo dos “Predicados”; na produção, as categorias “Sons de Coisas e de Animais”, “Pessoas”, “Objetos e Lugares fora da casa” e “Jogos e Rotinas” dominam até o primeiro ano de vida, sendo que, a partir daí, outras categorias semânticas como “Comidas e Bebidas”, “Palavras de Ação”, “Partes do Corpo”, “Animais” e “Utensílios da Casa” começam a aparecer em maior número. Em linhas gerais, as informações oriundas desta coleta corroboram estudos já realizados, em outras línguas, a respeito dessa fase inicial de aquisição, embora os dados obtidos com o protocolo sejam considerados elevados em comparação com os dados de outros estudos longitudinais e de diário.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição de linguagem. Desenvolvimento lexical. Primeiras palavras. Inventários de Desenvolvimento Comunicativo.

* Professora do Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: claudia.tsobrinho@gmail.com

ABSTRACT

This paper presents the results of a study of the implementation of the Protocol words and gestures of the Communicative Development Inventories (CDI), adopting an interactionist perspective of language acquisition. To make up the corpus, 27 parents of children between 08 and 16 months of age, socio-educational class A or B, were interviewed. The data obtained suggest the following conclusions: the comprehension of lexical items occurs asymmetrically with regards to production; at the level of comprehension, the group “Common Nouns” predominates at all ages, followed by the group of “Predicatives”; in production the categories “Sounds of Things and Animals”, “People”, “Object and Places outside”, and “Games and Routines” predominate up to one year of age, but after that other semantic categories such as “Foods and Drinks”, “Action Words”, “Parts of the Body”, “Animals”, and “Household Items” begin to appear with greater frequency. Generally, the data from this study corroborate previous research performed in other languages regarding this initial stage of language acquisition, although the data obtained with the protocol may be considered high in comparison with data provided by other studies.

KEYWORDS: Language acquisition. Lexical development. First words. Communicative Development Inventories.

INTRODUÇÃO

Para falar e compreender uma determinada língua é de fundamental importância o conhecimento do seu vocabulário e das palavras que o compõem. Entretanto a aquisição – ou aprendizagem – de uma determinada palavra não se resume apenas à aquisição de sua forma; envolve a aquisição de um conjunto de informações (sintáticas, semânticas, morfológicas) a respeito dessa palavra, além do conhecimento da cultura na qual palavras e sujeitos estão inseridos. Outros aspectos como a existência de uma base biológica, fisiológica e neuromaturativa, além do desenvolvimento de determinadas habilidades cognitivas, fazem parte dos pré-requisitos necessários para que esta aquisição se efetive.

O surgimento das primeiras palavras é um evento que vem sendo

reportado e descrito por pais cientistas, de diversas partes do mundo, há pouco mais de um século. A relação dessas primeiras palavras mostra que, independentemente do país, elas são quase as mesmas. Assim, “suco”, “biscoito”, “pão”, “olho”, “nariz”, “boca”, “chapéu”, “sapato”, “fralda”, “carro”, “caminhão”, “cachorro”, “gato”, “bola”, “boneca”, “copo”, “colher”, “escova”, “chave”, “luz”, “dada”, “mamãe”, “papai”, “bebê”, “cima”, “fora”, “abre”, “não”, “oi”, “tchau”, além de alguns sintagmas formulaicos como “que é isso” e “olha isso” são as mais freqüentemente atestadas (CLARK, 1979; PINKER, 2002). Partindo desse surgimento, muitos pesquisadores procuram investigar a forma como cada uma dessas palavras é utilizada nos primeiros anos de vida; como se processa a construção do signo lingüístico e de que forma as crianças trabalham com os significados deste; a relação existente entre habilidades cognitivas e a aquisição de determinados vocábulos; a influência do meio e da interação na construção do vocabulário, o modo como o falante tem acesso à palavra que deseja pronunciar, entre muitos outros aspectos. Enfim, os estudos voltados para a questão do desenvolvimento lexical inicial (DLI) procuram tentar explicar a forma como a criança, sem nenhuma instrução formal, torna-se capaz de utilizar, de forma adequada e eficaz, as palavras que fazem parte da língua de sua comunidade.

No entanto, verificar os padrões de compreensão e de produção de crianças tão novas – de 8 a 16 meses de idade – não é tarefa das mais fáceis. Essa dificuldade não diz respeito apenas a uma dificuldade de interação. Apesar de uma palavra ser considerada adquirida quando a criança é capaz de apontar, de segurar, de trazer, de oferecer ou de executar qualquer ação com o objeto solicitado, assim como olhar ou voltar-se para ele mais uma vez, o real entendimento de uma palavra, i.e., saber se a criança compreende a palavra “bola” da mesma forma que os adultos a compreendem é uma incógnita. Essa tarefa exige a análise de diversos fatores, como, por exemplo, o contexto de compreensão e de uso, já que a literatura atesta casos de palavras que só são compreendidas e/ou produzidas em um único e determinado contexto; ou palavras que são utilizadas para uma série de outros elementos parecidos como, por exemplo, a produção da palavra “bola” para se referir a outros objetos redondos ou circulares. Um outro fator é a análise do meio sociolingüístico da criança e de suas relações interativas, visto que a entrada lingüística, e mais especificamente, a quantidade de entrada lingüística diretamente dirigida na relação adulto-criança é fundamental

para a aquisição de novas palavras.

Embora existam estudos realizados a respeito dessa fase inicial em várias línguas, a maioria publicada e divulgada é referente a crianças adquirindo a língua inglesa. Praticamente inexitem estudos e listas desse tipo em português, principalmente tendo como foco crianças tão novas. A necessidade de estudos nesta área se torna cada vez mais imediata, já que há o interesse em se investigar, através do cruzamento de dados de diversas línguas, as semelhanças e diferenças no processo aquisicional empreendido por falantes de línguas estruturalmente distintas – investigação esta que tem contribuído para o estudo da existência e da natureza de princípios operacionais básicos de desenvolvimento lingüístico.

Esse fator, aliado à necessidade e à urgência da adaptação para o português brasileiro de um instrumento, o Inventário de Desenvolvimento Comunicativo: Protocolo Palavras e Gestos, desenhado para obter informações a respeito do curso do desenvolvimento lexical inicial para ser utilizado, não apenas em pesquisas mas também como um instrumento para fins de tratamento clínico, foram os propulsores desta pesquisa. Desta forma, reunir, na medida do possível, informações a respeito do curso do desenvolvimento lexical inicial em língua portuguesa, fornecendo, ainda que sem um caráter normativo, um perfil desse desenvolvimento no processo de aquisição do português brasileiro, constituiu o nosso grande foco de interesse. O presente artigo apresenta, portanto, resultados referentes à aplicação do Protocolo Palavras e Gestos do Inventário de Desenvolvimento Comunicativo.

Tal protocolo possui uma série de limitações no que se refere aos tipos de informações que podem ser obtidas a partir de sua aplicação, conforme será visto a seguir. Assumindo essa limitação, adotaremos, aqui, na medida do possível, uma perspectiva interacionista de aquisição de linguagem, partindo do princípio de que o desenvolvimento lingüístico, assim como o desenvolvimento lexical, são decorrentes da interação social e da troca comunicativa entre a criança e os seus interlocutores, ou seja, é da interação com o outro que a criança aprende aquilo que, em breve, ele será capaz de fazer sozinho. São nas seqüências interacionais/dialógicas, nas quais criança e adulto participam, que as crianças encontram os elementos para a construção do seu vocabulário (BRUNER, 1983). Assim sendo, o desenvolvimento lexical – nosso foco de interesse, dentro de uma perspectiva interacionista, não pode ocorrer isolado

das experiências infantis sociointeracionais. Ao contrário: são essas experiências que fornecerão à criança as formas lexicais convencionais que elas adquirem durante esse período inicial.

O PROTOCOLO PALAVRAS E GESTOS: BREVE DESCRIÇÃO

Os Inventários de Desenvolvimento Comunicativo (Communicative Development Inventories - CDI's) foram desenvolvidos após, aproximadamente, 15 anos de pesquisa por estudiosos interessados em desenvolver um instrumento que fosse capaz de fornecer informações sobre o curso do desenvolvimento lingüístico, desde os primeiros sinais gestuais não-verbais até a expansão do vocabulário inicial e o início da gramática, sendo a princípio elaborado para fins de pesquisa e, posteriormente utilizado para fins clínicos (FENSON et al., 1993). Para a composição dos protocolos, os pesquisadores basearam-se em estudos já realizados, como os de Bates et al. (1979), Benedict (1979), Rescorla (1981), entre outros, além dos trabalhos desenvolvidos por Piaget. Listas de frequências de compreensão e produção de palavras e gestos, realizadas por J. Steven Reznick, em 1988, e Bates e seus alunos no mesmo ano, foram utilizadas como fontes alternativas (TEIXEIRA, 2000).

O protocolo Palavras e Gestos refere-se à medição da compreensão e produção lexical e ao uso de gestos por crianças de 8 a 16 meses. É composto por duas partes. A primeira, na versão em língua inglesa (versão americana) tomada como referência, é composta por 4 seções:

- 1) a Seção A, Primeiros Sinais de Compreensão, contém três perguntas que têm a finalidade de verificar se a criança já começou a responder à linguagem;
- 2) na Seção B, Frases, composta por 28 frases, os pais são solicitados a indicar aquelas que sua criança entende;
- 3) a Seção C contém duas perguntas: uma sobre a frequência de imitação da criança e outra sobre a frequência de nomeação;
- 4) a quarta Seção D, a maior do formulário, é composta por uma lista de 396 itens organizados em 19 categorias semânticas. Dez destas categorias incluem substantivos (1. "nomes de animais"; 2. "veículos"; 3. "brinquedos"; 4. "comida e bebida"; 5. "roupas"; 6. "partes do corpo"; 7. "móveis e aposentos"; 8. "utensílios

da casa”; 9. “objetos e lugares fora de casa” e 10. “pessoas”). As outras categorias incluem 11. “efeitos sonoros e sons de animais”, 12. “jogos e rotinas”; 13. “verbos”; 14. “qualidades e atributos”; 15. “pronomes”; 16. “palavras interrogativas”; 17. “preposições e locativos”; 18. “quantificadores” e 19. “palavras de tempo”. Esta seção foi planejada para que os pais indiquem as palavras que seus filhos apenas compreendem e aquelas que eles compreendem e produzem. Uma tentativa de realizar uma investigação do tipo: produz mas não compreende foi realizada, porém sem grandes sucessos, pois os pais não conseguiam fazer tal distinção (FENSON et al., 1993; BATES; DALE; THAL, 1997).

A segunda parte focaliza ações e gestos. São, ao todo, 63 gestos, organizados em 6 categorias (FENSON et al., 1993), a saber: Primeiros Gestos Comunicativos; Jogos e Rotinas; Ação com Objetos e Imitando Ações de Outros Adultos; Fingindo ser pai ou mãe e Fingindo Objetos. Os CDI's adotam como metodologia de coleta o relato parental, pois os elaboradores acreditam haver uma série de vantagens nas informações provenientes deste tipo de metodologia (cf. FENSON et al., 1993). No entanto, essa é duramente criticada. Para alguns pesquisadores, não é muito provável que o CDI possa fornecer uma boa avaliação de compreensão inicial tendo em vista (a) a dificuldade de determinar, a partir de uma única observação, se a criança realmente compreende uma palavra. Como resultado, pode haver uma tendência dos pais a superestimar a compreensão, particularmente no primeiro ano de vida; (b) o fato de o relato dos pais, segundo alguns pesquisadores, mesmo quando complementado por entrevista, não providenciar informação detalhada sobre o contexto preciso no qual a palavra é compreendida e utilizada, dificultando a categorização das palavras.

Além disso, os CDI's possuem uma série de limitações, como reconhecem os próprios elaboradores (cf. BATES; DALE; THAL, 1997). Diversas são as informações a respeito do DLI que não são possíveis de serem investigadas a partir, unicamente, dos dados provenientes do protocolo: informações sobre o desenvolvimento fonológico e sobre frequência de uso de determinado tipo de palavra; não permitem a distinção entre imitação e fala espontânea nem a especificação da extensão dos contextos nos quais as palavras são usadas (uso flexível, presas ao contexto ou frases memorizadas), partindo do pressuposto de

que todas as palavras são referenciais; não permitem, também, verificar casos de super e subextensões, nem verificar a incidência de palavras que são produzidas sem serem compreendidas. Porém, é possível obter "uma visão excepcionalmente clara das mudanças evolutivas dos 8 aos 30 meses de idade e podemos estabelecer os limites de variação, nos níveis de desenvolvimento e entre eles" (BATES; DALE; THAL, 1997, p. 89).

CORPUS

Para compor o corpus da pesquisa, 27 pais de crianças entre 8 e 16 meses de idade, três para cada faixa etária, de ambos os sexos, residentes em Salvador – BA, foram contactados. Além do fator idade, um outro fator foi levado em consideração: o nível de escolaridade dos pais. Desta forma, ao menos um dos pais deveria ter ou o nível médio completo (2º grau) ou o nível superior (completo ou não). Na maior parte, os protocolos, 20 ao todo (74,1%), foram respondidos pelas mães. Apenas 4 (14,8%) foram respondidos pelos pais. Os outros três (11,1%) foram preenchidos (a) pelos dois pais, (b) por uma tia e (c) pelos pais com o auxílio da babá.

RESULTADOS

Existe uma assimetria entre a quantidade de itens lexicais compreendidos e a quantidade de itens produzidos (corroborando informações provenientes dos estudos desenvolvidos por BENEDICT, 1979; BARRET, 1993, 1986; BATES et al., 1997; HARRIS et al., 1995). De um modo geral, os dados mostraram que, a partir dos 8 meses de idade, as crianças já compreendem o próprio nome, deixam de fazer o que estão fazendo quando ouvem um "não" e procuram pelos pais quando ouvem alguém chamá-los, corroborando informações a respeito desta fase inicial de aquisição. A imitação das coisas que escutam inicia-se por volta dos 10 meses de idade, não sendo atestada como regular e começam a nomear as coisas que vêem ao passear pela casa por volta de 1 ano de idade, tendo sido atestado em alguns sujeitos e noutros não.

A análise das informações provenientes da segunda parte, que tem

como foco as ações e os gestos comunicativos, mostra que não há, em linhas gerais, uma seqüência ordenada para o início de brincadeiras, i.e., são poucas as atividades que serão atestadas em todos os sujeitos de uma determinada fase que continuarão pelas fases seguintes, evidenciando a existência de diferenças individuais, quer no nível lingüístico, quer no nível cognitivo.

No que diz respeito ao léxico, as informações podem ser resumidas da forma especificada a seguir:

Na compreensão, a categoria lexical mais freqüente em todas as faixas etárias da amostra foi a dos “Nomes Comuns”, seguida pela categoria dos “Predicados”. Entretanto a análise das categorias semânticas mostra que as “Palavras de Ação” são as mais freqüentes, seguidas das categorias “Utensílios da Casa”, “Comidas e Bebidas” e “Móveis e Aposentos” (cf. Gráfico 1). A média de compreensão aos 8 meses é de, aproximadamente, 66 palavras e a média aos 16 é de, aproximadamente, 190 (cf. Gráfico 2). Quanto à produção, crianças de 8 meses já estão, segundo os pais, produzindo fala significativa. Neste nível, a categoria lexical mais freqüente foi a dos “Nomes Comuns” seguida das categorias excluídas, intituladas “Outras”. A análise das categorias semânticas, isoladamente, mostra que a categoria “Pessoas” é a mais freqüente, seguida das categorias “Comidas e Bebidas”, “Sons de Coisas e de Animais” e das “Palavras de Ação” (Cf. Gráfico 1). A média de produção aos 8 meses é de 2 palavras aumentando para, aproximadamente, 76 aos 16 meses (cf. Gráfico 2).

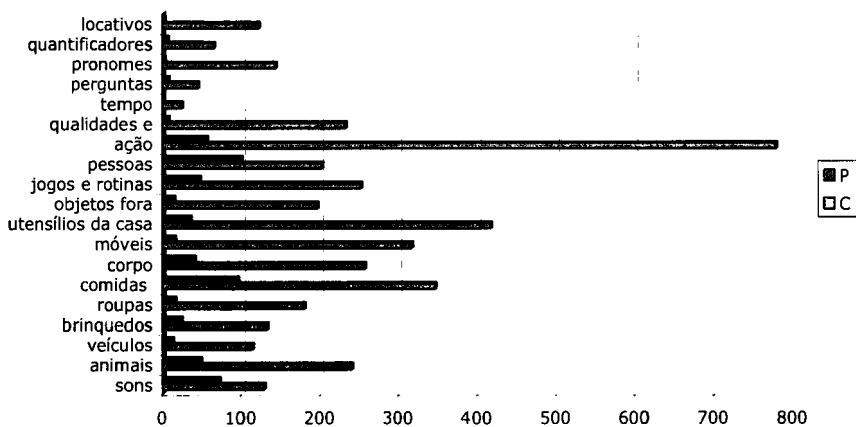


Gráfico 1 – Categorias lexicais e semânticas mais frequentes.

Compreensão X Produção

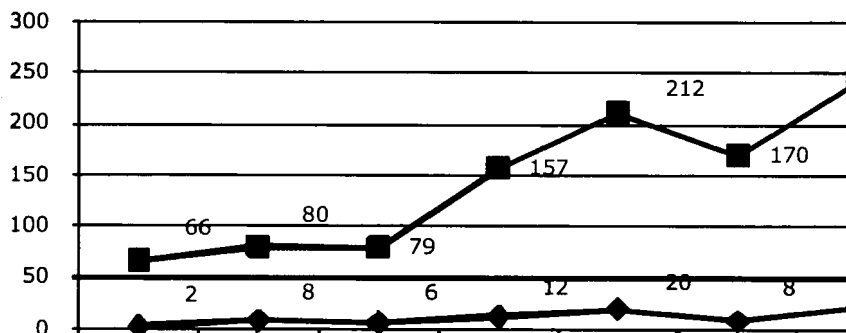


Gráfico 2 – Média de compreensão e de produção das 9 faixas etárias.

Os itens recorrentes na fase inicial do desenvolvimento lexical em crianças adquirindo o português brasileiro são semelhantes aos itens de crianças adquirindo o inglês, confirmando especulações de estudiosos que acreditam que nesta fase inicial as crianças adquirem, basicamente, as mesmas palavras. Assim, “suco”, “biscoito”, “pão”, “olho”, “nariz”, “boca”, “chapéu”, “sapato”, “fralda”, “carro”, “caminhão”, “cachorro”, “gato”, “bola”, “boneca”, “copo”, “colher”, “escova”, “chave”, “luz”, “dá”, “mamãe”, “papai”, “bebê”, “cima”, “fora”, “abre”, “não”, “oi”, “tchau”, comumente registradas em diários parentais a respeito de crianças adquirindo a língua inglesa (cf. CLARK, 1979; PINKER, 2002), também o foram neste estudo, com algumas poucas exclusões e acréscimos.

Embora não existam informações mais detalhadas a respeito do ambiente da criança, da sua relação com os pais e/ou outros adultos que fazem parte do seu dia-a-dia, os dados anteriormente apresentados parecem confirmar a assertiva de que as primeiras palavras estão ligadas a situações que ocorrem regularmente nas brincadeiras e intercâmbios sociointerativos. Um exemplo disso foi a “queixa” de uma das mães durante a leitura dos itens do formulário, já que, segundo ela, a sua criança não conhecia muitos dos itens ali presentes por fazer parte do seu ambiente familiar palavras e objetos relacionados ao teatro, como “palco”, “cenário”, “platéia”, já que seus pais, atores, ensaiam constantemente na sua casa e as brincadeiras rotineiras são encenações. Ademais, palavras como “calcinha”, “vestido”, “saia”, entre outras,

quando atestadas como compreendidas, o foram apenas pelas meninas ao passo que “cueca”, “tambor” por meninos. Obviamente, itens que não fazem parte da casa como “computador”, “escada”, “cadeira de balanço”, “cercadinho”, entre outros, não são assinalados como reconhecidos.

Quanto à produção, os dados também parecem confirmar a hipótese de que as primeiras palavras estejam ligadas ao início do comportamento meio-fins, i.e., o ingresso no estágio 5, sustentando a suposição de que muitos desses primeiros usos tenham uma função diretiva.

Interessante verificar como a produção de itens outros que não aqueles que parecem estar relacionados com as necessidades e/ou interesses imediatos da criança aparecem, com maior frequência, apenas após os 12 ou 13 meses de idade, como é o caso de palavras das categorias “Animais”, “Brinquedos”, “Roupas”, “Partes do Corpo”, “Móveis e Aposentos”, “Objetos e Lugares fora de Casa”, “Palavras de Ação”, “Qualidades e Atributos”, “Perguntas”, “Quantificadores” e “Locativos”, coincidindo com o início da atividade de nomeação de objetos, de forma espontânea, ao passear pela casa, por exemplo. Entretanto vale a pena recordar o fato de não se ter informações a respeito da natureza dessas primeiras palavras, i.e., se são usadas de forma presa ao contexto ou de forma referencial.

Parece realmente existir uma dificuldade no entendimento do objetivo da pesquisa. Esta dificuldade torna-se mais evidente em categorias como “Palavras de Ação”, na qual muitas vezes os pais confundem compreender a palavra com executar a ação. Desta forma, freqüentes eram as necessidades de explicar que não é o executar a ação, mas o compreender da palavra. Além disso, muitas categorias como “Pronomes”, “Palavras de Tempo”, “Qualidades e Atributos”, “Locativos” e “Quantificadores” já eram logo descartadas pelos pais antes da leitura de todos os itens, evidenciando um certo desconforto com a demora da aplicação.

CONCLUSÃO

No que se refere ao desenvolvimento lexical, em linhas gerais, as informações oriundas desta coleta corroboram estudos já realizados a respeito dessa fase inicial de aquisição. Contudo, tendo em vista as

limitações desse instrumento enquanto ferramenta utilizada para traçar um perfil de desenvolvimento linguístico, além das limitações decorrentes da sua metodologia de coleta, o tratamento dos dados dele provenientes merece bastante cautela. Desta forma, as considerações que aqui são apresentadas não devem ser tomadas como normas e/ou padrões de desenvolvimento lexical durante o processo de aquisição do português brasileiro, e, sim, como resultado de um esboço de um perfil, traçado a partir de estudo preliminar que, apesar de uma quantidade razoável de sujeitos – se comparado com alguns estudos que tomam como referência o desenvolvimento de uma única criança –, necessita, devido, em muito, ao instrumento e à metodologia de coleta adotados, de um estudo mais amplo para que se possa fornecer, de forma mais confiável, informações normativas.

Os dados não mostram a existência de diferenças significativas nos dados, com relação à variável classe sócio-escolar dos pais – embora a quantidade de crianças seja pequena e tal fator necessite de uma investigação e de uma análise mais aprofundada. De uma maneira geral, os achados são basicamente os mesmos, tanto com relação aos estudos relativos a crianças adquirindo outras línguas, quanto em relação às próprias crianças deste *corpus*. A diferença parece incidir no que diz respeito à quantidade de palavras compreendidas e produzidas e à velocidade de aquisição. Assim, apesar de haver um certo padrão, uma certa rota no processo de aquisição, a variação existente dentro desse padrão é enorme. Um instrumento como o CDI parece aumentar ainda mais essa variação, já que não provê diversas informações, como a tão necessária análise do contexto (quer de compreensão, quer de uso). A falta dessa informação, aliada à dificuldade de entendimento, por parte dos pais – independentemente da classe sócio-escolar à que pertencem – do que se entender por “primeiras palavras”, acarreta, na maior parte dos casos, uma superestimação da capacidade linguística do seu filho. Este fato traz como consequência altos percentuais, principalmente no que se refere à produção, como os atestados para os 8 e 9 meses de idade. Apesar de não investigar a interação adulto-criança, os dados obtidos a partir da aplicação do CDI parecem confirmar a premissa de que o desenvolvimento lexical não pode ocorrer isolado das experiências infantis sociointeracionais, sendo essas experiências as responsáveis por fornecer à criança as formas lexicais convencionais que elas adquirem durante esse período inicial. Assim, uma vez que os pais e/ou outros

interlocutores recorrentes são figuras-chave na socialização, o processo de aquisição não pode estar centrado unicamente na criança – o que torna a aquisição da linguagem um processo socialmente distribuído (VYGOTSKY, 1998) – visão essa que também é amparada por uma Abordagem de Socialização da Linguagem (cf. OCHS; SCHIEFFELIN, 1997). Daí a necessidade de investigarmos todo o contexto interacional, além do contexto de compreensão e de produção de palavras e enunciados.

As limitações realmente existem, contudo a necessidade de um estudo normativo se faz presente, não apenas para a normatização do instrumento, que parece possuir um grande valor e uma grande utilidade na área clínica, como também devido a uma necessidade de informações a respeito de padrões, ainda que bastante limitados qualitativamente, durante o processo de desenvolvimento lexical inicial na aquisição do português brasileiro, a fim de se confrontarem dados provenientes de diversas línguas.

REFERÊNCIAS

BARRET, M. Early language development. In: SLATER, A.; BREMNER, C. (Ed.) *Infant development*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1993, p. 211-241.

BATES, E. (ed.) *The emergence of symbols: cognition and communication in infancy*. New York: Academic Press, 1979.

BATES, E.; DALE, P. S.; THAL, D. Diferenças individuais e suas implicações para as teorias do desenvolvimento da linguagem. In: FLETCHER, P, MACWHINNEY, B. *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 87-130.

BENEDICT, H. Early lexical development: comprehension and production. *Journal of Child Language*, Cambridge University Press, n 6, 1979, p. 183-200.

BRUNER, J. *Child's talk: learning to use language*. Oxford University Press, 1983.

CLARK, E.V. Building a vocabulary: words for objects, actions, and relations. In: FLETCHER, P.; GARMAN, M. (Ed.). *Language acquisition: studies in language development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 149-160.

FENSON, L. et al. *MacArthur Communicative Development Inventories: user's guide technical manual*. San Diego, California: Singular Publishing Group, 1993.

HARRIS, M. et al. Symmetries and asymmetries in early lexical comprehension and production. *Journal of Child Language*, Cambridge University Press, n. 22, 1995, p. 1-18.

OCHS, E.; SCHIEFFELIN, B. O impacto da socialização da linguagem no desenvolvimento gramatical. In: FLETCHER, P., MACWHINNEY, B. *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 69-84, 1997.

PINKER, S. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 333-378.

RESCORLA, L. Category development in early language. *Journal of Child Language*, Cambridge University Press, n. 8, p. 225-38, 1981.

TEIXEIRA, E. R. A adaptação dos Inventários MacArthur de Desenvolvimento Comunicativo (CDI's) para o português brasileiro. In: *Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN*. Taciro - Produção de CDs Multimídia, 2000. 479 - 487.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS EM CONTATO LINGUÍSTICO E DIALETAL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Gregory Riordan Guy*

RESUMO

A população estado-unidense inclui números altos de falantes de línguas e dialetos distintos do inglês padrão. As mais numerosas destas comunidades linguísticas minoritárias são os falantes do inglês afro-americano (o dialeto estigmatizado falado pela maioria de negros americanos), e os hispânicos, que incluem falantes de espanhol, e de dialetos distintos de inglês. A ideologia e a política linguística dominante dos Estados Unidos estigmatizam e desprezam estas variedades não-padrão, com resultados altamente negativos para os falantes e as comunidades minoritárias, tais como subdesempenho educacional e exclusão social. Estas políticas são efetivamente equivalentes a violações dos direitos humanos básicos.

PALAVRAS-CHAVE: Política linguística. Preconceito linguístico. Contato linguístico. Inglês afroamericano.

ABSTRACT

The population of the United States includes substantial numbers of speakers of languages and dialects that differ from standard English. The largest of these linguistic minority communities are speakers of African-American English (the stigmatized dialect spoken by a majority of African Americans), and Hispanics, among whom there are speakers of Spanish, and of distinctive dialects of English. The dominant linguistic

* Department of Linguistics, New York University - 10 Washington Place - New York, NY 10003.
E-mail: gregory.guy@nyu.edu.

ideology and language policy in the US stigmatizes and devalues these non-standard varieties, with highly negative consequences for minority speakers and communities, such as educational underperformance and social exclusion. These policies are effectively equivalent to violations of basic human rights.

KEYWORDS: Linguistic policy. Linguistic prejudice. Linguistic contact. African American English.

INTRODUÇÃO¹

Os Estados Unidos da Norte América, vistos de fora, são muitas vezes percebidos como um país essencialmente monolíngüe, onde quase todo mundo fala inglês. Mas esta percepção é errada. Existem de fato muitos grupos linguísticos minoritários no país que falam outras línguas, por exemplo, grupos de imigrantes recentes, e povos indígenas, que mantêm o uso de suas línguas ancestrais, como, por exemplo, os Navaho e os Hopi.

Entre estes grupos linguísticos minoritários, dois se destacam, por contar com uma porcentagem da população norte-americana bem mais alta do que os outros grupos: estes são os afro-americanos, falantes do chamado inglês afro-americano (IAA), e os hispânicos ou latinos, que incluem, além dos imigrantes recentes da América Latina, um número substancial de cidadãos norte-americanos, por exemplo, muitas pessoas de antecedentes mexicanos ou porto-riquenhos. No total, estes dois grupos compõem quase um quarto da população norte-americana, dos quais uma grande parte (provavelmente acima de 15% da população norte-americana) não é falante do inglês padrão.

Em geral, as atitudes linguísticas frente a estes povos e às suas

¹ Este texto é fruto de uma palestra proferida na UFES no I SEMINÁRIO DE SOCIOLINGÜÍSTICA, no período de 07 a 11 de junho de 2010, organizado pelas professoras Maria Marta Pereira Scherre e Lilian Coutinho Yacovenco, uma promoção do PPGEL/NUPLES, com o apoio da PRPPG, do CCHN e do DLL. A palestra, aberta à comunidade, ocorreu no dia 9 de junho, das 9h às 11h, no Salão Rosa – CCJE, sob o título "Variedades linguísticas minoritárias nos EUA: percepção, política e preconceito", e contou com a participação significativa dos alunos e professores do DLL.

línguas não-inglesas ou não-padrão não são positivas. A ideologia nacional dominante, em questões do tratamento dos povos e línguas não-padrão, é a do *melting pot* – isto é, uma ideologia assimilatória, em que os povos e línguas imigrantes devem derreter na panela americana e perder a sua identidade distinta a se misturar no caldo americano. Esta ideologia prevê que, ao longo do tempo, as minorias culturais e linguísticas devem se assimilar à cultura americana e à língua inglesa, eliminar qualquer identidade distinta. Portanto, enquanto as línguas ou dialetos distintos continuam a existir, eles são vistos como um peso a ser abandonado, um problema a ser resolvido, ou até uma ameaça à unidade nacional.

O *melting pot* e os seus processos assimilatórios de fato descrevem justamente o que aconteceu com muitas das línguas e culturas que se encontraram no EUA, ou por imigração voluntária; ou, no caso dos povos indígenas, por conquista. Vieram imigrantes europeus não-ingleses, por exemplo, alemães, noruegueses, escoceses, franceses, etc., em grandes números durante os séculos XVII, XVIII e IX, mas os descendentes atuais destes grupos têm agora pouca distinção cultural e as línguas ancestrais deles quase não existem mais. Na minha família, por exemplo, o sobrenome Guy foi levado à América do Norte por franceses protestantes, os Huguenots, que vieram depois de serem expulsos da França em 1693, mas, na história oral da família do meu pai, não há nenhuma menção duma identidade francesa ou do uso da língua francesa. Meu segundo nome é Riordan, que é o sobrenome dum bis-bis-bis-bis-avô meu (quatro bis) irlandês, conhecido como Patrick Riordan, que emigrou da Irlanda após a grande fome da década dos 1840, provocada pela destruição da safra de batata por um vírus, em que morreram mais de um milhão de irlandeses. Na época, dois terços da população irlandesa falavam a língua céltica irlandesa, mas não é mencionada na história oral da família se este meu antepassado falava irlandês; de qualquer forma, ele se casou com uma mulher americana de descendência inglesa, e se assimilou logo. Então, na minha família, como nas famílias de muitos outros norte-americanos, aconteceu mesmo assimilação linguística e cultural, e a perda total de uma identidade distinta de francês ou irlandês.

Então, de um ponto de vista, a ideologia assimilacionista dos EUA reflete esta experiência histórica de uma parte da população do país. Mas devemos perguntar, como é que tal abordagem trata as pessoas que

não são assimiladas? Por exemplo, a população afro-americana continua sendo um grupo bem distinto, apesar de estar no país há séculos, igual aos europeus. Neste caso, a não-assimilação é consequência, pelo menos em parte, de preconceito e racismo. Os brancos que trouxeram os africanos à América como escravos não quiseram permitir que eles se tornassem iguais aos outros membros da sociedade nem que participassem da vida social em geral. A resultante da segregação e isolamento social da população negra é a condição essencial para a criação e manutenção de uma identidade linguística distinta para esta população, o IAA.

Outros grupos não-assimilados resultam da imigração contínua – sempre vêm mais falantes de outras línguas, e os recém-chegados inevitavelmente vão demorar, talvez, uma ou duas gerações, para derreter na panela linguística americana. Os hispanos são um destes grupos. Há milhões de imigrantes da América Latina nos EUA, falantes de espanhol, além de milhões de cidadãos americanos que também são falantes nativos de espanhol, por exemplo, os porto-riquenhos, e muitos chicanos e tejanos, descendentes dos habitantes originais do território mexicano que foi conquistado pelos EUA na Guerra de 1848, os atuais estados de Califórnia, Texas, Arizona, Colorado, etc. Quais são as opções para estas pessoas, que não necessariamente querem se assimilar aos ianques? E como é que elas são tratadas e vistas pela sociedade dominante? Quero apresentar uns aspectos do status social destes dois grupos, os afro-americanos, e os hispânicos nos EUA, focalizando o preconceito que eles enfrentam, e as políticas linguísticas e as consequências sociais que resultam deste preconceito.

AS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS DOS AFROAMERICANOS E HISPÂNICOS

Começamos com uma breve descrição das variedades linguísticas usadas por estes dois grupos. A língua – ou dialeto (sendo isto um elemento do debate) – da maioria dos negros dos EUA é uma variedade conhecida por linguistas como inglês afro-americano (IAA), e também conhecida como Ebonics, Black English, e Street Speech, entre outras denominações. Embora o IAA use um vocabulário quase todo compartilhado com o inglês padrão da população branca, existem diferenças profundas entre os dois no sistema de tempo/modo/aspecto

verbal, em processos morfológicos verbais e nominais, e na fonologia. Há livros e pesquisas suficientes para formar bibliotecas inteiras sobre o IAA (cf., por exemplo, Labov (1972), Dillard (1973), Baugh (1983), Rickford (1999), Poplack (2000), Poplack & Tagliamonte (2001)), demonstrando que ele é diferente das variedades usadas pela maioria dos brancos, e que quase todo norteamericano sabe reconhecer e identificar esta variedade, e associá-la com pessoas de descendência africana.

Cito apenas alguns exemplos das características distintas desta variedade. Alguns dos mais salientes aparecem no sistema verbal, que possui vários traços ausentes de outros dialetos, por exemplo:

- 1) Um passado remoto contrastando com um passado simples (exemplos em 1a e 1b):
 - 1a. I ate my lunch. ('Comi o meu almoço', passado simples)
 - 1b. I BIN ate my lunch. ('Comi o almoço faz muito tempo', passado remoto)

- 2) Omissão opcional da cópula (variação entre 2a e 2b):
 - 2a. He's my friend. She's happy. They're eating lunch. ('Ele é meu amigo. 'Ela está/é feliz.' 'Eles estão lanchando')
 - 2b. He my friend. She happy. They eating lunch ('Ele meu amigo.' 'Ela feliz.' 'Eles lanchando')

- 3) Uma construção habitual indicada por *be* (exemplos em 3a e 3b):
 - 3a. April (is/'s/Ø) dissing you. ('April está falando mal de ti (agora)')
 - 3b. April be dissing you. ('April fala mal de você habitualmente, o tempo todo')

Na morfologia, há características como:

- 4) Ausência de marcas do genitivo:
 - 4a. Tom book; Obama name (cf. padrão: Tom's book, Obama's name. 'Livro de Tom'; 'Nome de Obama')

- 5) Ausência de marcas da terceira pessoa do singular:
 - 5a. He think he so bad. She like you. (cf. padrão: thinks, likes. 'Ele pensa ser tão mau.' 'Ela gosta de você')

Na fonologia, podemos citar elementos como o ensurdecimento e/ou glotalização de consoantes finais (had> [hæt], bag> [bæk?]), e o uso de uma gama muito ampla de variação na frequência fundamental na entoação.

Lógico, esta variedade não é a língua falada por toda pessoa norte-americana com antepassados africanos, mas somente por pessoas que cresceram em famílias e comunidades em que se fala o IAA. O presidente Obama, por exemplo, não a fala, porque cresceu numa família branca. E, também, nem todo mundo que fala esta língua é negro: brancos que vivem em comunidades e famílias que falam IAA também a adquirem e a usam. Mas a associação entre a variedade e o grupo afroamericano continua sendo muito forte. A situação demográfica é que os afroamericanos totalizam uns 12% da população, e a grande maioria destes falam, ou pelo menos, dominam, uma versão ou outra da IAA.

Entre os hispânicos, a situação linguística é mais complicada. Imigrantes recentes muitas vezes não falam inglês, e muitas famílias continuam a usar o espanhol, pelo menos dentro da comunidade, por gerações e mais gerações de descendentes. Mas os hispânicos incluem outras pessoas, bilíngues em espanhol e inglês, e até monolíngues em inglês. Este povo também está experimentando assimilação e mudança de língua (language shift). Então, os hispânicos nos EUA, que também são aproximadamente uns 12% da população, contam com milhões de falantes de espanhol, e também milhões de falantes de variedades de inglês, de vários níveis de competência em ambas as línguas.

PRECONCEITOS E ATITUDES LINGÜÍSTICAS

Em relação ao IAA, a atitude dominante nos EUA é muito negativa. Esta variedade é descrita como gíria, broken ('quebrado'), incorrect (incorreto), mistaken ('errado'), uneducated ('mal-educado'), slurred ('deformado'), sem lógica, etc. Esta atitude existe até dentro da comunidade negra. Há de fato debates na comunidade negra, entre os que atribuem um valor positivo ao dialeto, e os que condenam o uso de qualquer elemento não-padrão. Este grupo muitas vezes argumenta que a manutenção de uma variedade não-padrão serve para continuar a exclusão social e a falta de sucesso educacional e econômico dos afro-americanos. Por outro lado, os que valorizam o dialeto apelam à tradição

afroamericana de hostilidade à assimilação e à deferência aos elementos da identidade branca – a tradição refletida em epítetos como Uncle Tom e oreo cookie (um biscoito de chocolate negro na parte externa, com a parte interna recheada de creme branco), usados para condenar quem se mostra excessivamente reverente aos brancos ou adota traços deles.

De qualquer jeito, fora da comunidade negra o aparelho social de manutenção de padrões – Standards – (as escolas e as professoras, os dicionários, as políticas públicas) se mantém fortemente contra qualquer aceitação do IAA. Isto foi bem claro no controvertido debate sobre o Ebonics que surgiu nos anos 1990 (cf. Baugh, 2000). O assunto se iniciou com uma declaração pela Comissão Escolar da cidade de Oakland, Califórnia, sobre o IAA. Esta cidade tem uma maioria de habitantes afroamericanos. Depois de ouvir evidência científica relevante à situação linguística dos afroamericanos, a Comissão adotou uma declaração modesta, afirmando que o IAA é uma variedade válida para sua comunidade, não uma corrupção do inglês padrão, e declarou que, na educação de crianças afroamericanas, as escolas públicas de Oakland devem levar em conta a existência do IAA, e respeitá-lo como qualquer outro elemento da identidade da criança.

Esta posição da Comissão Escolar de Oakland combinou um simples reconhecimento da realidade linguística com um princípio pedagógico básico – o de não menosprezar a cultura e comunidade da criança, e de estender a ela o respeito mínimo que qualquer ser humano merece. Nada de radicalismo nisso. Mas devemos reconhecer que esta posição foi contra uma longa política linguística baseada em mito e propaganda, em vez de realidade – a política que procura um status hegemônico para o dialeto social da classe e do grupo étnico dominante, assumindo que este padrão possui qualidades especiais, talvez sagradas. Como parte deste mito, as outras variedades são declaradas como corrupções do padrão. Portanto, a iniciativa da Comissão de Oakland foi mesmo radical no sentido político: se declarou contra este mito e a favor da realidade. E a reação à declaração da comissão deixou claro que ela foi vista como um desafio pelos apoiadores da variedade hegemônica. Houve uma verdadeira guerra de fogo na imprensa e na mídia televisiva norte-americana: denúncias, comentários, palestras nas câmaras legislativas estaduais e federais, todas com condenações à declaração. Repetiram todas as calúnias contra o IAA – é a fala de primitivos, de débeis mentais, de pessoas mal-educadas, de pessoas

da tua, sem sentido, sem lógica. O dialeto foi chamado de uma prisão para o povo negro, que impede as mentes deles de pensarem direito, e os proíbe de avançarem no mundo. Apareceu de repente uma nova mitologia sobre a própria declaração: foi dito e repetido que a Comissão mandou as escolas públicas da cidade ensinar IAA, ou dar as aulas em IAA, e que a Comissão condenou e insultou a língua padrão. Apareceram muitas paródias do IAA, umas aproximando do racismo aberto, como se fosse uma cacofonia de macacos. Tal foi o tamanho e a intensidade da hostilidade do aparelho do *establishment* linguístico que a Comissão de Oakland se sentiu obrigada a qualificar sua declaração inicial, deixando claro que eles continuam a achar que o padrão era o dialeto apropriado para o ensino e o diálogo ou para o debate público.

Uma linha de ataque mais sofisticada contra IAA, e outros dialetos não-padrão, é a abordagem que procura argumentos pseudológicos a favor da variante padrão de uma variável sociolinguística. Por exemplo, a pronúncia velar do sufixo -ing do gerúndio (e.g., talking, eating) é declarada como lógica porque reflete a ortografia – ignorando o fato de que a ortografia também é padronizada, e que a mesma suposta regra de aproximar a ortografia à pronúncia NÃO existe no caso de milhares de outras ortografias padrão inglesas, como o -gh em through, cough, though (que representam um som do inglês antigo não usado na língua nos últimos 700 anos) ou o -s- em reason, poise, raise, etc. (que se pronunciam com [z]), ou os vogais em glove, love (que devem ser pronunciados com [o]), etc. Na morfologia, a pseudológica denuncia a troca do pretérito e o particípio passado em casos não padrão como I had wrote (não written), ou he come home last week (cf. padrão came~had come), insistindo que é essencial distinguir as duas formas – uma regra que ignora todas as formas regulares (que são idênticas – talked~had talked, loved~had loved, missed~had missed), e também uma porção dos verbos irregulares (think~thought~had thought, lose~lost~had lost). Meu exemplo favorito da estigmatização através da pseudológica é o argumento contra o uso da dupla negação. O inglês padrão favorece uma única negação em orações com quantificadores, enquanto o IAA, junto com outras variedades de inglês não-padrão, costuma usar concordância de negação nestas orações, tais como:

- 6) You don't know anything. 'Você não sabe alguma coisa': padrão
6a. You don't know nothing. 'Você não sabe nada': não-padrão, estigmatizada

Para mim este assunto é pessoal. Eu me lembro muito bem a justificativa para a forma padrão que eu e meus colegas ouvimos da nossa professora de inglês no ensino médio. A grande maioria destes meus colegas naquela turma eram afroamericanos, falantes do IAA e, portanto, na sua fala natural, usuários de construções como 6a. Nossa professora, a Sra. Kelly, nunca perdia uma oportunidade de corrigir meus amigos negros quando falavam assim, repetindo *ad nauseam* o argumento de que isto era contradição interna. Segundo ela, 'Você não sabe nada' quer dizer 'Não é o caso que você sabe nada', ou seja 'Você sabe sim alguma coisa'. Portanto, segundo a Sra. Kelly, tal oração dizia o contrário do que o falante queria dizer.

Eu me lembro de achar suspeito este argumento, já naquela sala de aula, aos 12 anos de idade (talvez uma indicação precoce da minha futura profissão como sociolinguista). O argumento era impressionante, mas ninguém que falava assim tinha dúvida sobre a intenção do falante. Todos sabiam que era mesmo uma oração negativa, independentemente do número de negações. Até a professora deveria entender esta intenção, porque sempre corrigia, o que não teria feito se ela não entendesse a oração com o sentido negativo. Portanto, concluí, o argumento TINHA que ser falso!

Mas, mesmo falsos, tais argumentos, provenientes da professora que rege na sala de aula, e que exerce um controle sobre o sucesso acadêmico e futuras chances na vida dos alunos, provocam vários efeitos sociais adversos. No nível do indivíduo, do aluno negro que ouve isto, o efeito é o seguinte: a professora anda atacando e condenando a fala do aluno (que não é só dele, mas é também a fala dos pais, tios, familiares, vizinhos, de todo mundo importante na vida dele). Conclusão óbvia da criança: 'eu, e nós, temos alguma coisa errada, que a sociedade representada pela professora não aceita'. E como o ataque é feito na base de argumentos falsos, isto dá evidência de que é uma questão de preconceito. Conclusão, 'a vida representada pela escola não é para mim, não tem lugar aqui para a gente.'

Mas, além disso, para a comunidade afroamericana, o preconceito

e a condenação do IAA funcionam como um controle social, mantendo a comunidade numa posição acadêmica inferior, e sistematicamente excluindo os alunos que falam assim das oportunidades na escola e na vida que dependem de boas notas e sucesso acadêmico. É um tipo de racismo, de fato: é uma declaração que diz, com efeito, que quem é negro perde pontos, se não quiser abandonar elementos da sua identidade e se ajoelhar na presença do preconceito da comunidade majoritária. É este racismo implícito, e seu efeito negativo na criança afroamericana, que a Comissão Escolar de Oakland quis repudiar. E vimos qual foi a reação do *status quo* linguístico ortodoxo.

Para os hispânicos nos EUA, existem condições sociolinguísticas de efeito semelhante. O que quero salientar é o tratamento nas escolas dos alunos que não dominam o inglês. Até a década dos 1960, a prática comum nos EUA foi de colocar alunos não-falantes de inglês ou diretamente em aulas com falantes nativos (a imersão), ou de ministrar a eles aulas concentradas em inglês como segunda língua (ESL) durante um determinado tempo (que pode ser só uns meses), e depois transferi-los para as aulas gerais. Em 1968, durante os grandes movimentos pelos direitos civis dos grupos minoritários, aprovaram uma lei federal garantindo educação básica na língua materna, e promovendo educação bilíngue, em que os alunos puderam estudar e aprender na sua própria língua, junto com o estudo do inglês. Abriam programas de educação bilíngue espanhol-inglês em várias cidades e estados. Nos lugares em que estes programas tiveram recursos adequados, as pesquisas revelaram que alunos tiveram mais sucesso nestes programas do que em programas de imersão ou ESL – mais sucesso em tudo – nas matérias acadêmicas, em espanhol, e até em inglês. Isto é igual aos resultados internacionais – as crianças que recebem alfabetização e educação básica na língua materna sempre se saem melhor nos estudos do que se elas forem obrigadas a começar os estudos em outra língua. Mas, nos Estados Unidos, depois do período inicial, apareceu uma reação nativista e anglocêntrica, que procurava limitar ou eliminar a educação bilíngue. Durante vários anos, especialmente nas presidências de Reagan, Bush pai e Bush filho, limitaram estes programas. A lei educacional de Bush filho, chamado No Child Left Behind (NCLB; ‘nenhuma criança deixada para trás’), é conhecida por linguistas como No Child Left Bilingual (‘nenhuma criança deixada bilíngue’), porque eliminou toda a referência à educação bilíngue da legislação federal, e teve o efeito de promover programas de imersão

ou ESL breve (ENGEL, 2007; MENKEN, 2008).

O resultado desta volta ao passado é, para os falantes de espanhol nos EUA, o que vem sendo descrito como uma 'crise educacional' (GIÁNDARA & CONTRERAS, 2009). Na minha universidade, New York University (NYU), montaram em outubro de 2008 um congresso sobre a Latino Educational Crisis (crise educacional dos latinos). As escolas públicas da cidade da NYC têm 42% de alunos que falam uma outra língua (não-inglesa) em casa, dos quais 13% são considerados como *limited English proficiency* (proficiência limitada em inglês) pela escola. Desde a lei Bush (NCLB), o desempenho acadêmico destes alunos piorou, e a taxa de estudantes saindo da escola sem completar o curso aumentou. A lei avalia as escolas pelo desempenho dos estudantes em exames obrigatórios, escritos, naturalmente, em inglês. Uma escola é penalizada se tem resultados baixos; há até um tipo de pena de morte de escola – aquelas que continuam durante uns anos a receber notas baixas nestes exames podem ser fechadas. Aí, as escolas com muitos falantes de outras línguas se dedicam a ensinar inglês, a custo de todo o resto, ou procuram excluir os alunos que não falam inglês. Usam vários métodos para isto: por exemplo, aconselham os alunos de proficiência limitada em inglês a sair da escola normal e estudar em escola de noite em tempo parcial (que não é avaliada pela lei).

Estes desenvolvimentos na área educacional vão em paralelo a outras tendências políticas nos EUA contra línguas estrangeiras. Em uns 30 estados dos EUA, já passaram leis declarando o inglês como a língua oficial do estado, com várias consequências. Na Califórnia, esta lei autorizou qualquer pessoa a iniciar um processo jurídico contra qualquer atividade que tendesse a limitar a posição oficial e proeminente de inglês (CRAWFORD, 1992). Esta possibilidade foi usada para processar a companhia telefônica por ter oferecido guias telefônicos em espanhol, e para processar os serviços de emergência porque atenderam clientes em espanhol. Os que apoiam esta posição na Califórnia evidentemente acham que quem sofre infarto cardíaco deve aprender inglês antes de chamar a ambulância. Ou talvez eles simplesmente achem que quem não fala inglês merece morrer.

É claro que esta política reflete um outro preconceito contra língua estrangeira, e até contra o bilinguismo. É meio estranho, a meu ver, pessoas que só sabem uma coisa (apenas inglês) terem preconceito contra as pessoas que sabem mais, mas é justamente isto que vemos na

política americana.

CONCLUSÃO

Para concluir, quero seguir a lógica destas questões mais um pouco ainda. Há bases para sugerir que o preconceito linguístico evidente nestes casos vai além de mera questão de atitude lamentável, e chega a ser uma atividade criminoso.

A bem-conhecida linguista de Dinamarca, Tove Skutnabb-Kangas, trata estas questões em termos de direitos humanos (SKUTNABB-KANGAS, 2000). Ela chama atenção para várias declarações internacionais relevantes a tais situações:

- 1) A Convenção Internacional sobre Direitos Políticos e Civis, da ONU, Artigo 27, que garante aos grupos minoritários “o direito de usar sua própria língua”

É evidente que falantes de IAA e espanhol nos EUA não têm direito pleno de usar suas próprias línguas, que pode ser, portanto, uma violação desta Convenção.

- 2) A Convenção contra Genocídio, da ONU, que inclui na definição de genocídio:
 - Artigo 2b: “causando danos sérios, físicos ou mentais, aos membros de um grupo”.
 - Artigo 2e: “transferência forçada de filhos de um grupo a outro grupo”.

É evidente que as políticas educacionais nos EUA causam danos mentais aos grupos minoritários cujas variedades linguísticas são condenadas, e que a política linguística assimilatória procura transferir as crianças de uma comunidade linguística para outra, ou seja, procura incorporá-las na comunidade linguística majoritária. Portanto, estas políticas podem ser interpretadas como um tipo de genocídio.

- 3) As declarações internacionais sobre direitos humanos e os direitos das crianças declaram um direito fundamental a ter educação.

As políticas que excluem as crianças que não falam a variedade padrão da língua oficial, ou que obrigam a escola expulsá-las, ou que não dão formação acessível e inteligível aos alunos, não respeitam este direito. Efetivamente, o que existe na presença destas políticas é a limitação ou o cerceamento deste direito para grupos minoritários nos Estados Unidos: todo mundo tem o direito de falar livremente, mas em muitos contextos tem que exercer este direito apenas em inglês padrão norte-americano. Senão, está excluído. Devemos denunciar tal política como uma violação dos direitos humanos básicos, e da lei internacional.

REFERÊNCIAS

BAUGH, J. *Black Street Speech*. University of Texas Press, 1983.

BAUGH, J. *Beyond Ebonics*. Oxford University Press, 2000.

CRAWFORD, J. *Language loyalties: a source book on Official English*. University of Chicago Press, 1992.

DILLARD, J. L. *Black English: Its history and usage in the United States*. Vintage Books, 1973.

ENGEL, L. Elementary students and native language instruction. In: SOTO, Lourdes Diaz. (Org.). *Praeger Handbook of Latino Education in the US*, Praeger, 2007, p. 139-142.

GÁNDARA, P.; CONTRERAS, F. *The Latino Education Crisis*. Harvard University Press, 2009.

LABOV, W. *Language in the inner City: Studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MENKEN, K. (org). No Child Left Behind and U.S. *Language Education Policy*. Thematic Issue of Language Policy, 7(3), 2008.

POPLACK, S. (org.) *The English History of African American English*.

Malden/Oxford: Blackwell, 2000.

_____; TAGLIAMONTE, S. *African American English in The Diaspora*. Malden/Oxford: Blackwell, 2001.

RICKFORD, J. R. *African American Vernacular English*. Malden/Oxford: Blackwell, 1999.

SKUTNABB-KANGAS, T. *Linguistic genocide in education, or worldwide diversity and human rights?* Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

O PERCURSO TEÓRICO DE OSWALD DUCROT NA DEFESA DE UMA ARGUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA

Hilda de Oliveira Olímpio*

RESUMO

Este artigo apresenta as várias etapas do pensamento de Oswald Ducrot na defesa de uma argumentação linguística. Começa apontando sua interlocução com as teorias lógico-referencialistas e seu encontro com a Pragmática. Em sequência, delinea o percurso que vai de uma concepção de argumentação como conjunto das conclusões possíveis para um enunciado específico, passa pela concepção de polifonia enunciativa e pela Teoria dos Topoi, proposta por Ducrot e Anscombe, até chegar à configuração atual da teoria, desenvolvida em parceria com Marion Carel e conhecida como a Teoria dos Blocos Semânticos. Neste quadro, a Teoria dos Topoi é abandonada, e o foco da análise passa a ser os encadeamentos argumentativos presentes no discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Polifonia. Encadeamento argumentativo. Blocos argumentativos.

ABSTRACT

This paper presents the various steps of the thought from Oswald Ducrot in defense of a linguistic argumentation. It begins noting his dialogue with the logical-referential theories and his encounter with Pragmatics. In response, outlines the path that goes from a conception of argumentation as a set of possible conclusions for a particular utterance.

* Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória-ES, Brasil.

It shows the conception of polyphony and the Topoi Theory, proposed by Ducrot and Anscombe, until they reach the current configuration of the theory, developed in partnership with Marion Carel and named as the Semantic Blocks Theory. In this frame, the Topoi Theory is abandoned, and the focus of the analysis are the argumentative chainings presents in the speech.

KEYWORDS: Argumentation. Polyphony. Argumentative chain. Argumentative blocks.

INTRODUÇÃO

O título deste texto é, por certo, um tanto pretensioso, pois eu não conseguiria, considerando o seu caráter introdutório, bem como as minhas próprias limitações diante da amplitude e complexidade das reflexões de Ducrot, traçar o percurso da evolução teórica do autor, desde a sua interlocução com as teorias lógico-referencialistas, fortemente presente nos primeiros textos (1981 [1966], 1973); passando, numa fase posterior (1977 [1972]), pela influência da pragmática; adotando, na sequência, uma postura mais estruturalista, em que focaliza os operadores e articuladores argumentativos e introduz a teoria da polifonia (1980, 1987/ [1984], 1990); evoluindo, num momento seguinte, para a teoria dos topoi, como lugar comum argumentativo (1995, 1999); perspectiva abandonada na forma atual da teoria, fundamentada na noção de blocos semânticos e de encadeamentos argumentativos (1997, 2005).

Na verdade, acompanhando a produção de Ducrot há algumas décadas, o que pretendo, neste texto, é mostrar o meu percurso, os meus movimentos de entrada no quadro teórico do autor, salientando, clareando ou interrogando alguns pontos de sua trajetória no tratamento de questões semânticas da língua, para, com isso, facilitar e incentivar leituras e pesquisas futuras.

Nesse percurso, o que me parece essencial é apontar não apenas as diversas formas que Ducrot e seus colaboradores (sobretudo Jean-Claude Anscombe e, nos últimos anos, Marion Carel) imprimiram à teoria,

mas também os princípios constantes, que permaneceram ao longo do tempo, como uma espécie de fio condutor de suas reflexões, servindo, inclusive, como fundamento para as formulações e reformulações teóricas propostas e para as análises empíricas desenvolvidas.

Acompanhando Carel (2002), começaria por dizer que toda a obra de Ducrot é marcada por um constante esforço de recusar, no tratamento da língua (aí incluindo a semântica), uma perspectiva referencialista e logicista da linguagem, perspectiva que imperava nos anos 60, quando Ducrot publicou seus primeiros trabalhos. Nessa época, havia mesmo quem defendesse que a significação linguística era de ordem lógica, que só a lógica poderia fornecer cientificidade aos estudos semânticos. Ora, desde seus primeiros escritos (1981 [1966], 1973), as indagações de Ducrot caminham noutra direção, na direção de não buscar na língua uma função referencial (que remete a uma materialidade externa), nem aplicar, na sua descrição, as categorias da lógica, mas de buscar a lógica da própria linguagem, apreendida no seu funcionamento discursivo. Essa postura analítica, é bom frisar, se inscreve na perspectiva estruturalista saussuriana, segundo a qual o valor de uma entidade linguística deriva de sua relação com outras unidades da língua, sem o recurso a informações extralingüísticas.

Entretanto, diferentemente de Saussure, Ducrot não está interessado apenas nas relações abstratas, pertencentes ao sistema. Ele propõe uma semântica que articule língua (como objeto teórico, construído pelo pesquisador) e fala (como objeto empírico, constituído de dados observáveis). Em sua opinião, “uma lingüística da língua é impossível se não for também uma lingüística da fala” (1987 [1984]).

E é nessa direção enunciativa, na direção de um estruturalismo do discurso que Ducrot vem desenvolvendo suas pesquisas ao longo de várias décadas. Na tentativa de articular língua e fala (= discurso), o autor defende que as frases, unidades abstratas da língua, de função eminentemente explicativa, contêm uma significação aberta, que consiste em fornecer instruções para se chegar ao sentido dos enunciados. Toma, então, o enunciado como unidade de análise, reconhecendo que só no enunciado se pode captar o sentido e dele chegar à significação da frase. Inquestionavelmente, esta é uma perspectiva estruturalista que ultrapassa os limites restritivos da langue saussuriana e deságua, de um modo muito próprio, no discurso, produto da enunciação.

Como observa Barbisan (2006, p. 7):

Assim como Émile Benveniste, que, com base no estruturalismo saussuriano, criou uma Teoria da Enunciação, também Ducrot se filia à perspectiva enunciativa, mas, diferentemente de Benveniste, constrói uma teoria da argumentação que analisa o sentido na linguagem.

Comparando a perspectiva enunciativa dos dois autores (Benveniste e Ducrot), pode-se dizer que Benveniste prioriza mostrar que as categorias da enunciação (observadas nos enunciados) já estão previstas no sistema; e Ducrot prioriza descrever a enunciação a partir do enunciado. O primeiro prioriza o processo, o segundo o produto.

Também, diferentemente de Saussure, para quem a função fundamental da língua é a comunicação, Ducrot defende que a função fundamental da língua é a argumentação. Chega a essa conclusão, como ele próprio reconhece (1977 [1972]), apoiando-se nas reflexões de Benveniste (sobre a intersubjetividade na língua); e na distinção proposta pelos filósofos de Oxford (sobre conteúdo informacional e força ilocutória). Em consequência desse princípio e da sua postura estruturalista, o autor mantém, em todas as versões de sua teoria, o pressuposto de que “a argumentação está na língua”, e não nos fatos e/ou no valor de verdade dos enunciados. Daí a sua Semântica Argumentativa ser conhecida como a Teoria da Argumentação na Língua (TAL). No modelo Standard (1980,1983), Ducrot aplica esse princípio a temas específicos, como o funcionamento dos operadores e articuladores argumentativos. Firma, ao longo do tempo, a ideia de que a linguagem não dá acesso direto à realidade, não tem, portanto, um lado objetivo. Já na fase dos topoi (1995, 1999), o autor admite que falar é impor ao destinatário uma apreensão argumentativa da realidade. Embora a teoria dos topoi tenha sido abandonada na fase dos blocos semânticos (2005), esse pressuposto da argumentatividade na língua permanece e vai permitir relacionar léxico e gradualidade (1998). Se a língua descreve a realidade, o faz mediante os aspectos subjetivo e intersubjetivo que, articulados, produzem o valor argumentativo. Nesse quadro, defende que a “descrição da realidade” vem como uma função derivada da argumentação, vem como tema para propiciar um debate entre indivíduos. O aspecto informativo é derivado de um componente argumentativo fundamental (1990).

I TAPAS DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Fazendo uma reflexão sobre o seu próprio trabalho no campo da argumentação, Anscombre e Ducrot (1994) distinguem aí quatro etapas cronologicamente situadas e cada uma inserida num quadro teórico diferente. Na primeira etapa, de diálogo com a lógica, há uma separação clara entre a função informativa, advinda da língua, e a função argumentativa, advinda dos fatos: como preconizava a retórica clássica, dominante à época. Na segunda etapa, de articulação com a pragmática, é possível apreender, no interior mesmo dos enunciados, a combinação de um conteúdo posto, explicitamente informado (objeto da enunciação), e um conteúdo pressuposto, um implícito de valor ilocutório (mantido na interrogação e na negação dos enunciados). Na terceira etapa, marcada pela parceria com diversos autores (1980) e, sobretudo, com Jean-Claude Anscombre (1983), o foco de análise são os operadores argumentativos, palavras que, presentes num enunciado, orientam para determinadas conclusões, independentemente de indicações factuais. Na quarta etapa, correspondente à dos topos em articulação com a teoria da polifonia, a formulação anterior é revista e os autores concluem que a passagem do argumento à conclusão não depende exclusivamente dos operadores, mas também da convocação de um topos, um lugar comum argumentativo, que funciona como garantia dessa passagem (cf. 1995, 1999).

O estágio atual da teoria, particularmente a partir das contribuições de Carel (1992, 1997), pode ser reconhecido como uma quinta etapa nos estudos da argumentação linguística. Embora os pressupostos básicos da disciplina já estivessem delineados na etapa anterior, Marion Carel, rejeitando o recurso à noção de topos, formalizou um quadro do que seria um estruturalismo do discurso e propôs categorias analíticas que permitem dar conta de encadeamentos não incluídos nas versões anteriores. Vamos, abaixo, detalhar um pouco mais esses diferentes momentos da Semântica Argumentativa.

PRIMEIRA ETAPA

A primeira etapa, que os autores denominaram de descritivismo radical, se desenvolve no âmbito da retórica clássica, apoiando-se numa concepção clássica de argumentação. Nesse quadro, a relação entre

argumento (A) e conclusão (C) não é justificada pela estrutura linguística dos enunciados, mas pelos fatos presentes nos argumentos. Se, por uma relação de inferência, (A) leva a (C), isso se dá porque o conteúdo factual de (A) se justifica, independentemente de (C). Nessa relação de inferência – tipo (A), portanto (C) –, o papel da língua é negligenciado, mesmo se se levar em conta a ocorrência de conectores argumentativos (do tipo portanto, por conseguinte) (DUCROT, 1999).

Ex.: Maria é alta, portanto pode alcançar o livro na estante.

No enunciado acima, Maria é alta (uma premissa tida como verdadeira), funciona como argumento para justificar a conclusão pode alcançar o livro na estante. Assim concebido, o movimento argumentativo não decorre da língua, mas dos fatos.

As sucessivas análises que Ducrot propôs para *peu* (pouco) e *un peu* (um pouco) mostram seu progressivo afastamento de uma semântica referencialista, apoiada nos fatos da realidade. Tome-se, para exemplificação, o par de enunciados abaixo:

Pedro estudou um pouco.

Pedro estudou pouco.

Ora, não há nenhuma diferença factual, quantitativa entre estudou um pouco e estudou pouco. Entretanto, o primeiro enunciado aponta para uma conclusão favorável a estudar e o segundo, para uma conclusão desfavorável. Como se observa em:

Pedro estudou um pouco, portanto vai se sair bem na prova.

Pedro estudou pouco, portanto não vai se sair bem na prova.

Um pouco e pouco são os elementos linguísticos, os operadores argumentativos, responsáveis pelas conclusões diferentes, independentemente dos fatos veiculados. Só num contexto especial (em que se admite que estudar não leva a um bom resultado), se poderia concluir de estudou um pouco um resultado desfavorável; e de estudou pouco, um resultado favorável:

(!) Pedro estudou um pouco, portanto não vai se sair bem na prova.

(!) Pedro estudou pouco, portanto vai se sair bem na prova.

SEGUNDA ETAPA

A segunda etapa, denominada pelos autores de descritivismo pressuposicional, é uma espécie de “reajuste da primeira” (cf. 1994). Essa etapa é marcada por um viés pragmático, resultante do encontro com a teoria dos atos de fala (de Austin e Searle), que levou o autor a admitir, na estrutura linguística dos enunciados, integrada ao conteúdo informacional, uma força ilocutória, de valor argumentativo, ambos de responsabilidade do locutor. A língua passa, então, a ser comparada a um jogo cujas regras de funcionamento permitem construir discursos. Nesse momento (1977 [1972]), Ducrot não admite fases sucessivas entre análise sintática, semântica e pragmática. Por isso recusa a separação (proposta na teoria dos atos de fala) entre o conteúdo informacional, proposicional; e o pragmático, a forma ilocutória. O estudo da pressuposição (como um ato ilocutório) marcou essa fase da teoria, que o próprio Ducrot denominou de pragmática integrada, para opor-se a uma “interpretação pragmática acrescentada” após a interpretação semântica. No quadro teórico então formulado, os encadeamentos argumentativos se realizam sobre o posto, e não sobre o pressuposto.

Note-se que o objetivo inicial de Ducrot (1977 [1972]), ao tratar da pressuposição, era mostrá-la como um implícito pertencente à língua, que, por isso, não podia ser comparada a um código, onde todos os conteúdos devem ser explícitos. Nessa época, o autor definia a pressuposição como um meio de “afrontamento interindividual”, inscrito na própria língua, que permite ao locutor exprimir conteúdos não imputáveis a ele, agindo sobre o interlocutor sem se comprometer, sem expor o dito a uma possível objeção. Os testes da negação, da interrogação e, mais tarde, do encadeamento, usados para reconhecer os pressupostos, evidenciam exatamente essa força ilocutória.

Criticando a solução de Ducrot para explicar a eficácia dos conteúdos pressupostos e a impossibilidade de serem contestados pelo interlocutor, Paul Henry (1992 [1977]) vê no fenômeno o apagamento

da ligação dos conteúdos pressupostos com o locutor, concebendo aí uma espécie de

desdobramento do sujeito da enunciação, um desses sujeitos sendo identificado ao locutor e considerado como responsável pelos conteúdos formulados, o outro, o duplo do primeiro, não sendo mais identificado ao locutor e tomando, por esse fato, o estatuto de sujeito universal (PAUL HENRY, 1992, p. 76).

Parece-me que, sem o recurso a uma teoria das ideologias (como a proposta de Paul Henry), a teoria da polifonia, sistematizada por Ducrot em 1984, dá uma solução linguística para a questão.

TERCEIRA ETAPA

Na terceira etapa da teoria (1980, 1983, 1987 [1984]), Ducrot, em parceria com Jean-Claude Anscombre, se afasta da pragmática e formula efetivamente a chamada Teoria da Argumentação na Língua (TAL). Critica a concepção tradicional de argumentação (calcada nos fatos e no raciocínio por via lógica, psicológica ou sociológica) (cf. 1999). Focalizando o papel dos operadores argumentativos no direcionamento das conclusões, introduz, em algumas análises, a noção de polifonia (1980), que recebe um esboço teórico sistemático em *Le dire et le dit* (1984), obra onde critica a unicidade do sujeito da enunciação, preconizado pela linguística moderna, e propõe distinguir, na estrutura dos enunciados, os locutores e os enunciadores: o primeiro, responsável pelo enunciado; e os segundos, pelos pontos de vista aí representados. O autor desloca para esse quadro o fenômeno da pressuposição, de modo que posto e pressuposto passam a ter origens enunciativas diferentes: o posto é associado ao locutor e o pressuposto, a um outro enunciador, uma espécie de voz coletiva que oferece o campo de referência a partir do qual os enunciados são produzidos.

Em vários momentos de sua trajetória (1987 [1984], 1990), Ducrot afirma ter-se inspirado em Mikhail Bakhtin para discutir o postulado da unicidade do sujeito falante, presente na linguística moderna, e propor, a partir daí, uma teoria polifônica da enunciação que permitisse desenvolver uma análise propriamente linguística da polifonia interna

aos enunciados. Entretanto, a análise propriamente linguística da polifonia dos enunciados foi inspirada em Bally, como o próprio Ducrot reconhece no texto *Énonciation et poliphonie chez Charles Bally*, que constitui o sétimo capítulo *Logique, structuree, énonciation* (1989).

O certo é que, admitindo uma enunciação polifônica, Ducrot distingue nos enunciados:

- o sujeito empírico (SE), o autor efetivo do enunciado, categoria exterior à linguagem, portanto não incluída na análise linguística;
- o Locutor (L), responsável pelo enunciado, pelo seu modo de organização, categoria a que se referem as marcas de primeira pessoa;
- os Enunciadores (E), origens dos pontos de vista, figuras abstratas convocadas pelo locutor, com as quais ele representa, no enunciado, uma espécie de diálogo cristalizado. Para dar conta do aparecimento, num mesmo enunciado, de marcas de primeira pessoa imputáveis a diferentes locutores, o autor distingue locutor-enquanto-tal (L) e locutor-enquanto-ser-no-mundo (Y).

Nessa fase da teoria, Ducrot não busca mais o sentido na conclusão (ou nas conclusões) a que um enunciado leva. O sentido é buscado nos pontos de vista dos enunciadores, frente aos quais o locutor se posiciona. A análise semântica consistiria, então, em apreender a imagem (as representações) do sujeito da enunciação dentro do enunciado. Por exemplo, num enunciado com nominalização definida, como:

O crescimento econômico do país está animando os investidores, pode-se admitir um enunciador coletivo, que enuncia “o crescimento econômico do país”, conteúdo pressuposto, com o qual o locutor concorda; e um enunciador que afirma “está animando os investidores”, conteúdo posto, que o locutor assume.

Já num enunciado negativo como:

Pedro não estava na festa de Márcia, pode-se admitir dois enunciadores (E1 e E2): um, que afirma a presença de Pedro na festa de Márcia; e o outro, que nega essa presença. O locutor se opõe a E1 e assume E2.

Para não fugir ao universo exemplificativo de Ducrot, tome-se, ainda, um enunciado como:

O tempo está bom, mas eu estou cansado, em que o primeiro enunciador (E1) enuncia o tempo está bom, do qual um segundo enunciador (E2) poderia concluir vamos passear, por exemplo. Um terceiro enunciador, opondo-se a esse segundo, enuncia mas eu estou cansado, que leva um quarto enunciador a concluir não vamos passear. O locutor concorda com E1; discorda de E2; e se identifica com E3 e E4. Em artigo mais recente, Ducrot e Carel (2008), esclarecem um pouco mais essa questão dos enunciadores, mostrando que, em alguns enunciados, esse primeiro enunciador (com o qual o locutor concorda mas não assume), vem explicitado, de modo que fica evidente a perspectiva da “sua fala”, na articulação com a “voz própria” do locutor. É o caso do enunciado seguinte:

Segundo o serviço de meteorologia, hoje vai abrir sol, mas eu estou cansado.

Ora, hoje vai abrir sol é enunciado da perspectiva do serviço de meteorologia; enquanto mas eu estou cansado é enunciado da perspectiva do locutor. Melhor dizendo: da perspectiva de um enunciador com o qual o locutor se identifica. É esta segunda perspectiva (marcada pelo articulador mas) que vai dar a direção argumentativa do enunciado (ou do discurso em que ele estiver inserido).

Note-se que, no quadro delineado acima, Ducrot se afasta de Benveniste. A enunciação não é um ato de apropriação da língua por um locutor, mas o acontecimento histórico do aparecimento de um enunciado. Isso quer dizer que Ducrot focaliza o produto da enunciação e não o processo, como propunha Benveniste.

QUARTA ETAPA

Na quarta etapa (1995, 1999), Anscombre e Ducrot reconhecem um problema no tratamento dos operadores argumentativos e são levados a introduzir na teoria a noção de topos (buscada em Aristóteles) para explicar a possibilidade de conclusões divergentes. Os autores constatarem que a conclusão a que leva um enunciado com operador (tipo pouco) não depende exclusivamente do operador, mas também do sistema de valores e crenças dos falantes, do lugar comum argumentativo a partir

do qual o enunciado é produzido. Ele estudou pouco, vai se sair mal na prova. Ele estudou pouco, não vai se sair mal na prova.

É o topos, o sistema de crenças da comunidade que permite os dois encadeamentos acima. Desse modo, a passagem do argumento à conclusão está subordinada a esse terceiro elemento, que garante essa passagem: (A) (C). O topos é universal, pois é aceito por toda uma comunidade lingüística; é geral, pois se apresenta como válido para outras situações semelhantes; e é gradual, pois relaciona duas escalas argumentativas. Essa gradualidade presente nas relações discursivas retira da língua qualquer caráter lógico, objetivo, imprimindo-lhe, ao contrário, um caráter relativo, subjetivo.

Avançando na investigação do papel dos operadores no encadeamento, Ducrot propõe o conceito de modificadores, realizantes e desrealizantes. Isso lhe permitiu comprovar que o próprio léxico é argumentativo e que os modificadores reforçam, atenuam ou mesmo invertem a força argumentativa inerente às palavras lexicais. Com esse novo conceito, foi também possível explicar a diferença de força argumentativa já observada entre pouco e um pouco: um pouco, como modificador desrealizante atenuador diminui a força argumentativa do núcleo; pouco, como modificador desrealizante inversor, inverte essa força. Por isso, estudar um pouco aponta, embora de modo atenuado, para a mesma conclusão de estudar; ao contrário, estudar pouco aponta para uma conclusão contrária, ou seja, inverte a força argumentativa de estudar, equivale argumentativamente a não estudar. Por outro lado, estudar muito reforça a força argumentativa estudar (2002).

QUINTA ETAPA

No quadro da teoria dos blocos semânticos (TBS), que se pode chamar de fase atual da teoria, Carel (1992, 1997) defende que não há sentido fora do encadeamento discursivo: o argumento só tem sentido na sua relação com a conclusão; e a conclusão só tem sentido na sua relação com o argumento. Essa tomada de decisão leva a excluir da teoria a noção de topos, em função da perspectiva retórica aí subjacente. Em contrapartida, Carel propõe incluir nos encadeamentos argumentativos tanto os discursos normativos em *donc* (portanto), quanto os discursos transgressivos em *pourtant* (entretanto), ambos com o mesmo status

operatório. Com isso, a autora rechaça, de um modo mais radical, a concepção de que argumentar é justificar uma premissa verdadeira. Para a autora, argumentar é articular no discurso, criando uma interdependência semântica coerente, um encadeamento argumentativo, em *donc* e/ou em *pourtant*. A unidade de sentido é um bloco semântico e o sentido de um enunciado se define no encadeamento de dois segmentos, a partir do bloco, mediante o uso do conector adequado.

Resumindo, um bloco semântico é composto por quatro aspectos relacionados nos encadeamentos discursivos (A DC C; A PT neg-C; neg-A PT C; neg-A DC neg-C) Como exemplificado abaixo:

- a) Estudou, portanto fez boa prova (A DC C)
- b) Estudou, no entanto não fez boa prova (A PT neg-C)
- c) Não estudou, no entanto fez boa prova (neg-A PT C)
- d) Não estudou, portanto não fez boa prova (neg-A DC neg-C)

Entre os aspectos a e b, bem como entre c e d há uma relação de conversão: trata-se de uma relação entre o aspecto normativo e o aspecto transgressivo da mesma regra, permitindo relacionar regra geral e exceção. Já os aspectos a e d bem como b e c são considerados recíprocos: eles não opõem o aspecto normativo e o transgressivo da mesma regra; ao contrário, relacionam aspectos normativos (a e d) ou transgressivos (b e c) inseridos na mesma escala.

O conceito de polifonia, desenvolvido na terceira etapa dos estudos de Anscombe-Ducrot sobre argumentação (2004), é retornado por Ducrot e Carel (2008) na fase dos blocos semânticos, e os diferentes enunciadores são associados aos diferentes pontos de vista derivados dos diferentes aspectos relacionados nos encadeamentos.

Nesse quadro, é a partir do enunciado que a enunciação e seu contexto devem ser caracterizados. O que existe antes do discurso é uma gama de possibilidades, “só o discurso é doador do sentido” (CAREL, 1997).

Mais recentemente, os trabalhos de Ducrot estão se voltando para o léxico e, deste modo, radicalizando o princípio de que a “argumentação está na língua”. Centrando suas análises no que chama de encadeamentos intrínsecos, o autor da conta da gradualidade constitutiva das palavras.

RESUMINDO

Enfim, Ducrot opera mudanças significativas no seu projeto de desenvolver uma semântica argumentativa linguística, mas o princípio estruturalista de que “sentido de uma entidade lingüística deve ser buscado na relação que esta mantém com as outras dentro do sistema” permaneceu intocável. Aliás, Ducrot transporta esse princípio para o discurso e conclui que o sentido de um enunciado deve ser buscado nos encadeamentos discursivos em que ocorre: argumento e conclusão estão sempre em relação de interdependência. Com essa decisão, tomado a partir das pesquisas com Carel, o autor distingue, de um modo mais radical, argumentação retórica e argumentação linguística (DUCROT, 2004).

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, J.-C. *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995.

_____; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardaga, 1983.

_____. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Gredos, 1994.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBISAN, L. B. Introdução. In: _____. *Cadernos de pesquisa em Linguística: a construção do sentido*. Porto Alegre: PUC-RS, 2006.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral 1*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. *Problemas de linguística geral 2*. Campinas: Pontes, 1989.

CAREL, M. L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier. In: *Letras de hoje*. v. 32, n. 6, mar., 1997, p. 23-49.

_____. *Les facettes du dire: hommage a Oswald Ducrot*. Paris: Kimé, 2002.

_____; DUCROT, O. *La semântica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Ayres: Colihue, 2005.

_____. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: *Letras de hoje – texto e discurso: teorias e ensino*. Porto Alegre: PUC-RS. Jan/mar, 2008.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977. Trad. de Dire et ne pas dire: principes de semantique linguistique, 1972.

_____ et. al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. Trad. de Le dire et le dit, de 1984.

_____. *Logique, structure, énonciation: lectures sur le langage*. Paris: Miuit, 1989.

_____. Polifonia y Argumentación. *Conferencias del seminario Teoria de la Argumentación y Análisis del Discurso*. Calli: Universidad del Valle, 1990.

_____. *Léxico y gradualidad: signo & seña*. Buenos Aires: Instituto de Lingüística/Universidad de Buenos Aires, n. 9, junio, 1998, p. 47-71.

_____. Os topoi na teoria da Argumentação na Língua. In: *Revista Brasileira de Letras*, v.1, n. 1. São Carlos: UFSCar, 1999, p. 1-11.

_____. Os internalizadores. In: *Letras hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 129, set., 2002, p.7-26.

_____. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: DOURY, M.; MOIRAND, S. *L'argumentation aujourd'hui: positions théoriques en confrontation*. Paris: Presse Sorbone Noevelle, 2004.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: UNICAMP, 1992. Trad de Le mauvais outil: langue, sujet et discours. 1977.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

ETHOS DISCURSIVO E RELIGIOSIDADE: UMA PRÁTICA DE ANÁLISE DE DISCURSO

Jarbas Vargas Nascimento*
Wendell Lessa Vilela Xavier**

Se reconhecermos esta maravilhosa relação do Senhor com seus filhos, nossos corações mudarão necessariamente, e veremos abrir-se diante dos nossos olhos um panorama absolutamente novo, cheio de relevo, de profundidade e de luz (São Josemaria Escrivá).

RESUMO

O artigo trata da constituição do *ethos* discursivo no discurso religioso católico. Embora a noção de *ethos* se origine na Retórica aristotélica para relacionar a imagem do orador ao caráter de honestidade que ele revela a seu auditório, assumimos a concepção de *ethos* discursivo, conforme proposta pela Análise do Discurso, na atualidade. Partimos do pressuposto de que o discurso é o lugar onde se constitui o *ethos* e, por isso, a análise que empreenderemos permite-nos verificar, no sermão, o efeito de sentido religioso e dar credibilidade ao *ethos* que se manifesta no discurso. Ainda que a imagem do enunciador seja construída na enunciação, vale ressaltar que, no discurso religioso, por ser ritualizado, quebra-se a dicotomia sagrado-profano, abole-se o tempo cronológico e tudo se torna linear, a fim de que o homem seja capaz de recriar o mundo a seu modo. Ressaltamos ainda que, antes de o sacerdote proferir o discurso, o auditório já construía uma imagem simbólica de Deus, que se projeta na enunciação pelo enunciador. No discurso religioso, o *ethos*

* Doutor em Linguística e Professor Titular do Departamento de Português e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP – São Paulo – SP, Brasil. E-mail: jvnf1@yahoo.com.br.

** Doutorando em Língua Portuguesa pela PUCSP e Professor de Filosofia do Direito e Português das Faculdades Santo Agostinho – FASA, em Montes Claros – MG, Brasil. E-mail: wendell_jessa@yahoo.com.br.

discursivo, participando da eficácia da palavra, legitima a cenografia construída e causa credibilidade por uma manobra de certeza e de verdade do conteúdo veiculado no discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. *Ethos* Discursivo. Religiosidade.

ABSTRACT

The article concerns about the discursive ethos and its relation with Catholic Religious Discourse. Even though the notion of the ethos has its source in the Aristotelian Rhetoric, to relate the orator's image to an honest nature, which he reveals to his audience, we assume the conception of the discursive ethos, according to the Discourse Analysis. Starting from the presuppose that the discourse is the place where the ethos is constituted and, that is why, the analysis we are attempting to verify the effects in a religious way and give credibility to the ethos that appears during the selected speech. Even that the image of the enunciator is created at the enunciation itself, in the speech, for being ritualized, the dichotomy sacred-profane is broken, the chronological time is abolished and everything become linear, making the men capable to recreate his world to his own image. We also emphasize that, even before the priest pronounces the speech, the audience has already build a symbolic image of God, that is projected in the enunciation as well as in the enunciator. In the Religious Discourse, the discursive ethos legitimates the constructed scene and causes impact and credibility, revealed by the sureness and true maneuver presented within the speech.

KEYWORDS: Discourse Analysis. Discursive Ethos. Religiosity.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo, objetivamos examinar a religiosidade e a constituição do *ethos* discursivo no discurso religioso. Para tanto, analisamos a homilia proferida, no primeiro domingo do Advento, por Josemaría Escrivá, sacerdote católico, nascido em Barbastro, Espanha, em 1902,

ordenado sacerdote em 1925. No dia 2 de outubro de 1928, fundou o Opus Dei. Em 1946, foi viver para Roma, movido por seu amor à Igreja e ao Papa e pela natureza universal de sua obra. De Roma, difundiu pelo mundo o chamamento à santidade de todos cristãos. Faleceu no dia 26 de Junho de 1975. Foi canonizado santo pelo Papa João Paulo II, no dia 6 de outubro de 2002.

Para construirmos este estudo, precisamos primeiramente lembrar que, na atualidade, a noção de *ethos* ganha repercussão por diferentes teóricos, tem sua origem no interior da Retórica aristotélica e foi discutida por Ducrot (1987), em sua teoria polifônica, quando ampliou a proposta aristotélica, introduzindo a categoria de *ethos* na enunciação. Na verdade, Ducrot foi um inovador, quando fez a distinção entre locutor como indivíduo no mundo e locutor na enunciação, mostrando as potencialidades do discurso.

Em meio às propostas de novas tendências em Análise do Discurso, Maingueneau retoma da Retórica o termo *ethos* e desloca-o para o campo do discurso, ao dar-lhe uma voz e uma corporalidade, na cena enunciativa, preestabelecendo que toda fala procede de um enunciador. Para mostrar seu interesse pelo *ethos*, Maingueneau se justifica pela evolução das condições do exercício do discurso verbalizado, principalmente, quando veiculado pela mídia e pela publicidade, circunscrevendo-o no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso (daqui para frente AD).

Justificamos a escolha do *ethos* discursivo como categoria de análise para o discurso religioso católico não somente pela multiplicidade de atos interpretativos possíveis para este discurso, mas também pelo modo de interação entre os elementos textuais, contextuais e os metafóricos, construídos por diferentes estratégias que implicam valores transcendentais.

SOBRE A NOÇÃO DE *ETHOS*

Para a compreensão da noção de *ethos* é necessário relembrar que essa noção foi tomada da Retórica clássica. O *ethos*, nessa perspectiva, é considerado como sendo a imagem que o orador transmite de si, no discurso, por meio de gestos, entonações e pelo porte geral de homem honesto, transmitido pela linguagem. Essa noção leva em conta, também,

não apenas as virtudes morais, como também a habilidade em expressar-se, de forma adequada, seu caráter e tipo social, que não traduzem em uma imagem preexistente, sustentada na autoridade institucional e individual do orador.

Assim, o *ethos* retórico consiste em dar uma boa impressão por meio da forma com a qual se constrói o discurso, transmitindo uma imagem capaz de obter a confiança do auditório. O *ethos*, na Retórica, permite, por conseguinte, uma reflexão sobre o processo de adesão dos sujeitos a um determinado posicionamento. Esta noção, conforme apontamos anteriormente, foi reformulada por Ducrot e passou a ser entendida não mais como a imagem do orador, mas a imagem do locutor, uma vez que o locutor, apreendido como enunciador, é o que interessa e não o indivíduo real enquanto tal.

Assim sendo, para Ducrot, o *ethos* se insere no plano da enunciação. Ou seja, se na Retórica, o *ethos* podia ser manipulado inteiramente pelo orador de forma a transmitir uma imagem de si por ele predeterminada, sob o ponto de vista de Ducrot, isso não seria mais possível. Para o autor, o *ethos* está intimamente ligado à enunciação, interagindo fatores bastante diversificados como o registro da língua, o registro das palavras, o planejamento textual, o ritmo, a modulação, envolvendo, inclusive, a afetividade do co-enunciador por tratar-se de um comportamento traduzido pelo verbal e pelo não-verbal. Prova disso é que o *ethos* visado nem sempre é o *ethos* mostrado, afastando-se a ideia de que o *ethos* resulta de um processo interativo de influência sobre o outro.

Diante dessas considerações, num primeiro momento, é possível afirmar que o *ethos* retórico não estava ligado à noção de enunciação, considerada no âmbito linguístico, como um conjunto de operações construtivas de um determinado enunciado, que desconsidera a existência de um saber extradiscursivo sobre o locutor. Para Ducrot, o *ethos* se constitui no ato de enunciação, onde figura um determinado contexto e suas inúmeras dimensões sociais, históricas e psicológicas existentes no discurso. Ainda que a noção de *ethos* se construa no ato de enunciação e seja um dos elementos importantes da cena enunciativa, ele não é o seu objeto.

Maingueneau (1987), quando integra a noção de *ethos* à AD, dá-lhe roupagem nova e propõe dois deslocamentos, a fim de esclarecer e provar sua tese. O primeiro consiste em entender que os efeitos que

o enunciador, à semelhança do orador, pode desempenhar no co-enunciador, são impostos pela formação discursiva e não pelo sujeito em si. O segundo deslocamento refere-se ao princípio de que a AD deve propor uma noção de *ethos* que seja transversal em oposição entre o oral e o escrito, pois para Maingueneau (op.cit.: 46) a retórica organizava-se em torno da palavra viva e integrava, conseqüentemente, à sua reflexão o aspecto físico do orador, seus gestos bem como sua entonação.

Para levar adiante essa nova perspectiva, Maingueneau postula que a noção de *ethos* está ligada ao ato de enunciação e prevê a construção de uma imagem projetada no discurso, pois ela é constitutiva desse discurso, integra a enunciação e não um saber extradiscursivo sobre o enunciador. Adverte-nos, ainda, Maingueneau que os textos escritos são sustentados por um tom, que engloba tanto a escrita quanto a fala. Para ele, esse tom está necessariamente associado a um caráter e a uma corporalidade, que recobrem as dimensões vocal, física e psíquica do *ethos*. Por isso, oferece uma representação do corpo do enunciador e responsabiliza-se pelo que é dito por ele.

A corporalidade do enunciador não deve ser compreendida como algo físico, que o torne um ser empírico, dado ao olhar, com uma presença plena, apreendida do imaginário do co-enunciador. Na verdade, por corporalidade entende-se uma manifestação discursiva de uma vocalidade investida de valores compartilhados socialmente e entendida por meio de estereótipos. Todo discurso implica um *ethos* e, por isso, ele não deve ser desvinculado de outros parâmetros do discurso, pois contribui de maneira decisiva para sua legitimação.

Charaudeau & Maingueneau esclarecem que o termo *ethos* está intimamente inscrito na cena de enunciação e afirmam que

cada gênero do discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis que determina em parte a imagem de si do locutor. Esse pode, entretanto, escolher mais ou menos livremente sua "cenografia" ou cenário familiar que lhe dita sua postura (o pai benevolente em face de seus filhos, o homem que fala rude e franco etc). A imagem discursiva de si é, assim, ancorada em estereótipos, um arsenal de representações de si e sua eficácia em uma determinada cultura. O *ethos* discursivo mantém relação estreita com a imagem prévia que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a ideia que esse faz do modo como seus

alocutários o percebem. A representação da pessoa do locutor anterior a sua tomada de turno – às vezes denominada *ethos* prévio ou pré-discursivo – está frequentemente no fundamento da imagem que ele constrói em seu discurso: com efeito, ele tenta consolidá-la, retificá-la, retrabalhá-la ou atenuá-la. (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 221).

Assim sendo, a noção de *ethos* encontra-se diretamente ligada à questão da identidade, e sua representação é construída na enunciação e mesmo antes que o orador profira seu discurso. Ora, o gênero do discurso está diretamente relacionado à cena enunciativa, que traduz a situação de comunicação que é o acontecimento da enunciação que se dá num espaço instituído no qual o *ethos* se constitui. Por sua vez, esse espaço constituído encontra-se definido por um gênero de discurso que contempla uma dimensão construtiva do discurso que instaura seu próprio espaço de enunciação para validação do discurso.

Embora a noção de *ethos* seja um tanto intuitiva, é clara a percepção de que o enunciador exige do co-enunciador que ele perceba, por índices textuais, uma imagem dele no discurso. Dessa forma, segundo Maingueneau, a qualidade do *ethos* está associada à imagem de fiador, que confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado. Neste sentido, o *ethos* constitui uma dimensão da cena enunciativa. Auchlin esclarece que

a noção de *ethos* é uma noção com interesse essencialmente prático, e não um conceito teórico claro (...) Em nossa prática ordinária de fala, o *ethos* responde a questões empíricas efetivas, que têm como particularidade serem mais ou menos co-extensivas ao nosso próprio ser, relativas a uma zona íntima e pouco explorada de nossa relação com a linguagem, onde nossa identificação é tal que se acionam estratégias de proteção (AUCHLIN, 2001, p. 203).

As considerações sobre o *ethos* discursivo levam o analista do discurso a outras questões referentes ao fiador e à incorporação; daí a necessidade de se abordar o *ethos*, uma vez que por ele, pode-se revelar a personalidade do enunciador.

Entre os diferentes discursos em circulação em nossa sociedade e

que revelam questões axiológicas e conflitivas, selecionamos o discurso religioso, pois ele carrega um tom intelectual e didático, com enfoque na projeção e na construção de um *ethos* sábio e santo, preocupado com a santidade do co-enunciador. De modo particular, no discurso religioso, observamos que a eficácia do *ethos* está no fato de ele se integrar engajadamente na enunciação, a fim de ganhar o seu reconhecimento no espaço histórico-social e garantir a condição de credibilidade, própria desse gênero de discurso.

Como nosso enfoque entende com Maingueneau que a imagem do enunciador surge na enunciação, no discurso religioso, o co-enunciador já tem construída uma imagem do *ethos* do orador pelas representações sociais estereotipadas e não antes de o discurso ser pronunciado. Além disso, o co-enunciador, diante do discurso, constrói uma imagem do enunciador e outra simbólica e subjetiva de Deus, que se projeta na enunciação como fonte enunciativa, apagada pela presença do orador, que, por ocupar o lugar d'Ele, sente-se afeiçoado por Ele. O efeito discursivo, no funcionamento do discurso religioso, revela diferentes *ethos* que participam da construção da cena enunciativa, onde se ouvem ecoar a voz de Deus, do orador, do enunciador e de outros sujeitos levados para o interior da cena, a fim de legitimar a credibilidade.

Segundo Maingueneau,

Todo discurso oral ou escrito, supõe um *ethos*: implica certa representação do corpo de seu responsável, do enunciador que se responsabiliza por ele. Sua fala participa de um comportamento global (uma maneira de se mover, de se vestir, de entrar em relação com o outro...). Atribuímos a ele, dessa forma, um caráter, um conjunto de traços psicológicos (jovial, severo, simpático...) e uma corporalidade (um conjunto de traços físicos e indumentários). (MAINGUENEAU, 2006, p. 60).

Nosso interesse em examinar o modo como o *ethos* discursivo se constrói no discurso religioso proferido por Josemaría Escrivá se funda no fato de o enunciador evocar sua própria enunciação explicitamente na cena enunciativa. Além disso, ele faz revelar outros *ethos* direta e indiretamente por meio de recursos linguísticos ou alusões, como Escrivá procede, ao trazer para cena uma narrativa simbólica. Antes da análise, julgamos importante lembrar, ainda, a forma como está construída a

cena em que as ações se desenrolam e como se desenrolam, tendo em vista que o orador e o enunciador têm um objetivo didático: levar o co-enunciador a assumir um novo comportamento de vida. Além disso, o enunciador constrói uma imagem “santificada” de si e outra simbólica de Deus, no momento em que, no discurso, marcas linguísticas revelam sua interação entre o que se presentifica na cena e o que está oculto, apagado ou revelado pela fé.

ANÁLISE DE UMA HOMILIA PROFERIDA POR SÃO JOSEMARIA ESCRIVÁ

O tema da homilia, que selecionamos, é a filiação divina, que implica a vocação universal à santidade, a esperança da redenção pela vinda de Jesus, o Salvador, a unidade de vida. Selecionamos esse discurso não somente pela importância de Josemaria Escrivá para a Igreja Católica, mas também por ter sido proferido oralmente e, depois, retextualizado pelo orador para ser publicado em livro, ficando, portanto, disponível para a leitura de cristãos ou não cristãos.

Neste discurso o fiador não é visível, mas se presentifica pela fé. Na cena enunciativa, observamos a forma como se constitui o *ethos* do sujeito enunciador e dos outros sujeitos que integram a cena e imaginamos as atitudes do co-enunciador, convocado a participar da cena e revelar seu *ethos*. A ativação do universo religioso se constrói com base na fé, e abre-se para que o enunciador oriente a ação do co-enunciador, a fim de lhe impor um direcionamento de vida.

Observemos o primeiro parágrafo do discurso:

Nada mais vos queria dizer neste primeiro Domingo do Advento, em que já começamos a contar os dias que nos faltam para o Natal do Salvador.

Este primeiro parágrafo nos interessa, fundamentalmente, porque, por meio da utilização de uma estratégia que instaura um espaço e um tempo discursivo topicalizados pelo advento, o enunciador começa a revelar o seu *ethos*. Neste início do discurso, o enunciador pretende construir não somente uma imagem favorável de si, mas também de um *ethos* de credibilidade, que já compartilha do plano salvífico de Deus:

Vimos a realidade da vocação cristã, como o Senhor confiou em nós para levar almas à santidade, para aproximá-las dEle, para uni-las à Igreja e estender o reino de Deus a todos os corações. O Senhor nos quer entregues, fiéis, delicados. Ele nos quer santos, muito seus.

Como podemos observar, o pronome pessoal nós revela o *ethos* do enunciador, que ganha sentido como um modo de ser do orador, que se manifesta escolhido por Deus para convocar o co-enunciador a aderir um programa existencial de vida: o chamado de Deus à santidade. O parágrafo faz-nos entender, ainda, a situação do enunciador que se explicita na cena para negociar com o co-enunciador a validação da vocação cristã.

O tom didático é, também, revelado, quando na cena, verificamos a possibilidade de surgimento do anti-*ethos*, criado na cena em oposição a Deus, engendrado no discurso, a fim de ser rejeitado.

Por um lado, a soberba, a sensualidade e o tédio, o egoísmo; por outro, o amor, a dedicação, a misericórdia, a humildade, o sacrifício, a alegria. Temos que escolher. Fomos chamados a uma vida de fé, de esperança e de caridade. Não podemos cruzar os braços e deixar-nos ficar num medíocre isolamento.

O enunciador convoca o co-enunciador a escolher o caminho da santidade que fundamenta uma prática existencial divina. Por um lado, revela as atitudes propostas por Deus e, por outro, aquelas exigidas por um anti-*ethos*, o demônio. Esta estratégia enunciativa tem a função de mostrar o mundo dividido entre o bem e o mal, a verdade e a mentira e levar o co-enunciador a escolher livremente seu programa de vida.

Neste sentido, o *ethos* divino (Deus) direciona os caminhos, mas é o homem que escolhe aquele que melhor lhe aprouver; ele é que se posiciona. A utilização do recurso da antítese instaura uma dinâmica no interior da cena, para que o *ethos* do enunciador se constitua mediador entre ele, Deus e o co-enunciador, a fim de que esse explicita sua identidade e expresse sua adesão ao desejo de santidade. Neste parágrafo, o mundo ético que o discurso suscita corresponde a um universo transcendental, característica deste gênero de discurso.

Certa vez, vi uma águia encerrada numa gaiola de ferro. Estava suja, meio depenada; tinha entre as garras um pedaço de carne podre. Ocorreu-me pensar no que seria de mim se abandonasse a vocação recebida de Deus. Fiquei com pena daquele animal solitário, enjaulado, que tinha nascido para voar muito alto e olhar o sol de frente. Podemos remontar até às humildes alturas do amor de Deus, do serviço a todos os homens. Mas para isso é preciso que não haja recantos escondidos na alma, onde não possa entrar o sol de Jesus Cristo. Temos que jogar fora todas as preocupações que nos afastem dEle; e assim Cristo em tua inteligência, Cristo em teus lábios, Cristo em teu coração, Cristo em tuas obras. Toda a vida, o coração e as obras, a inteligência e as palavras, saturadas de Deus.

Neste parágrafo, o enunciador elabora uma narrativa, que funciona como uma alusão simbólica, com intuito de investir diretamente sobre o co-enunciador, na cena enunciativa. Ele se reconhece e revela-se, explicitamente, no nível do enunciado, na medida em que utiliza pronomes e marcadores de primeira pessoa do singular para apresentar seu *ethos*. Todavia, pela forma como os enunciados são construídos, o enunciador diz de si mesmo e revela que já aderiu ao caminho da santidade. Por isso, ele dá a impressão de ser o responsável pelo compromisso a ser assumido pelo co-enunciador. A recorrência à águia representa uma relação hipotética com que poderia acontecer com o co-enunciador, caso ele não assumisse o programa proposto por Deus. Assim, o co-enunciador pode partilhar com a águia a mesma maneira de ser no mundo.

A narrativa observada no parágrafo acima funciona como uma forma assertiva para o co-enunciador e abre a possibilidade de o enunciador influenciá-lo a acatar o que Deus e o narrador pedem dele.

Olhai e levantai a cabeça, porque está próxima a vossa redenção, lemos no Evangelho. O tempo de Advento é tempo de esperança. Todo o panorama da nossa vocação cristã, essa unidade de vida que tem como nervo a presença de Deus, nosso Pai, pode e deve ser uma realidade diária.

O enunciador, como observamos, utiliza o *ethos* divino (Deus) para

expressar por verbos no imperativo e revelar a sua já adesão ao programa de santidade que está sendo dito e convocar o co-enunciador a juntar-se a ele. O *ethos* do enunciador e de Deus, embora sejam diferentes entre si, elas se configuram e misturam-se na cena. Assim, por essas vozes os sujeitos integrantes da cena criam uma auto-imagem de si, de modo a afirmar que a cena traz marcas dos diferentes sujeitos que contracenam no processo discursivo.

Pede-a comigo a Nossa Senhora, imaginando como Ela passaria aqueles meses à espera do Filho que ia nascer. E Nossa Senhora, Santa Maria, fará com que sejas alter Christus, ipse Christus, outro Cristo, o próprio Cristo!

Neste último parágrafo do discurso, o enunciador constrói diretamente, mais uma vez, uma imagem de si, isto é, seu *ethos*, de forma a apreendê-lo como uma imagem santa, sensível e confiável, com a qual o co-enunciador precisa se identificar (Pede comigo). A sua credibilidade no plano de redenção garante-lhe, em seu caráter, não somente sua santidade, mas a confiança que tem em Deus e a esperança do compromisso do co-enunciador. Para o enunciador, Maria é o lugar onde o co-enunciador deverá buscar regulamentar sua vida. Nossa Senhora é aquela que fará com que o co-enunciador seja o outro Cristo, o próprio Cristo, no mistério divino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Análise do Discurso, como pudemos identificar ao longo deste trabalho, a noção de *ethos* se relaciona a diferentes sujeitos que se dizem no discurso. Por isso, o enunciador deve legitimar aquilo que é dito e, para tanto, ele atribui a si uma posição que é institucional, além de exteriorizar-se com uma voz e um corpo; daí falar-se em duas faces do enunciador. Sob esse aspecto, ressaltamos que o *ethos* discursivo, no discurso religioso, está diretamente ligado à cena de enunciação e assume um procedimento didático em se negocia um conteúdo programático de vida, do qual os diferentes ethe participam, necessariamente.

No discurso religioso que analisamos, verificamos que a categoria *ethos* não esteve ligada somente ao enunciador, mas também ao co-

enunciador, a Deus, ao demônio e a outros sujeitos que se presentificaram na cena enunciativa. Por sua vez, o discurso possui um tom que dá autoridade ao que é dito e permite ao co-enunciador construir uma representação de si e da experiência de vida do enunciador e do orador. Podemos dizer, por fim, que o discurso religioso proferido por Josemaria Escrivá instaura um programa de vida em uma instituição discursiva: Igreja Católica Apostólica Romana. Nesta perspectiva, a Igreja surge como um espaço de santificação aberta a todos e, de modo especial, ao outro que busca um comportamento moral e um programa de vida. Neste discurso religioso católico, o *ethos* manifesta uma competência e é marcado por uma preocupação com o outro, o co-enunciador, cuja imagem recupera o próprio Cristo.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- AUCLIN, A. "Ethos et expérience du discours: quelques remarques". In: WAUTHION, M.; SIMON, A. C. (éds). *Politesse et idéologie: rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelles*, Louvain : Peeters, 2001.
- CHARAUDEAU, P. *O Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- ESCRIVÁ, J. *Cristo que passa*. São Paulo: Quadrante, 1973.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências de análise do discurso*. Campinas: Unicamp; Pontes, 1987.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar,

2005a.

_____. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005b.

_____. *Cenas da enunciação*. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva; Néilson P. da Costa e Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2006.

MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, J. V. *O discurso religioso católico: um estudo do rito matrimonial católico*. São Paulo: Educ, 1993.

"THE SOOTHING EFFECT" - O EFEITO NARCOTIZANTE DO DISCURSO

Luiz Antônio Ferreira*
Marcelo Cesar Cavalcante**

RESUMO

Este trabalho tem como pressuposto básico o fato de que todo ato de linguagem é intencional e tem o objetivo de persuadir seu destinatário. Desta forma, este artigo objetiva analisar o efeito narcotizante do discurso proferido pelo Presidente Lula, em 12 de agosto de 2005, quando foi instado a se pronunciar sobre os escândalos do Mensalão. Tal efeito está presente no exórdio do texto e possui o intuito de, pela persuasão, afastar da mente do auditório a realidade escandalosa que se configurava no cenário político nacional. A base teórica que sustenta a análise é Teoria da Argumentação, de Perelman, e a retórica aristotélica.

PALAVRAS-CHAVE: Persuasão. Sedução. Efeito narcotizante. Exórdio.

ABSTRACT

This work brings the assumption that every act of communication has an intention through which it aims to persuade its target audience. Thus, this article aims to analyze the soothing effect provoked by the speech of President Lula, on August 12th, 2005, when he was called to pronounce about the scandal known as "Mensalão". The soothing effect lies on the introduction of his text which intends to persuade his reader so as to escape from the reality of the scandal. This questioning becomes

* Professor de Língua Portuguesa no Departamento de Pós Graduação da PUC/SP. E-mail: luizanferreira@terra.com.br

** Coordenador Pedagógico da Faculdade Anhanguera de Taboão da Serra, SP. E-mail: marcelo.cavalcante@unianhanguera.edu.br

possible in the light of the Theory of Argumentation, by Perelman and also by the Aristotle's Rhetoric.

KEYWORDS: Persuasion. Seduction. Soothing effect. Introduction.

O QUE É UM EXÓRDIO?

Em inglês, a palavra *soothing* refere-se a algo que suaviza uma dor, acalma ou cala uma pessoa que se encontra brava ou em estado alterado. Pode, também, referir-se a um estado de êxtase hipnótico, a um estado de entorpecimento provocado pelo controle exercido por alguém.

Este trabalho parte do princípio de que todo ato de linguagem serve não apenas para informar, para comunicar algo, mas, sim e antes de tudo, para influenciar, para persuadir outrem. Nesse sentido, a linguagem se situa entre dois pólos: o da influência e o da ação. Quem influencia tem em mente levar alguém a agir, a executar algo, a provocar uma transformação de um estado inicial. Essa é uma boa conceituação para o que se entende por ato de argumentar. Segundo Perelman (1996:61), a "argumentação é uma ação que visa a modificar um estado de coisas preexistentes". E essa transformação se dá pelo discurso, pelo manuseio dos recursos linguísticos que a língua nos oferece. Argumentar pelo discurso é um exercício de convencer e de persuadir, e, a persuasão se dá pelo bom gerenciamento dos recursos emotivos. O bom orador, pois, é aquele que sabe tocar as emoções de seu ouvinte. Cícero, em sua obra *Retórica a Herênio* (2005), já destacava que o bom discurso tem por função o *docere* (instruir, ensinar), *delectare* (agradar) e o *move* (comover, impressionar o auditório).

Dessa forma, podemos dizer, que a argumentação, como ação discursiva e comunicacional, configura-se como um ato essencial da atividade humana: todo homem, ao agir sobre o mundo e os outros, pratica a argumentação, pois por ser dotado de opiniões, crenças, valores, tenta fazer com que os outros partilhem dessas crenças e valores.

Para Perelman & Tyteca (1996:5), a argumentação é ainda "o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão das pessoas às teses que são apresentadas para seu assentimento". Nesse caso, a argumentação não tem como objetivo transmitir ou fazer partilhar uma informação, mas, sim e, sobretudo, uma opinião. A opinião

é um ponto de vista que sempre supõe um outro ponto de vista possível; é ao mesmo tempo o conjunto de crenças, dos valores, das representações do mundo e da confiança nos outros que um indivíduo forma para ser ele mesmo. Portanto, por estar no mundo da doxa, a argumentação não consiste em demonstrar o que é verdadeiro ou falso, certo ou errado. Pertence nessa perspectiva, ao campo do verossímil, do que parece ser, das possibilidades, dos valores, do consenso, da negociação.

Enfim, por sua dinamicidade natural, a argumentação compreende sempre uma mudança, tende a modificar o contexto de recepção, ou seja, as opiniões do auditório. O auditório, depois do ato argumentativo, não dispõe simplesmente de uma opinião a mais sobre o que acreditava, mas uma mudança de ponto-de-vista ou até de visão de mundo. Enfim, pelo menos parte desta visão se liga ao argumento apresentado. Ressaltamos, por fim, que, embora as provas lógicas, racionais, sejam importantes para atingir os objetivos do retor, a argumentação não dispensa os recursos emotivos, ligados à sedução e, desse modo, razão e emoção se interpenetram na constituição do processo argumentativo.

O bom orador é capaz de articular, com precisão, essa "mola dos afetos" e da razão. A ação retórica, pois, implica um sujeito falante que se dirige a um auditório porque pretende atingir um certo número de objetivos e só possui o discurso como arma de persuasão. A retórica considera um instante fundamental para a concretização desse ato: o instante da "actio": todos os fatores enlencados acima se congregam, no instante em que se atualiza o discurso, em gestos discursivos de convencimento e de persuasão. Esses gestos discursivos podem conter objetivos menos ou mais explícitos para o auditório. Uma classificação possível para o grau persuasivo impresso durante a actio pode ser encontrada nos estudos de Patrick Charaudeau¹, que inclui a persuasão como um objetivo dentro de um quadro maior que pretende a manipulação do fazer do auditório (1996: 30-33):

- Factitivo corresponde a uma finalidade de manipulação do outro para o fazer agir num sentido que seja favorável ao sujeito

¹ In.: CARNEIRO, Agostinho Dias. O Discurso da Mídia. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

falante. Consiste, para o sujeito falante, em fazer fazer ou fazer dizer qualquer coisa ao outro, seja ordenando, se ele tem uma posição de poder, seja sugerindo, se ele não a possui.

- Informativo, o objetivo corresponde a uma finalidade de transmissão de Saber, que consiste, para o sujeito falante, em fazer saber alguma coisa ao outro.
- Persuasivo, o objetivo corresponde à finalidade de controle do outro pelo viés da racionalidade, que consiste para o sujeito falante em fazer crer alguma coisa ao outro.
- Sedutor, o objetivo corresponde à finalidade de controle do outro, mas neste caso pelo viés de agradar. Ele consiste, para o sujeito falante, em fazer prazer ao outro. É aqui que se situam os elementos imaginários e míticos, como os da construção de um mito político, por exemplo.

Na verdade, todos esses elementos estão numa relação de dominância e não de exclusão. Todos eles se complementam para realizar a eficácia do ato retórica: levar o outro a um fazer, que pode acontecer no momento mesmo do ato comunicativo ou num momento oportuno. É importante ressaltar que como um ato retórico leva em conta os processos de sedução, todos os mecanismos persuasivos são meticulosamente preparados (na *inventio*, *dispositio* e *elocutio*) para atingir o objetivo primordial da argumentação: causar uma mudança de opinião, de ponto-de-vista e levar a uma ação. Na perspectiva da retórica, exploraremos, dentre as diversas partes da *dispositio*, sobretudo o exórdio.

Retomando os ensinamentos de Aristóteles, em sua Arte Retórica, capítulo XIII do livro II, o filósofo grego afirma que para ser coerente e eficientemente persuasivo, o discurso deve ter quatro etapas bem elaboradas: exórdio, narração, provas e peroração. Cada etapa desempenha uma função importante no discurso. Entretanto, a que será objeto de nosso estudo por sua importância, é o exórdio.

Cícero (op.cit.: 14) é enfático ao referir-se ao exórdio: “ao orador cabe mobilizar o afeto do ouvinte caracterizando-o de modo favorável”. Importa, assim, assegurar a adesão ao discurso. O exórdio tem por função:

- Produzir benevolência no auditório;
- Fazer atento e dócil o ouvinte.

Uma vez logrados estes objetivos, o orador praticamente tem o auditório ao seu favor e assegura a adesão pretendida.

O *SOOTHING* PRESIDENCIAL

Para demonstrar os efeitos persuasivos do exórdio, selecionamos o Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da reunião ministerial, realizada na Granja do Torto, em 12 de agosto de 2005. Naquela ocasião, o Presidente fora instado a se pronunciar sobre os rumores da existência do Mensalão, que começavam a escandalizar o país e a macular o *ethos* do Partido dos Trabalhadores. Ressalte-se que, no discurso instituído, o PT sempre combatera a corrupção e defendera a ética na política. Diante de uma situação bastante constrangedora para o presidente, a alternativa política seria provocar, pelo ato retórico, mudança de opinião sobre o assunto na mente do grande auditório brasileiro.

Considerando que todo discurso responde uma questão ou uma problemática, o Presidente Lula – esperavam todos – deveria dar satisfação à população sobre os escândalos do mensalão. Imaginava-se, antes do pronunciamento, que o exórdio já evidenciasse a tematização esperada. Contrariando as expectativas, o orador só mencionou o assunto fulcral do discurso na linha 46 do texto, ao afirmar: “Estou consciente da gravidade da crise política”. Esse procedimento, na classificação de Barthes (1975) é chamado “vacina”: consiste em confessar o mal accidental de uma instituição de classe, para melhor camuflar um mal essencial. O próprio governo se deteriorava em função das notícias, mas, o orador desviou a essência da crise governamental e atribuiu a “gravidade” a um universo bem mais amplo: o da política. A crise era bem mais ampla num ângulo, porque atingia os aspectos morais do ato de governar e bem menor em outro, porque desvelava o absoluto descaso aos procedimentos éticos no seio do próprio governo. A crise só era política porque ganhara dimensões imensas: indignara o país e ampliara a desconfiança tácita na classe política como um todo, desmontara a confiança de tantos brasileiros que, pelo voto, acreditaram

na possibilidade de mudanças necessárias, feitas por um governo petista. Do início da fala, momento em que o orador cumprimenta os "meus amigos e minhas amigas" (já denotando intimidade com o auditório) até a linha 46, evidencia-se que, já na inventio, o rumo escolhido para o exórdio revestira-se de cautela. Supõe-se que o orador necessitava de um poderoso ato de *soothing*, pois o auditório, sedento de justiça, mostrava-se desfavorável ao orador. Prudente, o retor precisaria valer-se de uma condição primeira, fundamental para a constituição de um bom exórdio: *captiatio benevolentiae*, isto é, obter a benevolência dos ouvintes, a fim de torná-los simpáticos, bem dispostos e favoráveis às teses que seriam apresentadas.

Em tese, o auditório seria constituído pelos novos ministros. Mas o canal de divulgação era público: a televisão transmitia o discurso para todo o país. O retor via-se, pois, diante de dois auditórios com sentimentos distintos: um, particular, que se moldava aos desejos do orador e outro, bem mais amplo, que, ávido por boas notícias, se colocava anonimamente diante do televisor. O auditório particular, composto pelos ministros e pelo vice-presidente, por certo já conhecia o teor da fala a ser pronunciada. Por isso, o discurso ao auditório particular parecia configurar-se como um simulacro discursivo. Ao presidente, importava o auditório ampliado: o povo, chamado – já na saudação – de "meus amigos, minhas amigas". Assim, ao incluir toda a nação em um só auditório, evidencia-se que a posse dos ministros, motivo do discurso, era apenas pretexto para "discutir" assuntos que dizem respeito a "toda a sociedade". O desvio temático é muito claro, mas, em retórica, uma argumentação vale pela causa a que serve e, no caso, era muito necessário realimentar o *ethos* do orador: "... quero saudar em especial os novos ministros que vêm reforçar a nossa capacidade de ação nesta segunda metade do meu mandato". O tom é apodítico, o discurso estabelece a hierarquia e fornece os papéis: os novos ministros são reforços no "meu" mandato. Ao redirecionar o discurso para seus novos ministros, reforçou a ideia da artificialidade daquele auditório particular, acentuou a ideia de que seriam coadjuvantes de um poder que já se configurara como competente, forte, e honesto: "Vocês estão entrando num governo, que apesar de todas as dificuldades, fez o Brasil retomar o caminho do progresso e da justiça social". Na verdade, os novos ministros, no interior do discurso, são apenas pretextos para solidificar a imagem de um governo diante de um auditório bem maior e, até aquele

momento, bastante ressentido devido às notícias que se espalhavam sobre as falcatruas palacianas.

A instância retórica exigia uma nova anatomia do ato retórico. A situação crítica, muito provavelmente, levou o orador a optar por uma introdução mais longa, distanciada do tema central. Têm-se, então, quarenta e cinco linhas de *soothing*. De algum modo, esse "desvio" temático contraria toda uma tradição retórica, que defende a brevidade do exórdio para captar a atenção do leitor e, assim, despertar-lhe o interesse pelo conteúdo a ser exposto. A situação retórica, porém, exigia outras estratégias persuasivas: obter a docilidade de um país inteiro, obter uma atitude receptiva para aceitar a condução dos argumentos que seriam apresentados. Sem, pois, tocar objetivamente no tema, o orador iniciou a narração enumerando as grandes realizações do governo. O intuito é visível: provocar uma paixão eufórica, na medida em que são destacados apenas feitos considerados positivos e, por unanimidade, considerados como aqueles que melhoraram a vida do brasileiro.

Alternando a primeira e a terceira pessoa, o presidente incluiu-se entre os membros do auditório: "Fiz questão de que as minhas palavras neste encontro de trabalho fossem abertas à população brasileira. Temos assuntos importantes a discutir...". Logo depois, ressaltando a primeira pessoa, enfatiza o *ethos* construído ao longo de sua carreira política: "Mas o que mais me orgulha, pela minha história e pelo compromisso que tenho com a gente humilde de nossa terra...". O efeito *soothing* é meticolosa e cuidadosamente preparado: depois de rememorar com o auditório as qualidades do orador, era preciso impressionar de modo "narcotizante". Inicia-se, então, uma profusão de números, dados estatísticos, cálculos, cifras, somas, multiplicações, porcentagens como provas das medidas positivas ocorridas na gestão do orador:

"Voltamos a crescer (...) gerando milhões de empregos (...)
(l.15)

"(...) as exportações ultrapassam a casa dos 110 bilhões de dólares nos últimos meses". (l.20).

"Em 30 meses já criamos 3 milhões, 135 mil novos empregos(...). Isso significa 104 mil novas vagas formais por mês, 12 vezes mais que a média dos anos 90(...) (l.25,26,27)

"(...) fizeram a produção de bens de capital crescer 10% nos

últimos dois meses. (l.34)”.

(l.36) “Na área social, 7 milhões e 500 mil famílias de brasileiros(...)

“Até o final do ano, 8 milhões e 700 mil lares(...) “ (l.36)

“(...) as vendas nesse setor cresceram 21% no segundo trimestre (...)” (l.42)

Como é fácil perceber, à medida que desenvolvia o exórdio, os dados numéricos e estatísticos iam-se avolumando e distanciando o ouvinte do foco da questão a ser respondida. Esse processo “inebriante” de dados positivos, que não podiam ser comprovados durante o ato retórico, pretendiam criar uma sensação de euforia, de satisfação, efeito que, se conseguido, seria inteiramente favorável ao orador. Os feitos positivos, as realizações, o crescimento da economia, “comprovada” pelos números, passariam, na realização do ato retórico, a ser mais forte do que a própria crise.

O uso de dados estatísticos é muito funcional em retórica e atua como um forte argumento que revela uma proposição destinada a levar à admissão de outra. Na articulação do exórdio, pois, é ressaltada a estratégia denominada “quantificação da qualidade”, isto é, reduziu-se a qualidade à quantidade com evidente a intenção de provocar uma sensação eufórica para, no decorrer da explanação, estancar o impacto do escândalo da corrupção. Esse gesto discursivo, factitivo, embutia uma estratégia persuasiva: mostrar ao auditório que as conclusões até então conhecidas sobre o escândalo do mensalão mereciam considerações de outra ordem, pois, o país se desenvolvia, a despeito de tudo: “Tenho certeza de que o povo sente a diferença, pois o país está mudando para melhor”.

O esforço do retor era construir simbolicamente a realidade, determinar, por meio de apelos, um novo estado de espírito à nação. Por isso, a invocação de sentimentos de família, pátria, competência, solidariedade e justiça se enovelam no ato retórico e ampliam o *ethos* do retor. O exórdio comprido, distante do tema suposto para o discurso, encaminhava o ouvinte para a “demonstração” de argumentos aparentemente lógicos que, por sua vez, considerando-se o estado emocional do auditório diante da situação retórica, provocaria as paixões, legitimaria interesses, tocaria na mola do amor próprio do brasileiro. Fugir, pois, à temática esperada criou uma hipérbole dos

atos governamentais e encaminhou o auditório para outro objetivo: o de sedução, aquele que consiste, para o sujeito falante, em fazer prazer ao outro. É nesse instante que se reforçam os elementos imaginários e míticos do *ethos* presidência e se confirma o *soothing*.

Diante desse escamoteamento da real problemática a ser respondida, urgia reconfigurar no povo brasileiro a sensação de bem-estar aparente. O auditório precisava ser levado a reagir docilmente. Valendo-se da hipérbole como um efeito narcotizante, a atenção do auditório se desloca e se universaliza: o presidente fala para um ouvinte que deve compreender que os fatos mostrados estão acima das mesquinhasias de quaisquer partidos políticos, dirige-se ao *uomo qualunque*, aquele ser que está para além das mazelas políticas; dirige-se ao ser comum, dotado de bom senso e amor ao país. Não é possível, durante o ato retórico, confirmar se as premissas são ou não verdadeiras e essa é a vantagem retórica: torná-las verossímeis. Ao associar questões políticas a questões morais, o presidente precisava, sobretudo, conquistar uma confiança presumida em suas ações, em sua capacidade governamental e em seus propósitos éticos. Devia restar no auditório a sensação de que todas as notícias escandalosas eram fruto de manobra política, um complô para impedir o progresso e o crescimento do país. Seja qual for o teor do discurso que se seguiria depois do exórdio, o auditório estaria preparado para julgar que os argumentos demonstrativos, contidos nos números, apenas comprovavam que, a despeito dos argumentos contrários à forma como o governo conduzia sua política, o presidente mantinha-se íntegro e competente na condução das questões fundamentais que afligiam o país.

Os números, também, fechavam o leitor num circuito que não permitia a contra-argumentação, o questionamento e esse é um artifício retórico muito contundente, pois cria uma realidade verossímil num discurso autoritário e, grosso modo, legitimado pelas estatísticas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint Ltda.

BARTHES, R. *Retórica Antiga*. In: Cohen, J. et al. *Pesquisas Retóricas*.

Petrópolis, Vozes, 1975.

CARNEIRO, A. D. *O Discurso da Mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad. De Ana Paula Clestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

PERELMAN, C. *O Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Imprensa e Porta-Voz. Discurso do Presidente da República. Disponível em www.presidencia.gov.br, acesso em 12 de agosto de 2005.

ANEXO

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da reunião ministerial.

Granja do Torto, 12 de agosto de 2005.

Meus amigos,
Minhas amigas.
Boa tarde,

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República e ministro da Defesa,

Minhas companheiras ministras e ministros, que participam desta reunião.

Fiz questão de que as minhas palavras neste encontro de trabalho fossem abertas à população brasileira. Temos assuntos importantes a discutir que dizem respeito a toda sociedade. Mas, antes de mais nada, quero saudar em especial os novos ministros que vêm reforçar a nossa capacidade de ação nesta segunda metade do meu mandato. Vocês estão entrando num governo, que apesar de todas as dificuldades, fez o Brasil retomar o caminho do progresso e da justiça social.

Voltamos a crescer, mas desta vez de maneira sustentável, com a inflação baixa e, o que é mais importante, gerando milhões de empregos no campo e nas cidades. Tenho certeza de que o povo sente a diferença, o país está mudando para melhor.

A inflação é a menor dos últimos cinco anos, a produção industrial registra aumentos sucessivos. Na balança comercial as exportações ultrapassam a casa dos 110 bilhões de dólares nos últimos doze meses. É o melhor resultado da nossa história.

Mas o que mais me orgulha, pela minha história e pelo compromisso que tenho com a gente humilde da nossa terra, é a forte retomada da oferta de trabalho. Em 30 meses já criamos 3 milhões, 135 mil novos empregos com carteira assinada. Isso significa 104 mil novas vagas formais por mês, 12 vezes mais que a média dos anos 90, sem falar nos postos de trabalho no mercado informal e na agricultura familiar.

Criamos um ambiente favorável para a volta dos investimentos. Projetos no valor de mais de 20 bilhões de dólares já estão programados para entrar em operação na nossa economia.

Novas frentes de expansão em energia elétrica, transportes, novas fábricas e construções fizeram a produção de bens de capital crescer 10% nos últimos dois meses. Na área social, 7 milhões e 500 mil famílias de brasileiros mais humildes têm garantido o acesso a uma renda mínima através do programa Bolsa Família. Até o final do ano, 8 milhões e 700 mil lares serão beneficiados pelo programa.

Uma revolução está em marcha no mercado de consumo popular no nosso país. Expandimos o crédito com desconto em folha e muitos trabalhadores puderam pagar as suas dívidas e comprar uma geladeira, um fogão ou outro bem desejado por suas famílias.

Por isso, as vendas nesse setor cresceram 21% no segundo trimestre, comparado ao mesmo período de 2004. Este país não pode parar. Tenho certeza de que este é o desejo da sociedade brasileira.

Companheiros ministros e ministras,
Estou consciente da gravidade da crise política.

A PROSÓDIA NAS RELIGIÕES DO BRASIL

Maria Flávia Figueiredo*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o papel desempenhado pelos elementos prosódicos na construção da persuasão em diferentes discursos orais religiosos. Os corpora selecionados são textos orais emitidos por seis líderes religiosos considerados os principais representantes de diferentes religiões brasileiras (dois Católicos, três Protestantes e um Kardecista). Os resultados apresentados mostraram que os elementos prosódicos que apresentaram maior variação nos discursos analisados foram o volume (relevante em seis dos textos) e a pausa (relevante em quatro), seguidos da velocidade de fala (evidente em três dos textos) e da tessitura (claramente relevante em dois deles).

PALAVRAS-CHAVE: Prosódia. Persuasão. Textos orais religiosos.

ABSTRACT

The present paper aims at analyzing the role played by the prosodic elements in the constitution of persuasion in oral religious discourses. The selected corpora are oral texts delivered by six religious leaders considered to be the main representatives of different Brazilian religions (two Catholics, three Protestants and one Kardecist). The presented results have shown that the prosodic features that varied most were volume (relevant in six of the oral texts), pause (relevant in four), followed by speed (evident in three of the texts analyzed) and pitch (clearly relevant in two of them).

* Professora Permanente do Programa de Mestrado em Linguística da Universidade de Franca - UNIFRAN, Franca, SP, Brasil. E-mail: mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br.

KEYWORDS: Prosody. Persuasion. Oral religious texts.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar um balanço das investigações efetuadas por um grupo de pesquisa que teve por alvo verificar de que modo os elementos prosódicos corroboram os elementos argumentativos na construção da persuasão no discurso oral religioso em diferentes religiões brasileiras.

Uma análise dos elementos prosódicos não visa apenas a apresentar os aspectos relevantes da teoria prosódica para análise do *corpus*, mas, sobretudo, permite abordar questionamentos considerados relevantes e necessários para o tema em estudo, tais como:

- (1) Qual grau de ingerência da prosódia como instrumento de persuasão no discurso religioso atual?
- (2) Os recursos prosódicos podem se constituir em ferramentas que facilitam a persuasão?
- (3) Tais recursos exercem algum papel específico nos textos analisados?

A fim de vislumbrar o alcance persuasivo dos *corpora* selecionados, os trabalhos aqui discutidos buscaram analisar a correlação entre os elementos prosódicos e argumentativos na constituição da persuasão no texto oral religioso. Para tanto, essas pesquisas se valeram de um arcabouço teórico oriundo de duas áreas da linguística, quais sejam: a Prosódia e a Argumentação. Para ressaltar a importância dos elementos prosódicos na constituição da persuasão, contou-se com Figueiredo (2006), Cagliari (1992 e 1999), Scarpa (1999) e Massini-Cagliari & Cagliari (2001). E para fundamentar as premissas e técnicas da argumentação e da retórica, foram utilizados os trabalhos de Aristóteles (2003), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), Meyer (2003), Reboul (2004), Tringali (1988) e Citelli (2005). O presente trabalho, no entanto, enfatizará os dados oriundos da análise dos elementos prosódicos.

Em artigo intitulado “A prosódia como instrumento de persuasão” (FIGUEIREDO, 2006), buscou-se criar bases para pesquisas na área

de intersecção entre aspectos prosódicos e argumentativos em textos diversos. Esse artigo visou contribuir para a descrição das principais funções linguísticas desempenhadas pelos elementos prosódicos na língua portuguesa e explicitar de que modo tais elementos podem ser utilizados como recurso de persuasão no discurso oral. Por especificar os aspectos teóricos relevantes para o estudo na área de intersecção entre prosódia e argumentação, esse trabalho tornou-se parte fundamental do arcabouço teórico da presente pesquisa.

Ao se trabalhar com os pressupostos teóricos da Argumentação, como sendo “o desejo de persuadir, o de escutar e de se deixar convencer” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1997), e da Prosódia, como “conjunto de fenômenos fônicos que se localiza além da representação segmental linear dos fonemas” (FIGUEIREDO, 2006), o discurso religioso se apresentou como um corpus significativo para análise.

No que tange à metodologia de pesquisa, fez-se, inicialmente, uma coleta de dados a partir da audição dos textos e, em seguida, procedeu-se às transcrições dos textos orais selecionados – todas as transcrições obedeceram às normas previstas pelo projeto NURC (cf. ANEXO). O próximo passo foi efetuar uma descrição minuciosa dos corpora utilizados, caracterizando-os, inclusive, conforme os cânones do gênero textual a que pertencem – dentre estes, podemos elencar: o gênero pregação religiosa (cf. FIGUEIREDO, 2009; RODRIGUES, 2009 e MOURA, 2009), o gênero palestra espírita (SILVA, 2008) e o gênero discurso radiofônico religioso (CRUZ, 2009). Para verificação dos marcadores prosódicos nos corpora selecionados, como suporte à da análise auditiva, foram utilizados os softwares Praat 4.6.12 e Sound Forge 8.0.

ASPECTOS PROSÓDICOS

A fim de elucidar as funções linguísticas exercidas pelos elementos prosódicos, é necessário conhecer a maneira como tais elementos ocorrem e quais são os possíveis sentidos por eles carreados. Antes porém, vejamos o que significa o termo prosódia e quais são os seus desdobramentos.

O termo prosódia

Para a linguística atual, o termo prosódia refere-se ao conjunto de

fenômenos fônicos que se localiza além ou “acima” (hierarquicamente) da representação seg-mental linear dos fonemas. (Disso decorre o fato de podermos utilizar, indiscriminadamente, a expressão elementos prosódicos ou elementos suprasegmentais. Porém, uma vez que os fatos fônicos segmentais e os prosódicos são interdependentes, tem-se privilegiado o uso do termo prosódia em detrimento de suprasegmento.) De acordo com Scarpa (1999, p. 8), o termo prosódia recobre “uma gama variada de fenômenos que abarcam os parâmetros de altura, intensidade, duração, pausa, velocidade de fala, bem como o estudo dos siste-mas de tom, entoação, acento e ritmo das línguas naturais.” Essa gama mul-tifacetada de fenômenos tem feito dos estudos prosódicos um campo fascinante, pois o coloca “na encruzilhada entre prosa e poesia, en-tre linguística e engenharia do som, entre sintaxe e semântica, entre fonética e fonologia, entre língua e discurso” (SCARPA, 1999, p. 8).

Para melhor compreendermos o universo a ser explorado no campo da prosódia, apresentamos, a seguir, uma classificação dos elementos prosódicos relevantes para as línguas românicas, seguidos de sua caracterização.

Elementos prosódicos

De acordo com Cagliari (1999, p. 9), os elementos prosódicos, que geralmente de manifestam e forma concomitante e atribuem um certo contorno à fala, podem ser decompostos em: tessitura, entoação, tom, acento frasal, ritmo, duração, acento, pausa, concatenação, velocidade de fala e volume.

De forma bem sucinta, cada um desses elementos pode ser descrito da seguinte maneira (cf. CAGLIARI, 1999, p. 9-14):

- Tessitura: variações que deslocam a escala melódica da fala (mais aguda ou mais grave). De acordo com Matheus et al (1990, p. 193 apud MASSINI-CAGLIARI, 2001), a tessitura pode ser definida como “a escala melódica do falante, isto é, os limites em que se situam os seus valores mais altos e os mais baixos de F0 (frequência fundamental), quando fala normalmente”.
- Qualidade de voz: pode ser labializada, dentilizada, palatalizada, nasalizada, hipernasalisada, laringalizada (creaky voice), murmurada, falseto, áspera, rouca, robotizada (monotônica), infantilizada, virilizada, feminilizada entre outras.

- Entoação: variação melódica ascendente ou descendente.
- Tom: variação melódica que, nas línguas tonais, se dá no espaço de sílabas (diferente do que acontece com as línguas entoacionais em que a variação melódica se dá no espaço de grupos tonais). Os tons servem para caracterizar os itens lexicais (distinguem significados lexicalizados).
- Acento frasal: ocorre quando há uma mudança significativa da direção do nível melódico em determinada sílaba. Essa sílaba (sílabas tônicas saliente) trará consigo o acento frasal.
- Ritmo: caracteriza-se pela expectativa de uma repetição das saliências fônicas marcadas por durações estabelecidas.
- Duração: Pronúncia, ou prolação, alongada de elementos da fala (segmentos).
- Acento: revela as ondulações rítmicas da fala e serve para distinguir significados lexicais.
- Pausa: Silêncio na fala em meio a enunciados, com a função de segmentação da fala.
- Concatenação: junção de palavras que define a maneira como as pausas ocorrem num enunciado.
- Velocidade de fala: rapidez ou lentidão com que um mesmo enunciado pode ser pronunciado, isto é, sua taxa de elocução – que corresponde ao número de sílabas dividido pelo tempo total de elocução.
- Volume: refere-se à variação de intensidade da voz (alta ou baixa).

A partir dos elementos prosódicos apresentados, acreditamos ter estabelecido os parâmetros necessários para um melhor entendimento da manifestação dos aspectos prosódicos nos *corpora* analisados.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os *corpora* selecionados para análise constituem-se de textos orais proferidos por seis líderes religiosos considerados ícones ou principais representantes de religiões brasileiras (2 católicos; 3 evangélicos – sendo 1 pentecostal e 2 neopentecostais –; e 1 espírita). Essas religiões foram escolhidas devido à representatividade de cada uma delas no cenário

religioso atual. A religião católica, por exemplo, foi selecionada em função de o Brasil, assim como os demais países da América Latina, ser tradicionalmente católico. Porém, apesar dessa tradição, que nasceu no período da colonização, o número de adeptos às igrejas evangélicas tem crescido de maneira notória em todo o país (entre 1991 e 2000 (segundo o IBGE), a taxa de crescimento médio dos evangélicos no Brasil foi de 7,9%, somando, em 2000, mais de 26 milhões de pessoas); daí a escolha de três representantes evangélicos. Já, quanto ao espiritismo, pesquisas vêm comprovar que este é um dos seguimentos religiosos que apresenta significativa relevância numérica na conjuntura brasileira. Nos dados do censo de 2000, os kardecistas são mensurados em cerca de 2,2 milhões de adeptos (LEWGOY, 2006); o que justifica a escolha de uma de seus expoentes.

Quanto aos líderes escolhidos, da religião católica, foram selecionados dois expoentes – Pe. Marcelo Rossi, líder de audiência na mídia radiofônica, e Padre Léo, membro expressivo da Renovação Carismática Católica –; da religião evangélica pentecostal, optou-se pela seleção do fundador da igreja Assembléia de Deus – o Pastor Silas Malafaia –; da evangélica neopentecostal, foram selecionados dois grandes líderes do neopentecostalismo brasileiro – o Pastor R. R. Soares, líder de audiência na mídia televisiva, e o Apóstolo Rina, fundador da igreja mais revolucionária do cenário religioso brasileiro atual, a Bola de Neve Church –; e, finalmente, da espírita kardecista, selecionou-se um de seus palestrantes mais renomados, Divaldo Pereira Franco.

OS CATÓLICOS

O discurso radiofônico de Padre Marcelo Rossi

O primeiro discurso oral católico analisado foi um bloco do programa de rádio “Momento de fé” intitulado “A Viagem” (cf. CRUZ, 2009). O *corpus* compreendeu três dias de programa. Uma idiossincrasia desse *corpus* em relação aos demais é que o discurso radiofônico religioso tem como característica ser dramatúrgico e nele a voz é um dispositivo fundamental no processo persuasivo. Sendo assim, partiu-se da hipótese de que o enunciador, ao proclamar seu discurso em um veículo radiofônico, tem consciência de que o desempenho de sua voz é papel fundamental na enunciação e por isso cria, em sua pregação,

uma performance vocal aliada aos argumentos retóricos para atingir seu objetivo principal: a adesão de seu auditório.

O padre analisado, Marcelo Rossi, é um representante carismático da igreja católica e é conhecido “Padre pop-star”, o campeão de ibope em todos os seguimentos midiáticos. De acordo com a SonyBMG, a soma dos CDs e DVDs do padre vendidos somou 3,3 milhões de unidades somente no ano passado. (VEJA, 20/02/ 2008, p. 43)

Os elementos prosódicos selecionados para análise (seleção esta motivada pelo corpus) foram a tessitura, a qualidade de voz, o volume e a pausa. Todos os elementos foram analisados a partir da função pragmática que desempenham (tal função trata das atitudes do falante e pode variar de acordo com sua intenção).

Ao contrário do que se esperava (devido à grande audiência do programa), a análise evidenciou que a estrutura do discurso proferido é simples, informal, não planejada e muitas vezes improvisada e até mesmo incoerente do ponto vista textual. Porém, a voz do orador evidencia um percurso envolto por paixões, desencadeadas, sobretudo, pelo uso da figura retórica hipotipose, que consiste numa descrição fervorosa e emotiva de algo ou alguém por parte do orador de modo a evocar, imagisticamente, no auditório a projeção ou representação mental das imagens suscitadas. Tudo isso é feito através da modulação dos elementos prosódicos analisados, que têm um papel primordial na composição do enunciado e que muitas vezes “falam” mais do que o próprio texto. É como se estivéssemos diante de uma coreografia em que a voz dança em ondas rítmicas para expressar uma mensagem de fé com apelos persuasivos.

Vejam os dois trechos do *corpus* em que o orador descreve, a partir da figura hipotipose, cenas da dor e do sofrimento de Jesus:

... você já suou sangue?... imagina a dor que ele passou... suou sangue... depois... foi... -- oh Deus o que ele sofreu -- ... flagelos... MORto na cruz... imaGIna a dor que... de um CRAvo eNORme sendo cravado nas mã::os nos pés::... a LAN::ça no pei::to... as coROa de espinhos... bofeta::das... mas essa não foi a pior dor... a dor foi saber que ele ia passar por tudo isso por você e por mim... por isso que ele suou sangue... PAI olha só a dor... “afasta de mim esse cálice... mas não seja feita a minha vontaa::de pai... a tua” (ROSSI, 2006, 25'00)

mas ele fa::la agora...olhe em minhas mãos::... olhe os meus pés...
ele levanta o cabelo dele... olha minha testa... e por fim... olha o
meu coração... eu deixei as minhas cha::gas... conservei-as com
meu corpo glorio::so... pra mostrar pra você... que o MUNdo quer
deixar mar::cas... de DOR:: na sua vida... e eu posso... transformá-
las em mar::cas de amor... como eu FIZ... (ROSSI, 2006, 1'44")

O orador utiliza o recurso da enumeração para acrescentar os elementos de tortura sofridos por Jesus e, com isso, aumentar a sensação de angústia desse sofrimento, despertando no auditório a paixão da compaixão que, segundo Aristóteles, “ocorre quando sentimos certo pesar por um mal que se mostra destrutivo ou penoso, e atinge quem não o merece” (2003, p. 53). Narrando uma cena presente na memória religiosa dos ouvintes, “a cena da crucificação” de Cristo emociona e torna seu discurso mais atraente. Com a elucidação desta cena ele visa atingir dois de seus objetivos: o de “consolar” a dor alheia, mostrar que a dor do outro é pequena diante de outras dores; e o de propagar a fé cristã, pois Cristo sofreu por “nós”. Podemos verificar esses dados na figura abaixo:

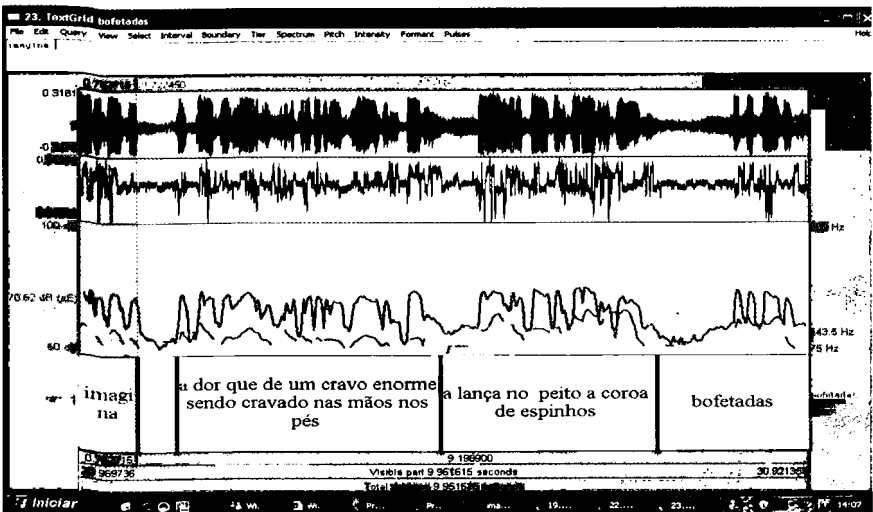


Figura 1 – Hipotipose e Pathos

A construção prosódica que acompanha o sentimento de resignação no auditório é criada com a aceleração/desaceleração da fala, com a utilização de pausas que, segundo Figueiredo (2006), revelam a atitude do falante de chamar atenção ao que foi dito e, ao mesmo tempo, promover com essas pausas o tempo necessário para que o auditório crie na sua imaginação a cena descrita. Isso fica claro quando observamos o número de palavras proferidas num curto tempo: 23 palavras em 9 seg. 19 mil. O volume alterado constantemente nesse momento reforça, no auditório, o sofrimento narrado e sustenta o sentimento despertado: a compaixão.

Um outro ponto importante nesse trecho do discurso em que a hipotipose é empregada é o momento em que Padre Marcelo, valendo-se dos recursos prosódicos teatraliza e personifica a voz de Jesus, chamando pelo "Pai". Com a voz carregada de emoção, o orador recria a dor e o sofrimento do Cristo durante o momento da crucificação. O orador performatiza, ou seja, concretiza através da qualidade de voz empregada, o calvário no imaginário do auditório.

A análise evidenciou, portanto, que, na composição radiofônica, os elementos prosódicos desempenham um papel fundamental, sendo que o mais importante não é o que se fala e sim a forma como se fala.

A pregação de Padre Léo

O segundo representante católico analisado foi Padre Léo, renomado pregador da mídia televisiva e fundador da Comunidade Bethânia - um centro de recuperação para dependentes químicos acolhidos para tratamento físico, psíquico e espiritual.

Sua pregação selecionada como *corpus*, "Buscai as coisas do alto", foi direcionada a um auditório de aproximadamente 30 mil pessoas, presentes no Retiro Hosana Brasil, e aos telespectadores do Brasil inteiro, com transmissão ao vivo pela Rede Canção Nova de Televisão.

Sabe-se que uma das condições impostas pelo jogo argumentativo é a de que o orador apresente um 'linguagem comum' ao seu auditório. A esse respeito, a análise da pregação evidenciou que a linguagem de Padre Léo em muito se aproximava do registro empregado pelos falantes que integravam seu auditório (uma fala permeada de expressões regionalistas e com a presença do /r/ retroflexo, típico dos falares rurais brasileiros). No que tange à análise dos recursos prosódicos, ao longo da pregação,

os elementos prosódicos que se mostraram mais relevantes foram: a tessitura, o volume e a pausa. Vejamos um excerto bastante ilustrativo:

(...) pára agora e pense comigo... pode até fechar os olhos um pouqui::m... cê que tá em ca::as... aqui... nesse espaço sagra::do... () que área da minha vida eu preci::so... botá o carim::bo... do céu?... i::sso... faz um momentim de silêncio... olha que bonito... nem parece que são milhares de pessoas --obrigado senhor -- ... e peça (assim) Espírito Santo... vem e socorra a minha fraqueza... dá-me a graça de carimbá a minha vida inTElra... com as coisas do alto... eu cansei... dessas coisas da terra... eu cansei do pecado... vem e socorra minha fraqueza... (PADRE LÉO, 2006, 38'12").

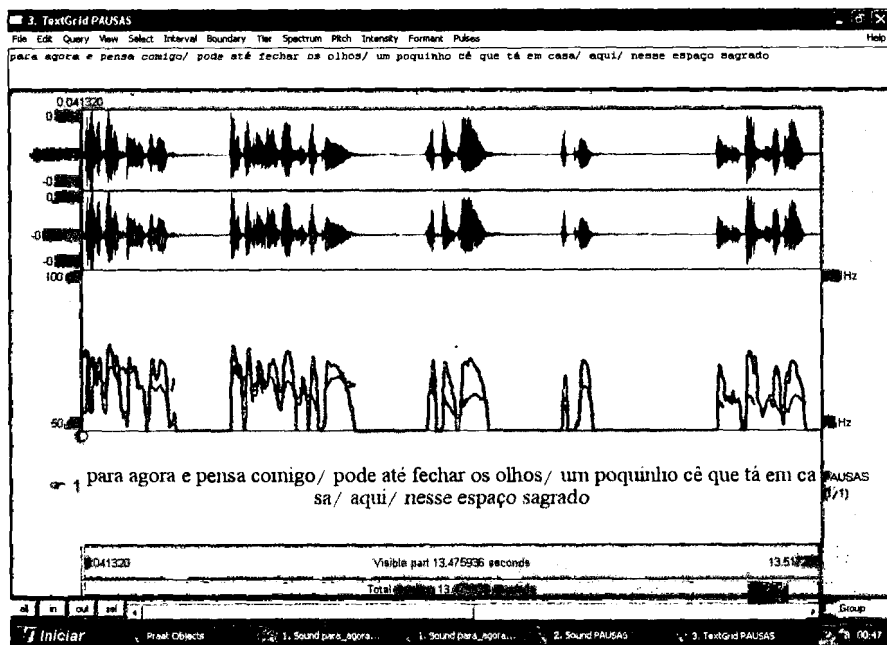


Figura 2 – Momento de oração – pausas (38'12")

Nesse momento, em que o orador convida seu auditório a seguir com ele o caminho ao plano espiritual, ele realiza uma oração de súplica a Deus para que todos sejam salvos, ao buscarem as coisas do alto. É uma oração com qualidade de voz aveludada, com profundo paternalismo, com o ar de cuidado e proteção àqueles que acompanham a oração. Na

fig. 2 podemos observar que o orador faz uso de períodos de pausa, no intuito de segmentar a fala, reforçando o significado literal do que está dizendo. Esse recurso lhe permite levar o auditório a deixar de lado outras interpretações possíveis e, assim, acompanhá-lo em sua oração a Deus. Observamos pausas longas, de até 3 segundos, representando a atitude do falante no desejo de reforçar o valor de sua autoridade e do que diz. A pausa tem também a função linguística de chamar a atenção para o que se vai dizer em seguida, preparando o auditório para a aproximação do plano temporal ao plano espiritual. Nesse excerto, o volume se mantém em níveis mais baixos, assinalando o respeito pelo momento conduzido pelo orador, persuadindo seu auditório a orar junto com ele, enquanto que a tessitura é utilizada em níveis graves, decrescendo continuamente, usada pelo orador com vistas a prender a atenção de seu auditório.

Os resultados da análise ao longo do *corpus* evidenciaram que o orador emprega uma qualidade de voz aveludada e afetuosa que, ao mesmo tempo, busca persuadir e aconselhar carinhosamente. Além disso, ele modula uma qualidade de voz mais adequada à argumentação quando quer suscitar a paixão da compaixão em momentos de reflexão. Para isso, ele altera o volume e a tessitura e faz uso de repetições e pausas longas para demonstrar autoridade, sabedoria e garantir a persuasão.

Pôde-se concluir que se, por um lado, a voz de Deus dá a ordem para o sacerdote realizar sua missão de evangelizar, por outro, a Prosódia confere a ele recursos para persuadir seu auditório, argumentando. Pode-se verificar, ainda, que o discurso proferido apresenta um nítido percurso argumentativo-persuasivo, corroborado, no entanto, pelos elementos prosódicos analisados.

OS EVANGÉLICOS

A pregação de Silas Malafaia

O primeiro dos evangelhos escolhido para análise foi Silas Malafaia – psicólogo, pastor e maior representante da igreja pentecostal Assembléia de Deus no Brasil (cf. RODRIGUES, 2008). Características das igrejas pentecostais são cultos cheios de emoção (vão do riso ao choro), muita música, palmas, gritos, e, em algumas igrejas, até mesmo dança. Pesquisa realizada pela World Christian Database revela que três em cada quatro protestantes da América Latina são pentecostais, o que faz com

que as igrejas pentecostais sejam apontadas como grandes responsáveis pelo crescimento numérico de evangélicos no Brasil.

A palestra selecionada como *corpus* intitula-se “Homossexualismo, aborto e células tronco, a verdade que você precisa saber”. Nela, os elementos prosódicos que mais se destacaram foram o volume (na maior parte do tempo elevado), a velocidade de fala (tendendo à aceleração) e as pausas (utilizadas como ferramenta para atrair a atenção do ouvinte diante de algo que se quer enfatizar).

O elemento mais marcante do discurso de Malafaia é, sem dúvida, o volume alto. Ao longo da pregação, foram registradas inúmeras ocorrências de verdadeiros gritos, o que, conforme Cagliari (1999) e Figueiredo (2006), sinaliza uma atitude autoritária do orador e também uma tentativa de chamar a atenção do ouvinte para aquilo que está sendo dito. Vejamos um exemplo em que ocorre uma desaceleração da velocidade de fala, provavelmente com o intuito, por parte do orador, de se fazer mais claro e conseqüentemente, melhor compreendido.

o ser humano perde refe-rên-cias... querem legalizar tudo... agora não fica chateado comigo não... um ERRO MORAL... NU:::NCA PODE ser... um di-REI-to ciVIL. (MALAFAIA, s/d, 18'05”)

Considerando os aspectos prosódicos desse trecho, notamos que antes de pronunciar a palavra “nunca”, aparece uma pausa acentuada logo após a palavra “moral”. Ou seja, o falante pretende chamar a atenção para o que se vai dizer em seguida. Há também um aumento significativo do volume na palavra “nunca”, o que, conforme Cagliari (1999) e Figueiredo (2006), pode sinalizar uma atitude autoritária ou uma tentativa de chamar a atenção do ouvinte para aquilo que se diz. E, ao pronunciar “um direito civil”, ele faz uso da entoação, valendo-se de tons descendentes em nível alto, passando a baixo.

Os resultados da análise ao longo do *corpus* evidenciaram que a exploração dos elementos prosódicos (sobretudo o volume alto e a velocidade de fala acelerada), atrelados aos recursos argumentativos e retóricos, foram os principais responsáveis pelo alcance persuasivo do texto oral analisado.

Os outros dois pastores evangélicos analisados a seguir são membros de duas significativas igrejas neopentecostais do Brasil – a

Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) e a Bola de Neve Church (cf. respectivamente RODRIGUES, 2009 e SANTOS & FIGUEIREDO, 2009). Convém lembrar que, no Brasil atual, o neopentecostalismo é a vertente que mais cresce, e é também a que ocupa maior espaço na TV.

O discurso televisivo do Pastor R. R. Soares

Proferida pelo principal representante da IIGD no Brasil, a palestra “As palavras” foi veiculada pela Rede Bandeirantes de televisão e Rede TV, em horário nobre. Seu orador, R. R. Soares, ficou conhecido por ser a pessoa com maior número de aparições na TV brasileira.

Os elementos prosódicos que se destacaram no *corpus* foram o volume baixo, a velocidade de fala desacelerada e a pausa recorrente. Diferentemente do discurso de Silas Malafaia, Soares apresenta uma qualidade de voz doce, quase paternal, e aparenta intimidade com o auditório. Sua voz é agradável e confortante, mantendo-se quase inalterada ao longo da pregação (com volume baixo e velocidade de fala lenta). Quem o observa nos primeiros minutos, ouve um pregador tranquilo, calmo, paternal, que apresenta suas idéias de maneira firme e segura, aparentando serenidade e equilíbrio. Todos esses dados mostraram que a postura de Soares é bastante inovadora se comparada à de outros pregadores evangélicos. Em sua construção ética, por exemplo, o volume baixo, na maior parte da pregação, e a velocidade de fala cadenciada ajudam a criar a imagem de um pregador culto, paciente, controlado e, acima de tudo, experiente. Essas características atreladas ao uso de trechos bíblicos (que podem ser considerados um argumento de autoridade junto ao seu auditório particular) conferirão ao orador a credibilidade necessária para a consolidação da persuasão. O exemplo abaixo evidencia tal fato:

Salmo cento e três versículo vinte diz assim... bendizei ao Senhor todos os seus anjos... vós que excedeis em força que guardai os seus mandamentos obedecendo a voz da sua palavra... quando nós damos voz a palavra de Deus to:::dos os anjos do Senhor entram em ação... pois eles obedecem a voz da palavra do Senhor... eles exce:::dem em forças... eles são tremen:::dos em poder... eles são de uma habilidade tama:::nha... e é a própria habilidade de Deus. (SOARES, 2007, 16' 56").

Nesse trecho, o orador, valendo-se do elemento prosódico duração, alonga a sílaba tônica de quatro palavras, enfatizando-as, o que pode indicar um aumento do sentido positivo de uma qualidade que deseja ressaltar.

No próximo exemplo, podemos observar a pausa que promove a silabação em palavras de destaque para a construção argumentativa. O uso argumentativo da pausa no trecho analisado o que Cagliari (1992) denomina: “O fato de se falar palavra por palavra, segmentada por pausa, pode representar uma atitude do falante que deseja reforçar o valor de sua autoridade e do que diz”.

Lucas... dez... dezenove... eis aí... ACORDEM... DESPERTEM-SE...
LEVANTEM-SE... eis aí que eu vos dei autoridade para pisardes
serpentes e escorpiões... e... sobre toda força... capacidade...
habilidade... poder do inimigo... e nada... ab-so-lu-ta-men-te vos
causará dano algum... irmão. (SOARES, 2007, 42'39”).

Ainda, prosodicamente, podemos verificar o aumento do volume nas palavras ACORDEM, DESPERTEM-SE e LEVANTEM-SE no intuito de dar ênfase e chamar atenção, revelando também autoridade. Na palavra a-b-so-lu-ta-men-te, Soares faz a silabação, reforçando o valor dessa palavra no sentido de que, com Deus, nada poderá nos causar dano.

No decorrer da análise, verificou-se que, não só a prosódia corrobora a argumentação, mas outro forte aliado e muito utilizado por Soares é o discurso da Teologia da Prosperidade, em que a solução para todos os problemas da existência humana é amplamente divulgada e declarada. O texto analisado também se mostrou marcado pelas características do discurso da auto-ajuda.

A PREGAÇÃO DO APÓSTOLO RINA

O segundo pastor neopentecostal analisado foi o Apóstolo Rina (Rinaldo de Seixas Pereira), fundador da Bola de Neve Church. Seu estilo é despojado e seu texto é marcado por um vocabulário informal carregado de gírias de grupos sociais “praieiros”. A igreja Bola de Neve (que tem no lugar do púlpito, uma prancha de surf) tem hoje um público essencialmente formado por surfistas e skatistas, e na platéia se vê jovens

de bonés, tatuagens e piercings. Nos cultos, o louvor a Deus é embalado por reggae, rock e surf music, assemelhando-se a shows de rock. Essa igreja nasceu com o intuito de aproximar os jovens da religião e é hoje fenômeno no que diz respeito ao número de jovens que concentra.

A pregação escolhida para análise foi “Só Deus para me aguentar”. Assim como na anterior, essa pregação não aborda a temática de um Deus impiedoso e mal (o que contrariaria os postulados da Teologia da Prosperidade) e também traz marcas evidentes do discurso da auto-ajuda. Em termos prosódicos, a análise efetuada nos possibilitou averiguar que o orador apresenta picos de variação do volume de voz – por vezes, extremamente alto, outras vezes, baixo – com vistas, possivelmente, a sensibilizar o auditório. Além do volume, outra característica prosódica apresentada pelo orador é o uso recorrente do acento frasal. Por meio dele, o orador logra ressaltar os termos que busca enfatizar. Vejamos o seguinte exemplo:

Deus... por quê que nós não somos como os ANjos... os anjos foram criados numa natureza diVina... eles não têm essa história de luta com a CARne... luta com o velho HOMem... levar o velho homem pra cruz... lutar contra o velho... não têm essa luta... já os seres humanos foram gerados... numa natureza... pecamiNOsa... e aí... vivem como PAULo... ele disse... registrou e escreveu pra ficar para as próximas gerações... o BEM que eu quero fazer esse eu não faço... o MAL... que eu não quero fazer... este eu faço... e parece que assim ele se martirizava... puxa vida... eu tenho tudo... pra fazer o que é certo... eu QUERO fazer o que é certo... eu QUERO acertar... eu QUERO o alvo... e ao mesmo tempo essa... essa carne essa luta... me faz fazer o que é errado... me faz errar... esse velho HOMem... se ele se leVANTa... quando achei que ele estava enterrado... estava lá a lápide aqui jaz o VELHo... ele vem tentando ressucitar me aGARra pelo calcanhar... me/ eu tentando andar... e/ me aRRAsTa... ele me segura... eu SOLta... me LARGa... ele vem e me aGARra e me impede de creSCER... de prosseGUIR... de anDAR... (PEREIRA, 2007, 03' 03'')

Nesse trecho, podemos perceber que o orador utiliza o acento frasal de forma natural (isto é, onde naturalmente ele se apresentaria numa fala espontânea), mas também o desloca para determinados

termos dentro da frase, dando a eles maior notoriedade e despertando, assim, a atenção do auditório para o que se deseja enfatizar. Esse recurso, recorrente ao longo de toda a pregação, se mostrou como uma particularidade do pregador.

O ESPÍRITA KARDECISTA

A palestra espírita de Divaldo Pereira Franco

A palestra escolhida para ilustrar o discurso veiculado pelo espiritismo kardecista foi “Provas Científicas da Existência de Deus”, proferida por um de seus mais renomados divulgadores: Divaldo Pereira Franco (cf. SILVA, 2008). Note-se que, ao longo de sua história, a doutrina espírita tem como característica a cientificidade, fato que motivou a escolha do *corpus*.

A análise dos dados revelou que, no kardecismo, a palestrã é uma das formas de doutrinação coletiva de um segmento que não apresenta um conjunto de atos ritualísticos. A observação dos dados evidenciou uma característica marcante dos kardecistas: o auditório é formado por um público extremamente silencioso.

Convém lembrar que “a retórica e a passionalidade estão estritamente associadas desde sempre” (MEYER, 1993, p. 147). Na palestra espírita, as imagens suscitadas pelo orador são claramente percebidas: com o *ethos*, ele pretende convencer pela razão e, com o *pathos*, pela emoção, e a prosódia torna-se um elemento argumentativo uma vez que enfatiza o aspecto emocional. É por meio da prosódia que o palestrante logra inserir o patético na palestra. Os elementos prosódicos são de suma importância para esse processo argumentativo no corpus, em especial, a velocidade de fala e o volume. As variações prosódicas da fala permitem ao orador, dentro de um discurso que pretende ser científico, recorrer à emoção do auditório. O grande instrumento do orador é a sua voz. A impoção da voz faz com que ele construa uma imagem de si fundada na erudição, caridade, amor e paciência. Além disso, a morosidade e a entoação monocórdica apresentaram-se como traços prosódicos constitutivos da palestra analisada. Os aspectos prosódicos indicam também que o palestrante espírita demonstra preparo vocal mantendo a fala em volume baixo, velocidade de fala lenta e pausada; o que reforça a idéia de equilíbrio e faz emergir a calma – paixão (segundo Aristóteles)

essencial para que o orador seja ouvido. Sendo assim, o silêncio que o auditório manifesta pode ser tomado como assentimento, uma resposta dialógica gerada pela paixão da calma.

Os resultados da análise evidenciaram que o volume e a qualidade de voz, aliados à velocidade de fala, exercem papel preponderante na constituição prosódica do texto analisado.

O excerto transcrito abaixo contém uma das máximas doutrinárias mais importantes para os kardecistas: “fora da caridade não há salvação” (KARDEC, 2002, p. 197). Por isso, esse enunciado recebe uma carga prosódica ainda maior no tocante ao volume, à velocidade de fala e à qualidade de voz, o que destaca e solidifica o conceito de caridade na construção enunciativa da máxima kardecista.

Deus é amor... e a doutrina espírita...emergindo... do grande silêncio da história... VEM DIZER QUE FORA DA CARIDADE não há salvação... porque caridade é o amor na sua mais elevada expressão...porque o amor é a alma da vida... assim como a vida é a alma do amor.. (FRANCO, s/d, 66'00”).

Verificamos que, ao longo de todo o trecho, o ritmo da fala é cadenciado, aproximando-se a uma declamação de poesia. Ressalta-se, porém, um contraste muito acentuado produzido pela variação do volume aliada à variação da qualidade de voz, que vai desde o murmúrio até quase o grito. Verificamos que a expressão “Deus é amor” sofre uma redução drástica do volume e é apresentada de forma quase inaudível com uma qualidade de voz murmurada. De forma contrastante, observa-se que, ao enunciar verdades doutrinárias, o orador reforça prosodicamente sua fala, aumentando o volume desde a palavra “vem” até a palavra “caridade”. A palavra “fora” é bastante enfatizada, apresentando maior saliência na sílaba tônica por meio do acréscimo ainda maior do volume. No que se refere às funções linguísticas exercidas por esse elemento prosódico, podemos dizer que, nesse caso, o alto volume de voz pode ter a função pragmática de indicar perigo para quem não pratica a caridade. Vemos também que, ao proferir as palavras “não há salvação”, o orador apresenta uma qualidade de voz chorosa, que, aliada a uma redução do volume, termina em um lamento, um gemido de pesar, o que confere ao enunciado a idéia de sofrimento.

A partir da análise da articulação dos elementos prosódicos

aliados aos argumentativos, pôde-se perceber que, apesar do cunho pretensamente científico da doutrina espírita, na verdade, a argumentação tende mais para o lado emocional do que para o racional e são os elementos prosódicos os responsáveis pela articulação dessas emoções. Esse fato nos leva a pensar que, contrariamente ao que se espera, a racionalidade advogada pela doutrina, manifesta-se, no nível prosódico, maquiada de emoção (cf. SILVA, 2008). Sendo assim, os elementos prosódicos e argumentativos articulados conjuntamente emprestam à palestra um aspecto mais emocional do que racional, em oposição ao que se defende no plano semântico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionamos no início do texto, nosso objetivo foi realizar uma sondagem da prosódia manifestada no discurso oral religioso da atualidade brasileira. Buscamos analisar, por meio dos discursos proferidos por seis líderes religiosos, as manifestações dos elementos prosódicos nessa modalidade de discurso nos dias atuais. Essas manifestações são muitas vezes guiadas pela necessidade crescente de estratégias argumentativas, ou mais precisamente, persuasivas no discurso religioso em decorrência da proliferação vertiginosa de seitas e igrejas. Em outras palavras, a “democratização da fé”, expressa no número crescente de igrejas, tem exercido uma forte pressão no discurso religioso no sentido de torná-lo mais persuasivo e, até mesmo, mais apelativo.

Pudemos compreender, por meio da análise, que os elementos retórico-argumentativos presentes nos discursos analisados estão entrelaçados e mantêm uma relação de interdependência com os recursos prosódicos. Dessa maneira, podemos dizer que o trabalho aqui apresentado atingiu seu objetivo principal, isto é, o de evidenciar que a prosódia corrobora a argumentação no discurso oral religioso. As pesquisas apresentadas demonstram que é por intermédio dos recursos prosódicos que os oradores conduzem seus respectivos auditórios e, assim, logram despertar as emoções que almejam com vistas à persuasão.

Agradecimentos

Agradeço aos orientados, Rosana Cláudia da Silva, Edleia Montes Lopes Rodrigues, Regiane Aparecida da Cruz, Ana Fabíola Camargo Fanton Rodrigues, Kátia Araújo de Moura e Giovani Carlos dos Santos, cujo empenho permitiu a efetivação do projeto de pesquisa “A prosódia como instrumento de persuasão no discurso”.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 9. ed. São Paulo: Ateliê, 2006.

ARISTÓTELES. *A retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Clássicos).

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Riddel, 2007.

CAGLIARI, L. C. *Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos*. Cadernos de estudos linguísticos, Campinas, n. 23: 137-151, jul./dez. 1992.

CAGLIARI, L. C. *Acento em português*. Campinas: Edição do autor, 1999. (Coleção Espiral, Série Linguística, v. 4)

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios, 17)

CRUZ, R. A. *A voz que “salva”: a persuasão por meio da prosódia e da argumentação no discurso radiofônico de Padre Marcelo Rossi*. 2009. 99f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

FIGUEIREDO, M. F. (publicado com o nome BOLLELA, M. F. F. P.). A prosódia como instrumento de persuasão. In: NASCIMENTO, E. M. F. S. et al. (Orgs.). *Práticas enunciativas em diferentes linguagens*. Franca: UNIFRAN, 2006. (Coleção Mestrado, 1).

_____. et al. Pregação religiosa: uma caracterização à luz da teoria dos gêneros. *Diálogos Pertinentes*, Franca, v. 5, n. 5, p. 129-153, jan./dez. 2009.

FRANCO, D. P. *Provas científicas da existência de Deus*. Manaus: Videolar. S. A. (78min18s).

KARDEC, A. *O evangelho segundo o espiritismo*. 275. ed. São Paulo: IDE, 2002.

LEWGOY, B. *Os espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre cultura escrita e oralidade no espiritismo kardecista*. São Paulo: FFHL/USP, 2000. 360f. (tese de doutorado em antropologia social).

MALAFAIA, S. *Homossexualismo, Aborto, Células-Tronco: a verdade que você precisa saber*. Rio de Janeiro: Central Gospel, s.d. 1 DVD (68 min.).

MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. Fonética. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística 1: domínios e fronteiras*. (Orgs.). 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 106-141.

MEYER, M. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Lisboa: Edições 70, 1993.

MEYER, M. Prefácio. In: ARISTÓTELES. *A retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Clássicos).

MOURA, K. A. “*Buscai as coisas do alto*”: aspectos argumentativos e prosódicos do discurso religioso de Padre Léo. 2009. 93f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

PADRE LÉO. *Buscai as coisas do alto*. São Paulo: Canção Nova, 2006. 1 DVD (49 min.).

PEREIRA, R. S. *Só Deus para me aguentar*. São Paulo, Bola Music, 2007. 1 DVD (76 min.).

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 1996.

PRETI, D. *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2003, p. 13-14.

REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REVISTA VEJA. Ele é o rei do disco de novo. ED. 2048. São Paulo: Abril, 2008.

RODRIGUES, A. F. C. F. *A graça de Deus em suas mãos: análise dos elementos argumentativos e prosódicos no discurso religioso neopentecostal de R. R. Soares* 2009.123f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Unifran.

RODRIGUES, E. M. L. *O discurso religioso e a triplíce influência: argumentação, texto e prosódia*. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

ROSSI, Padre Marcelo. *Programas “Momento de Fé”*. Franca: Radio Difusora de Franca, 2006.

SANTOS, G. C.; FIGUEIREDO, M. F. *Bola de Neve Church: a mudança no discurso evangélico do Brasil*. Diálogos Pertinentes, Franca, v. 5, n. 5, p. 59-76, jan./dez. 2009.

SCARPA, E. M. (Org.). *Estudos de prosódia*. Campinas: Unicamp, 1999.

SILVA, R. C. *A emoção “maquiada” de razão: aspectos prosódicos e argumentativos de uma palestra espírita kardecista*. 2008. 102 f. Dissertação (em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

SOARES, R. R. *As palavras*. São Paulo: Ongrace, 2007. 1 DVD (60 min.).

TRINGALI, D. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

ANEXO

Quadro de normas para transcrição do Projeto NURC (PRETI, 2003, p. 13-14).

Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Aumento de volume / Entoação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ...o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	eo Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	{ ligando as linhas	A. na { casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fizeram { lá... B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	" "	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... "O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREira entre nós"...

* Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP No. 338 EF e 331 D2.

A NOSSA GRAMÁTICA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE GRAMATICAL BRASILEIRA

Maurício Silva*

() a nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos (João Ribeiro, A Língua Nacional, 1921)

RESUMO

O presente artigo procura analisar as diversas possibilidades de conceituar a gramática, refletindo acerca das variantes de sentido que esse conceito pode acarretar. Além disso, procura analisar alguns aspectos metodológicos provenientes da Historiografia Linguística, particularmente voltados para a análise da gramaticografia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática. Língua Portuguesa. Historiografia Linguística.

ABSTRACT

The present article analyzes the concepts of grammar, and point out some aspects of the grammatical practice, in its writing perspective. Furthermore, it analyzes some methodological aspects of the Linguistic Historiography.

KEYWORDS: Grammar. Portuguese. Linguistic Historiography.

* Professor e coordenador da Pós-Graduação da Universidade Nove de Julho, UNINOVE, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: maurisil@gmail.com

INTRODUÇÃO

Historicamente, a gramática conheceu uma gama bastante variada de definições: confundindo-se, a princípio, com a lógica, dela se desvinculou num esforço independentista de marcar território no campo dos conhecimentos humanos, para, em seguida, adquirir estatuto de “ciência” autônoma, passando então a englobar as três vertentes fundamentais da lingüística estruturalista: a fonético-fonológica, a morfossintática e a semântica. Conceitualmente, contudo, a gramática pode ser definida tanto como uma ciência que estuda o sistema de uma língua quanto um sistema de organização de palavras em unidades frásicas e oracionais. (AUROUX, 1990; CARRETER, 1974; TRASK, 1993) Tal descrição padece, no entanto, dos limites da própria funcionalidade da gramática, já que, do ponto de vista pragmático, a gramática adquire sentidos, muitas vezes, diversos daqueles aqui expostos, podendo-se então se falar em gramática histórica, gramática comparativa, gramática geral, gramática descritiva, gramática normativa e outras

Evidentemente, na prática, os estudos gramaticais podem apresentar divergências de concepção e fatura, intersecções profundas e contatos superficiais, variações que, no limite, inviabilizaria qualquer tentativa de definição mais rigorosa da gramática. De qualquer maneira, parece ponto pacífico entre os pesquisadores do assunto que toda gramática apresenta, por um lado, certo grau de descrição da língua e, por outro, certos modos exemplares de atualização linguística (cf. NEVES, 2002).

Especificamente no que compete à gramaticografia portuguesa, assistimos, com o avanço das teorias lingüísticas ao longo do século XX, a uma nova etapa de sua história, em que o ideário lingüístico evolucionista é substituído por diretrizes estruturalistas que passam a servir de fundamento científico à criação de novas gramáticas do português. Neste sentido, a inauguração do novo século marca também a eclosão da gramaticografia da língua portuguesa, estabelecendo novos protocolos de normatização e de uso desse idioma e fazendo com que a gramática apresente um discurso que não está isento de questionamentos acerca da construção de uma identidade, que tanto pode ser a identidade de seu usuário ou de seu autor, quanto a de sua própria tessitura discursiva, tornando a gramática não mais apenas um

instrumento linguístico destituído de sentido sociocultural e político, mas, numa visada mais larga, representação polissêmica de uma dada cultura e, por extensão, um inequívoco instrumento identitário.

De modo geral, os estudos linguísticos podem-se dividir entre uma concepção da linguagem como a) sistema, isto é, um esquema lógico; b) norma, a organização do sistema; c) e fala, a concretização do sistema (COSERIU, 1979). A gramática atua diretamente sobre a norma, concorrendo para a sistematização da norma culta ou padrão ou para a descrição de uma dada norma. Esse fato, contudo, não nos isenta de pensarmos nas possibilidades de relacionamento entre gramática e identidade, que, na gramaticografia portuguesa, provém pelo menos desde meados do século XVI, como se percebe, por exemplo, nas gramáticas de Fernão de Oliveira (*Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, 1536) e de João de Barros (*Grammatica da Lingua Portuguesa*, 1540), em que se podem entrever opiniões que se articulam direta ou indiretamente com a questão da formação de uma identidade nacional, a partir, sobretudo, da valorização da língua portuguesa (MARIANI, 2004; CASAGRANDE, 2005; LEITE, 2007).

A instauração de uma identidade, em termos de estudos linguísticos, se dá por meio de manifestações linguístico-culturais que passam por várias instâncias legitimadoras próprias de uma determinada nação e, conseqüentemente, de um determinado idioma, como a literatura nacional, a imprensa, os processos de escolarização etc. Uma das manifestações menos estudadas na sua inter-relação com a questão identitária, contudo, é aquela que se refere às gramáticas e, no nosso caso específico, às gramáticas da língua portuguesa, abordagem que necessariamente se reporta aos estudos metalinguísticos. Embora a questão da identidade possa ser analisada no estudo do outros componentes do âmbito metalinguístico – como o dicionário, instrumental metalinguístico por excelência (NUNES, 2006; COELHO, 2003) – é no estudo da gramática que, acreditamos, as contradições que marcam a identidade lusitana – e, em particular, a brasileira – afloram de modo mais saliente, deixando entrever os inúmeros caminhos, mas também as várias lacunas, que semelhante abordagem pressupõe.

O percurso histórico e ideológico da gramática da língua portuguesa no Brasil ainda está por se escrever. Se a língua, num sentido lato, assinala de forma irredutível a identidade de uma determinada nação, a gramática exerce papel similar, num sentido estrito. E como

instrumento linguístico que é, ela vai além: ao registrar o modus operandi de determinado idioma, passa a representar, dialeticamente, as contradições de seus falantes, em que tudo se resolve na síntese de uma determinada ideologia linguística. A relação entre gramática e identidade é, por isso mesmo, complexa, devido sobretudo à multiplicidade de perspectivas pelas quais ela pode ser analisada e à diversidade de questionamentos que a simples aproximação destes dois conceitos acarreta ao pesquisador do assunto. Assim sendo, há que se objetar, em primeiro lugar, acerca da existência de uma identidade gramatical brasileira, já que a gramática – como instrumento linguístico de repercussão social e política – reproduz, na constituição de um modelo de língua padrão, as distorções e os contrastes presentes na própria sociedade (questão da gramática brasileira). Mas há também que se pensar, em segundo lugar, na real possibilidade de o discurso gramatical forjar – por meio da representação das regras e normas, da legitimação da fala e da escrita, da consolidação dos enunciados científicos e literários – uma identidade nacional tanto linguística quanto supra-linguística (questão da língua brasileira).

GRAMÁTICA, IDENTIDADE E SOCIEDADE

Embora falte ainda uma metodologia adequada à análise da produção gramaticográfica no Brasil, quando esta for formulada, certamente deverá partir da compreensão da gramática como um complexo sistema sociocultural que, sem se restringir ao texto e ao seu autor, deverá levar em consideração desde as instâncias legitimadoras do texto até o papel do leitor, passando ainda pelos meios de produção, pelas categorias ideológicas em que o texto se inscreve e pelas teorias linguísticas que conformam uma ampla rede de relações socioculturais e políticas, sem as quais o conceito de gramática revela-se pouco operacional. Diante dessa tarefa, duas teses precisam ser discutidas, a fim de que se alcance resultados positivos na resolução da equação entre gramática e identidade.

A primeira, relacionada à ideia de inserção social da gramática, sugere a necessidade de se definir o alcance social do “modelo” linguístico nacional e seus modos de recepção pelos utentes da língua, nos mais diversos extratos sociais. Assim, no que tange aos estudos

gramaticográficos, há que se discutir a inserção social da gramática sob três aspectos: o autoral, isto é, o lugar social ocupado pelo gramático na sociedade letrada (questão institucional); o discursivo, que leva em conta o imaginário criado pela escrita gramatical como reprodução de contrastes sociais (questão ideológica); e o receptivo, ou seja, a recepção do texto gramatical pelo leitor e outras instâncias de legitimação, como modos de reconhecimento da gramática (questão legitimadora).

Com efeito, pensando um pouco nessas questões, pode-se, por exemplo, discutir o fato de a relação da gramática com a identidade revelar-se, no limite, ambígua, na medida em que, se por um lado, fomenta processos identitários no usuário do idioma – em razão de ele se identificar com normas, regras e usos nela expostos –, por outro lado, pode despertar no falante um sentimento de rejeição social diante do grupo idiomático ao qual pertence, no qual não se vê representado. Isso se dá pelo fato de que, como instrumento linguístico particularmente ligado à sociedade na qual se insere, a gramática não apenas atualiza os modos de expressão de uma determinada comunidade de falantes, a partir da eleição de uma norma que passa a ser considerada padrão, mas também os ritualiza, na medida em que registra as relações linguístico-sociais estabelecidas entre os utentes do idioma, inclusive definindo para essas relações padrões implícitos de sociabilidade linguística, os quais são, em geral, tomados como sugestivos – porque simbólicos – códigos de comportamento linguístico.

Assim, vista como um instrumento linguístico mais apropriado à representação de sentidos simbólicos do que à apresentação de normas e regras idiomáticas, a gramática corporifica – no texto metalinguístico que a conforma – o valor alegórico da palavra, alterando o tons quase divino que lhe é inerente por um feitio mais mundano, em que o *Deos dixit* é substituído pelo *magister dixit*. Nesse sentido, como sugerimos acima, mais do que atualizar normas e regras do idioma, por meio da materialidade da linguagem, a gramática ritualiza a interação comunicativa, fato que interfere de modo acentuado nas relações de sociabilidade, as quais sofrem, por sua vez, um processo simbólico de ritualização.

Por esses e outros motivos, as gramáticas não devem ser concebidas apenas como um conjunto sistemático de códigos linguísticos, já que se afirmam sobretudo como um conjunto de códigos culturais

responsáveis pela constituição de uma determinada identidade, na medida em que mobilizam uma série de valores ideológicos e potencializam seu significado dentro de um dado sistema. Desse modo, as gramáticas deixam de ser vistas como meros repositórios de normas e regras do bem falar (*ars recte loquendi*) para se tornarem um ícone cultural distinto, capaz de conferir legitimidade social tanto ao leitor quanto ao seu autor. A segunda tese a ser discutida, relacionada à concepção dos estudos gramaticográficos como estudos das representações, sugere a necessidade de a análise historiográfica da gramática dever preocupar-se não com a língua propriamente dita (aqui entendida como fato lingüístico), mas com: a) as reflexões que determinado fato suscita; e b) as representações socioculturais que emanam dessas reflexões. Na primeira instância (a da reflexão), tem-se um trabalho metalingüístico; na segunda (a da representação), uma prática meta-histórica. A questão da identidade coloca-se precisamente – mas não exclusivamente – nessa segunda instância, já que ela se situa principalmente no âmbito da simbolização lingüística, tornando-se, ela própria, uma representação em si.

Por isso, nos estudos historiográficos da gramática, o contexto é, muitas vezes, confundido com as representações socioculturais da gramática. Na verdade, o contexto faz parte, antes, do período de formação da gramática a ser estudada, sendo que as representações socioculturais fazem parte de seus desdobramentos, sem que, por isso, se configurem apenas em desdobramentos da gramática: há também representações que estão na origem da gramática ou atuando como mediador no percurso constitutivo da gramática, percurso que pode ir, por assim dizer, de uma gramática inata – ligada ao uso – até uma gramática empírica – ligada à norma. No meio desse trajeto, encontram-se as representações socioculturais, isto é, um conjunto de fatos sociais e culturais relevantes para uma determinada comunidade de falantes (por exemplo, os literatos, autoridades tidas como modelares no emprego do idioma), responsáveis pela legitimação de uma norma lingüística tomada pela gramática empírica como padrão.

Finalmente, se, como sugerem vários estudiosos do assunto, a gramática é um espaço privilegiado de constituição de um saber lingüístico, faz-se então necessário realizar, como ponto de partida dos estudos de Historiografia Lingüística voltados para a gramaticografia, um mapeamento desse espaço, com vista ao estabelecimento de uma espécie de cartografia gramatical. Evidentemente, trata-se de um trabalho que

não prescinde de uma abordagem do texto gramatical, mas que deve ir além, primeiro, de suas imanências formais (normas) e, segundo, de seus condicionantes práticos, com os quais as gramáticas estabelecem relação contínua de tensão (usos), incorporando de modo absoluto seus desdobramentos socioculturais (representações), que vem a ser a face mais oculta da gramática.

Nesse contexto, considerando a contribuição dos estudos gramaticográficos para a Linguística Pós-Estruturalista, poder-se-ia até mesmo pensar a famosa concepção coseriana da linguagem verbal, assentada na tríade sistema, norma e fala, (COSERIU, 1979; COSERIU, 1980) como uma rede mais complexa de relações simbólicas que resultassem num conjunto agora formado por sistema, norma, fala e... representações.

GRAMÁTICA E IDENTIDADE: A QUESTÃO DA GRAMÁTICA BRASILEIRA

A identidade – qualquer que seja ela – não nasce no vazio, mas é o resultado de uma ideologia que a sustenta teoricamente e lhe confere as condições necessárias à sua realização prática. Nesse sentido, a identidade gramatical de uma nação não prescinde de uma ideologia gramatical correspondente, que se forja, a um só tempo, a partir de um conjunto de teorias linguísticas, no âmbito teórico, e a partir de políticas linguísticas concretas, no domínio prático. Um exemplo pode ser colhido ao se pensar na identidade gramatical do português brasileiro no século XIX, o qual, grosso modo, assenta-se nas teorias linguísticas de fundo histórico-comparatista e afirma-se a partir de políticas linguísticas de nomeação, valorização e regulação da língua portuguesa empregada no Brasil em oposição com o registro gramatical lusitano.

Mas não se deve esquecer, na equação que busca elaborar uma identidade gramatical própria de um país, o papel desempenhado pelo leitor. Assim, considerando que a identidade linguística é quase sempre uma construção coletiva e edifica-se na relação com o outro, inscrevendo-se mais na memória do que na história, (IAPECHINO, 2004) torna-se relevante a participação do leitor/usuário da gramática nesse processo identitário. Com efeito, um trabalho fundamentado no conceito de identidade não deve dispensar os aspectos relacionados à recepção do instrumentos/discurso linguísticos que legitimam essa identidade, seja

ela gramatical ou não.

Como dissemos, a escrita de uma gramática se inscreve, concretamente falando, na dinâmica de uma política linguística, (ORLANDI, 2000) cujo resultado mais imediato talvez seja a formação de um imaginário linguístico (daí podermos falar tanto em memória autoral quanto em memória leitoral), em que a norma atua como elemento estabilizador do discurso, sugerindo assim o estabelecimento de uma identidade linguística homogênea. Mas como lidar, nesse contexto, com uma homogeneidade identitária, se o próprio conceito de identidade pressupõe uma heterogeneidade essencial? É certo que a gramática busca representar uma identidade linguística baseando-se na noção – hoje parcialmente deslocada e contestada – de unidade, isto é, a partir da constituição da sociedade brasileira procura-se forjar um pretense discurso nacional. Ocorre que, nessa tarefa, tem de se lutar contra um fato inegável e, até certo ponto, imprevisível: o fato de a estabilidade identitária ser, atualmente, uma falácia, já que a fragmentação do ser e do mundo pós-moderno impõe-se inalienavelmente, pressupondo, como concebe Stuart Hall, a idéia de um hibridismo identitário (HALL, 2003; HALL, 2000).

Tudo isso torna a discussão acerca da constituição de uma identidade gramatical brasileira algo extremamente complexo, e a afirmação tácita de sua existência uma tese, em princípio, particularmente temerária. Assim sendo – e, ainda por cima, considerando que, contemporaneamente, o conceito de identidade é explicitamente tomado como uma construção discursiva, portanto, flexível e mutável –, não se pode falar, a rigor, de uma identidade gramatical brasileira, sendo mais adequado sugerir o princípio da coexistência de identidades gramaticais, as quais se digladiam entre si pela obtenção da hegemonia no campo linguístico nacional. Como demonstram as infundáveis querelas linguísticas, as lutas sempre foram acirradas, e o vencedor desfrutava da legitimidade cultural e social que a figura de um gramático consagrado lhe conferia.

Acresce-se a isso o fato de que a gramática, via de regra, apóia-se no estabelecimento de regras de conduta linguística, intermediando uma complexa relação político-social, na medida em que tais regras nascem de usos da língua avalizados pelos “clássicos” da literatura (portanto uma língua artificialmente criada com intenção específica) e acabam servindo como forma de controle da sociedade, por meio da dicotomia

inclusão/exclusão social.

No Brasil, o processo de gramatização da Língua Portuguesa inicia-se com o reconhecimento e a afirmação do registro idiomático aqui empregado, fato que se circunscreve num complexo de fenômenos responsáveis pelo que, genericamente, se pode chamar de formação da identidade linguística nacional, como a publicação do dicionário e da gramática de Antonio Moraes e Silva (1802), os fatos lexicais apontados pioneiramente pelo Conde da Pedra Branca (1826), o projeto de lei que obrigava a utilização da gramática da língua nacional no Brasil (1827), a publicação da Gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro (1881), a publicação do Pequeno Vocabulário Ortográfico (1943), a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959) etc. Busca-se assim, cada vez mais, uma uniformização gramatical que se assenta – como sugere Eni Orlandi – ora na posição autoral assumida pelo gramático brasileiro, ora em regras oficiais estabelecidas por documentos normativos, como a própria NGB, tudo isso aliado ao projeto de constituição de uma identidade nacional (ORLANDI, 2002).

No caso do Brasil, a relação entre identidade e constituição de uma gramaticografia nacional passa ainda, necessariamente, por uma dupla consideração do contato entre o português brasileiro e o europeu: por um lado, valoriza-se a constituição de uma identidade linguística pela aproximação/semelhança entre os dois registros geograficamente definidos: nesse caso, a identidade linguística nacional estaria tanto mais consolidada, quanto mais próximo for o nosso falar e o nosso escrever do registro lusitano, o qual é tomado como modelar e normativo, condenando-se, conseqüentemente, os chamados brasileirismos; por outro lado, nossa identidade linguística seria caudatária das diferenças entre os registros citados: nesse caso, quanto mais singularizado for o nosso registro, mais nossa identidade estaria garantida, legitimada exatamente pela ocorrência dos mesmos brasileirismos condenados pelo enfoque oposto. Assim, acatar ou rejeitar os fatos linguísticos que singularizam o falar e o escrever brasileiros passa a ser, nas gramáticas nacionais, a pedra de toque do discurso metalinguístico no Brasil, por meio do qual os gramáticos se definem dentro do espectro ideológico da gramaticografia nacional.

Contudo, não é apenas, nem principalmente, em relação aos registros idiomáticos que o problema da identidade se resolve na história de nossa gramaticografia, mas principalmente na assunção do papel

de sujeito do discurso pelo gramático. Com efeito, ao se definir como sujeito do discurso gramaticográfico, o autor de gramática apropria-se dos instrumentos simbólicos de legitimação social, mais precisamente por meio da apropriação de conceitos que possuem grande apelo entre os falantes de um determinado idioma: a norma gramatical e o padrão linguístico. O gramático torna-se, assim, o detentor absoluto de um saber metalinguístico que se institucionaliza ao institucionalizar determinado registro idiomático e, conseqüentemente, adquire o estatuto de um sujeito discursivo hegemônico, ainda que se trate de uma hegemonia artificialmente construída, já que apoiada numa perspectiva prescritiva da linguagem. Desse modo, o autor de gramáticas irá lançar mão de estratégias discursivas e institucionais, a fim de conferir à sua obra maior carga identitária, isto é, para torná-la mais representativa de um imaginário capaz de forjar uma identidade linguística.

CONCLUSÃO

Peter Burke, em seu *A Arte da Conversação*, afirmando ser a língua “uma das manifestações mais importantes de identidade coletiva” (BURKE, 1995, p. 94), lembra que, na Europa do final da Idade Média e início da Era Moderna, as identidades regionais, étnicas, civis e religiosas rivalizavam com a identidade nacional, contexto no qual a língua adquiria incontornável importância na construção dessas múltiplas identidades.

Não se pode negar, diante do que aqui ficou dito e da evidência da importância que a gramática adquiriu no mundo moderno, (AUROUX, 1992) que a gramática, seja como instrumento linguístico, seja como representação simbólica, carrega consigo um imponderável lastro identitário. Por isso mesmo, a gramática não é apenas o produto final de um empenho ordenador e institucionalizador dos fatos da linguagem escrita ou falada; ela é, na verdade, o registro de um sistema linguístico mais complexo, na medida em que pressupõe uma ideologia linguística, um modelo normativo e uma base referencial, instaurando um modus comunicativo. Como sistema, portanto, a gramática possui uma espécie ética (moral) – registrada pelos gramáticos e conferida pelos usuários; e um conjunto de normas (leis) – conferidas pelos usuários e registrada

pelos gramáticos.

A gramática, nessa acepção, é mais do que um conjunto de normas e regras metalinguisticamente prescritas e institucionalizadas por um autor e pragmaticamente empregas pelos usuários do idioma; ela é, ao contrário, o espaço privilegiado de emulação ideológica, no qual se inscreve uma das muitas marcas identitárias de uma nação.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. "De la 'technê' au calcul: la question de la scientificité de la grammaire". In: NIEDEREHE, H.-J.; KOERNER, K. *History and historiography of linguistics: studies in the history of the language sciences*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, vol. 51: 3-17, 1990.

_____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Unicamp, 1992.

BURKE, P. *A arte da conversação*. São Paulo, Unesp, 1995.

CARRETER, F. L. *Diccionario de términos filológicos*. Madrid, Gredos, 1974.

CASAGRANDE, N. dos S. *A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI: um panorama historiográfico*. São Paulo, EDUC, 2005.

COELHO, O. F. *A angustada lexicográfica luso-bundo-americana: língua e identidade Nacional na Segunda Metade do Século XIX*. São Paulo, FFLCH-USP, 2003 (Tese de Doutorado).

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro/São Paulo, Presença/Edusp, 1979.

_____. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980.

HALL, S. "Quem precisa da identidade?". In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 103-133.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

IAPECHINO, M. N. K. *Português no Brasil: história, memória e autoria*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2004 (Tese de Doutorado).

LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática: uso & norma*. São Paulo, Paulistana/Humanitas, 2007.

MARIANI, B. *Colonização linguística: língua, política e religião no Brasil (Séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII)*. Campinas, Pontes, 2004.

NEVES, M. H. de M. *A Gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo, Unesp, 2002.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, Pontes, 2006.

ORLANDI, E. P. "Metalinguagem e gramatização no Brasil: gramática-filologia-linguística". *Revista Anpoll*, São Paulo, No. 08, Jan./Jun. 2000, p. 29-39.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2002.

TRASK, R. L. *A dictionary of grammatical terms in linguistics*. Londo/ New York, Routledge, 1993.

SLOGAN POLÍTICO: *ETHOS* E POLIFONIA EM QUESTÃO

Micheline Mattedi Tomazi*

Ana Cristina Carmelino**

RESUMO

O contexto político de 2010 é o mote deste trabalho que traz ao debate a questão dos slogans políticos em uma análise textual e discursiva. Dialogando com autores cujos trabalhos apresentam uma perspectiva linguístico-discursiva, entre eles, Maingueneau (1997, 2001), Charaudeau (2008) e Bakhtin (1999), procuramos demonstrar que o uso de slogan nas campanhas eleitorais reflete o poder e a legitimidade da palavra política, além de ajudar a construir as figuras identitárias desejadas pelos políticos. Acreditamos que a análise dos slogans de campanhas eleitorais, levando-se em conta sua materialidade textual verbal, é o caminho para a compreensão da construção de um *ethos* político fidedigno, capaz de persuadir o outro.

PALAVRAS-CHAVE: Slogan político. *Ethos*. Polifonia. Texto. Discurso.

ABSTRACT

The political context of 2010 is the aim of this paper that brings to debate the issue of political slogans in a textual and discourse analysis. In dialogue with authors whose works present a linguistic-discursive perspective, among them Maingueneau (1997, 2001), Charaudeau (2008)

* Professora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória-ES, Brasil. E-mail: mitardin@terra.com.br

** Professora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória-ES, Brasil. E-mail: acarmelino@uol.com.br

and Bakhtin (1999), we intend to show that the use of slogans in election campaigns reflects the power and legitimacy of political speech besides helping to build the identity figures desired by politicians. We believe that the slogans analysis of election campaigns, taking into account its verbal textual materiality, is the way to understanding the construction of a reliable political ethos which is able to persuade the other.

KEYWORDS: Political slogan. *Ethos*. Polyphony. Text. Discourse.

SLOGAN POLÍTICO NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010

Em época de eleições é muito comum a criação e utilização de slogans pelos candidatos, sendo, então, nesse contexto que os slogans políticos ganham a cena, especialmente ao serem veiculados em campanhas eleitorais. A utilização de slogans não é uma novidade, mas sua retomada ou sua construção a partir de enunciados correntes, quer sejam de ordem ética ou moral, quer sejam os lugares-comuns de uma determinada ideologia partidária, enfim, seu uso está sempre relacionado ao domínio das relações intertextuais e interdiscursivas que fazem com que o interlocutor recorra à memória discursiva.

Neste ensaio procuramos refletir sobre a utilização do slogan político no contexto das eleições presidenciais de 2010. Nossa intenção é verificar como esse gênero não só constitui uma prática discursiva produzida pelo candidato como estratégia de marketing a fim de persuadir o eleitor, mas também como essa utilização na produção discursiva do candidato funciona para construção de sua imagem ou de sua figura identitária a partir de um discurso da razão e do afeto.

Para tanto, procuramos dialogar com autores cujos trabalhos estão voltados para uma perspectiva linguístico-discursiva na intenção de situar o slogan político, um dos instrumentos publicitários utilizados nas campanhas eleitorais, como uma produção discursiva cuja materialidade verbal permite a constituição do *ethos* dos candidatos a fim de persuadir os eleitores. Partimos da noção de polifonia, contemplamos o slogan como citação de autoridade a partir da noção de hiperenunciador e participação; passamos à noção de *ethos* político e, em seguida, apresentamos os slogans dos candidatos à presidência da República em 2010; tecemos

algumas considerações gerais sobre os slogans apresentados pelos presidenciáveis e procuramos desenvolver uma análise dos slogans utilizados pelos candidatos petista e tucano. Justifica-se a escolha dos slogans desses dois candidatos, Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB, pelo fato de que esses presidenciáveis aparecem em primeiro lugar nas intenções de voto¹ e, ainda, pela repercussão que o lançamento do slogan do candidato da oposição ao atual governo teve na mídia.

POLIFONIA E SLOGAN: PARTICIPAÇÃO MILITANTE

A polifonia é uma característica definidora do processamento discursivo: a atividade linguística é, por natureza, interlocutiva e dialógica. Isso significa que o uso da língua se justifica se, e somente se, esse uso tiver como fim a interlocução. É nesse sentido que nos apropriamos do conceito de dialogismo proposto por Bakhtin (1999), uma vez que pensar o discurso como dialógico levou-nos a projetar a noção de dialogia do pensador russo sobre um aspecto das práticas discursivas que, de tão presente à doxa, passa despercebido; referimo-nos à citação de enunciados sem autor, mais precisamente, ao processo de criação e retomada de slogans, de maneira a tentar explicitar que o chamado discurso citado, nada mais é do que “o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, podendo ser, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (op. cit., p. 144).

O termo polifonia é usado no campo da Análise do Discurso para descrever uma dimensão central da organização do discurso, que diz respeito ao fato de se poder expressar e combinar diferentes vozes em um mesmo discurso ou enunciado, pronunciado por um só locutor. Hoje, no domínio de uma linguística discursiva, muitos são os teóricos que concordam com a ideia de que, nas interações verbais, sejam elas monológicas ou dialógicas, os falantes representam em seus discursos, de acordo com suas intenções comunicativas, algumas vezes de forma inconsciente, as vozes de outros sujeitos atribuindo (ou não) a responsabilidade da enunciação a outras entidades que ora falam

1 Pesquisa Datafolha divulgada em 13 de agosto de 2010 e comentada na revista *Veja* (edição 2178, 18/08/2010, p. 62-68).

em uníssomo, ora separam-se com pontos de vista, visões de mundo, ideologias, tendências que se opõem.

A polifonia designa, pois, a integração, em um discurso, de um enunciado produzido (ou que se supõe ter sido produzido) por uma terceira pessoa, que pode ser identificada ou não. Os enunciados polifônicos podem ser expressamente retomados, em sua integridade, ou parafraseados, incluindo ou excluindo o valor ilocutório do enunciado original. Alguns estudiosos estendem a noção de polifonia a enunciados virtuais atribuídos à opinião comum, assim como ao fenômeno da pressuposição, da ironia e da intertextualidade, como é o caso de Ducrot (1977).

Em sentido lato, a polifonia é um caso de dialogismo, ou seja, uma instância de um discurso de multivozes, e, em sentido restrito, distingue-se claramente da noção de diálogo, já que no discurso polifônico diferentes vozes integram-se em um contexto unificado, que tem como fonte um só locutor, e, no diálogo, as fronteiras entre os participantes são gramaticalmente marcadas. Dito de outra forma, o discurso polifônico é uma forma de discurso muito corrente que, embora claramente monológica (porque pronunciada por um só locutor), encampa um tipo de diálogo cristalizado: a construção híbrida de dupla-voz que ilustra a dialogização interna do discurso.

Segundo Maingueneau (2001, p. 168), o slogan pode ser considerado um caso de polifonia menos visível (em relação a outros casos de discurso relatado) que permite ao enunciador apoiar sua fala sobre a fala de outro. O slogan é um recurso muito usado em discursos publicitários ou políticos, suas características podem aproximá-lo do provérbio, por possuir uma fórmula curta, destinada a ser repetida por um número ilimitado de locutores, por jogar com rimas, simetrias silábicas, sintáticas ou lexicais e por se constituir como uma citação de autoridade, ou seja, aquele que profere o slogan, o locutor, não assume a responsabilidade por tê-lo enunciado, apresenta-o como citação, mas não explicita sua fonte por acreditar que seja do conhecimento de seu interlocutor. Para Maingueneau (1997, p. 101):

As coletividades supostas pelas formações discursivas partilham um tesouro de enunciados fundadores, cuja figura extrema será o slogan, a divisa. Se não é necessário indicar-lhe a fonte, é justamente porque este nome é o nome do ausente supremo, aquele

sem o qual a coletividade que partilha o discurso não existiria ou não seria o que ela é. (grifos nossos)

Se se considera a citação de autoridade, na qual o locutor se apaga diante de um outro locutor que assume um lugar hierarquicamente maior capaz de garantir a validade da enunciação, é porque os enunciados gozam de um privilégio de intangibilidade, além de já serem conhecidos por uma coletividade e não poderem, por essência, serem reformulados ou resumidos. Maingueneau (op. cit.) explica que, “quando a citação de autoridade chega ao estatuto de slogan, do ponto de vista pragmático, adquire novas propriedades, sobretudo a de estar essencialmente ligada à ação: o slogan, a um só tempo, ‘impulsiona e engana’ porque está ligado a práticas” (p. 101). Ao ser enunciado, o slogan apaga a presença de um enunciador para dar lugar a qualquer enunciador, como ocorre nas citações de autoridade. Dessa forma, o locutor, já que não se responsabiliza pelo dito, pode argumentativamente utilizar-se do slogan, ou de qualquer citação de autoridade, para rejeitar ou aderir ao ponto de vista ali expresso.

Convém notar que o slogan diferencia-se do provérbio, segundo Maingueneau (2001, p. 171-172), pelas seguintes características: o slogan geralmente está ancorado na situação de enunciação e pode ser constituído por emblemas e nomes próprios que estão relacionados a contextos particulares; o valor pragmático do slogan está associado, sobretudo, à sugestão e se destina a fixar na memória dos interlocutores a associação entre um nome e um argumento persuasivo para a sua legitimação; ele não é estável e sofre influência direta das transformações da mídia.

Baronas (2000) também discute os traços específicos que caracterizam o slogan, entre eles está o fato de o slogan, além de servir à publicidade, à propaganda e à ideologia, prender a atenção ao apresentar-se como uma fórmula, uma frase, uma palavra, um sintagma cujo objetivo é fazer agir uma coletividade ou multidão. O slogan é fácil, repetível, frustra a censura e seduz a criança que existe em cada um de nós, ele age pelo que diz e pelo que não diz, seja verdadeiro ou falso, o slogan tem a capacidade de parar o pensamento impedindo-o de refletir. Para esse autor, o slogan se define como autoria e não pode ser visto apenas como uma mera ferramenta de manipulação do inconsciente das pessoas, sua força reside no fato de que se constitui como uma tecnologia

simbólica de poder capaz de produzir uma ilusão subjetiva de ligação entre o governo e aquilo que a população necessita e deseja.

Maingueneau (2008, p. 93-94), ao tratar da noção de hiperenunciador coloca o slogan na categoria de “participação” (palavra que funde participação com citação), um sistema singular de citação, uma forma de co-enunciação por existir um acordo em torno de um ponto de vista, seria, pois, uma forma particular de co-enunciação ancorada em situações sócio-históricas que difere do que comumente chamamos de discurso citado. Na “participação” temos os seguintes aspectos: a ausência da indicação da fonte da fala; a autonomia dada ao enunciado “citado”; e a adesão do locutor ao ponto de vista mobilizado pelo enunciado.

A “participação” é uma forma singular de enunciação em que não há autor citado, mas há um acordo entre as duas instâncias participativas: o particitador e o particitário. A “participação” pode ser identificada pela autonomia do enunciado e o seu pertencimento àquilo que Maingueneau (op. cit.) chama de tesouros de uma comunidade. Por compartilhar desse tesouro, o particitário reconhece estar diante de uma citação, mesmo que o particitador não a explicita formalmente. A noção de hiperenunciador surge justamente para explicar essa voz que fala na “participação”, sendo, pois, essa voz que garante a validade e adequação do enunciado aos valores que identificam e confirmam a presença dos interlocutores a uma mesma coletividade. Daí se poder afirmar que a noção de hiperenunciador é vista como uma instância que evidencia o pertencimento dos co-enunciadores a uma mesma comunidade, por partilharem tesouros de enunciados fundadores.

O slogan pertence, dentro das “famílias de participação” propostas por Maingueneau (2008, p. 95), às participações de grupo, que se dividem em militantes e de comunhão, as quais implicam locutores coletivos e visam à fusão imaginária dos indivíduos em um locutor coletivo que, através de sua enunciação, instaura e atesta o pertencimento de cada um ao grupo. O slogan faz parte das participações militantes que são produzidas por um enunciador coletivo constituído pelo ator coletivo e o hiperenunciador.

Para Maingueneau (2008, p. 104) o slogan político, objeto de nossa análise, depende por natureza do sistema de participação, ele se caracteriza como duplamente repetível por reclamar um lugar de participação, é “indefinidamente repetido por aqueles que lhe dão destaque” e implica, ainda, num *ethos* apropriado, “um *ethos* que marca o

empenho total da pessoa". Segundo ele, "a enunciação do slogan militante implica a existência de um exterior hostil ou indiferente frente ao qual o grupo se afirma. Neste caso, está-se em relação com um nós que supõe algo complementar, geralmente um concorrente no mesmo domínio".

Daí a importância de propormos um gesto interpretativo dos slogans políticos dos dois candidatos à presidência da República em 2010, pôr acreditarmos que na materialidade textual dos slogans, os traços linguísticos-discursivos apontam para a necessidade de se recorrer à memória discursiva para se chegar não só à construção das imagens dos políticos que concorrem ao cargo de presidente, mas também à força de verdade do "efeito de slogan" capaz de produzir "junto àqueles que o recebem um efeito de adesão passional mascarada por uma ilusão racional, pois o sentido veiculado está impregnado de uma razão emocional que excede largamente o que é dito explicitamente" (CHARAUDEAU, 2008, p. 100).

ETHOS E SLOGAN: ENTRE RAZÃO E EMOÇÃO

Embora adotemos em nossa análise a concepção discursiva de *ethos* proposta especialmente por Charaudeau (2008), achamos de fundamental importância iniciar nossas considerações lembrando as principais características do *ethos* retórico, uma vez que é no quadro da Retórica que esse termo nasce.

A noção de *ethos*, primeiramente tratada por Aristóteles em sua Retórica (1967), corresponde a uma das três provas² engendradas pelo discurso e diz respeito ao caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança em seu auditório. Dito de outro modo, o *ethos* retórico pode ser compreendido como um conjunto de traços de caráter (como atitudes, moralidade, costumes) que o orador deve deixar transparecer ao auditório para causar uma boa impressão:

Obtém-se persuasão por efeito de caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança. As pessoas de bem inspiram confiança

Para a obtenção do sucesso no processo de persuasão, além do *ethos*, as outras duas provas do ato retórico proposto por Aristóteles são: o *pathos* (que está relacionado às emoções e sentimentos despertados pelo orador no auditório) e o *logos* (que está intimamente ligado a todo argumento e deriva da razão).

mais eficazmente e mais rapidamente em todos os assuntos, de um modo geral; mas nas questões em que não há possibilidade de obter certeza e que se prestam a dúvida, essa confiança reveste particular importância. É preciso também que este resultado seja obtido pelo discurso sem que intervenha qualquer preconceito favorável ao caráter do orador. (ARISTÓTELES, s/d I, p. 33)

Convém salientar que não importa se o orador é sincero ou não, visto que a eficácia do *ethos* não está diretamente ligada aos atributos reais de quem assume o discurso: são os atributos externos que caracterizam o orador. Como lembra Ferreira (2010), contribuem para a consolidação do *ethos* do orador “as representações de mundo, a imagem prévia do locutor construída no imaginário social, a autoridade institucional angariada e a imagem de si projetada na construção discursiva” (p. 21).

As teorias da argumentação contemporâneas atualizam a noção de *ethos*. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) enfatizam a necessidade que o orador passa a ter de adaptar-se a seu auditório. De acordo com Amossy (2005), o orador deve “fazer uma imagem” do auditório e, “correlativamente, construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem” (p. 19). Esse dinamismo realça uma imagem de si no discurso. Para isso, não é preciso fazer um auto-retrato ou descrever-se explicitamente para construir uma imagem diante de um auditório, basta tomar a palavra.

Numa concepção discursiva de *ethos*, entende-se que ele está presente no ato de enunciação, relaciona-se a um jogo de imagens a partir do qual a identidade do sujeito é desdobrada em identidade social de locutor e identidade discursiva de enunciador. Se essas identidades fusionam-se no *ethos* é porque as representações sociais é que vão permitir a construção da realidade do sujeito falante em um dado grupo social. Charaudeau (2008) esclarece que o *ethos*, estando relacionado aos “imaginários sociodiscursivos”, não pode ser definido a partir de marcas específicas, nem pode ser separado das ideias, já que a maneira de apresentá-las é que constrói a imagem. Segundo o autor:

Separar as ideias do *ethos* é sempre um alibi que impede de ver que, em política, aquelas não valem senão pelo sujeito que as divulga, as exprime e as aplica. É preciso que este seja ao mesmo

tempo, crível e suporte da identificação à sua pessoa. Crível porque não há político sem que se possa crer em seu poder de fazer; suporte de identificação porque para aderir às suas ideias é preciso aderir à sua pessoa. (CHARAUDEAU, 2008, p. 118)

Sendo assim, ainda é Charaudeau (2008) quem explica que as figuras identitárias do discurso político são reagrupadas em duas grandes categorias de *ethos*: os *ethé* de credibilidade, fundados em um discurso da razão; e os *ethé* de identificação, fundados em um discurso do afeto. A construção do *ethos* político é resultado de uma complexidade de fatores que vão desde os traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais até a sua relação com o outro, o eleitor, que cria uma expectativa a partir de imaginários que atribuem valores positivos e negativos à maneira de ser do político.

Charaudeau (op. cit.) explica que toda essa construção do *ethos* se faz por uma relação triangular entre o político, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência. Enquanto o político, que corresponde ao si, procura endossar uma imagem ideal, o “outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. No discurso político, as figuras do *ethos* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência” (p. 137).

O *ethos* de credibilidade relaciona-se à construção de uma identidade discursiva construída pelo sujeito falante e que lhe legitima a ser julgado pelos outros como digno de crédito. A credibilidade repousa sobre um poder fazer. Para mostrar-se crível, o político precisa mostrar ou apresentar a prova de que tem esse poder, por isso a credibilidade é fundamental na persuasão do público. Segundo o autor, a credibilidade ou sua construção é complexa no sentido de que o político precisa satisfazer três condições essenciais, quer seja, a condição de sinceridade, a condição de performance e a condição de eficácia. A fim de responder a essas condições, o político procura construir para si o *ethos* de sério, o *ethos* de virtude e o *ethos* de competência.

O *ethos* de identificação, cujas imagens polivalentes são extraídas do afeto social, é difícil de ser classificado, uma vez que o número de indivíduos é heterogêneo e vago do ponto de vista do imaginário. Apesar da polivalência das imagens de identificação, algumas são atribuídas em função do político enquanto pessoa (*ethos* de potência) e *ethos* de

caráter, *ethos* de inteligência, *ethos* de humanidade), enquanto outras são orientadas em função do cidadão, como é o caso do *ethos* de chefe que pressupõe uma relação necessária entre o político e o outro, o eleitor. O slogan político apresenta-se como um mecanismo publicitário da campanha eleitoral e tem a função de apresentar, a partir de um enunciado linguístico, a qualidade do produto – candidato – destacando suas virtudes, credibilidade e capacidade de fazer acontecer. O consumidor – eleitor – é convocado a acionar a sua memória discursiva para recordar qualidades passadas ou memorizar as qualidades presentes dos candidatos para, então, posicionar-se com o voto e legitimar o seu lugar de cidadão capaz de eleger um político honesto, competente, trabalhador, cumpridor de seus deveres políticos, capaz de gerenciar o país e, em quatro anos de governo, dedicar-se a obras e projetos sociais voltados à população brasileira. Essa imagem do político honesto e competente é o desejo identitário presente no imaginário social dos brasileiros que vivem resgatando em sua memória discursiva os efeitos de sentido relacionados ao Brasil como palco de denúncias de desvio de dinheiro público. No cenário Brasil, a imagem do político brasileiro aparece como corrupto, desonesto, que ganha muito e trabalha pouco, que não investe em ações sociais e em políticas públicas, que trabalha em benefício próprio.

A mensagem do slogan político geralmente expressa um objetivo ou alvo, está diretamente associada à imagem do candidato e funciona como um grito de guerra dos militantes partidários. Dessa forma, o slogan político não deixa de ser uma marca da figura identitária do discurso político e corresponde tanto à construção do *ethos* de credibilidade quanto do *ethos* de identificação. Segundo Queiroz & Manhanelli (2009, p. 105), “o ideal é que um slogan expresse o que está no inconsciente coletivo da população e que possa maximizar esses sentimentos e emoções já percebidos”. Uma das estratégias utilizadas pelos marqueteiros é, antes de pensar em qual slogan utilizar, encomendar uma pesquisa para saber qual a imagem que a população tem do candidato, quais os valores positivos já enxergados nele e o que é preciso ser valorizado sobre o candidato ou sobre sua proposta política que possa atender aos anseios da população naquele momento eleitoral.

Desse modo, o slogan faz parte da encenação do discurso político, do mundo da dramaturgia, como diz Charaudeau (2008), um mundo que joga com uma guerra de imagens para conquistar imaginários sociais. O

palco político ancorado na dramaturgia obriga o candidato “a construir para si um personagem que se valha como imagem de si e que faça com que a construção do *ethos* tenha características próprias” (p. 85). No jogo político a construção de imagens está voltada diretamente para o público e, sendo assim, o *ethos* político mergulha nos imaginários populares para tentar atingir o maior número que possa refletir o desejo uns dos outros.

Daí se inferir que, enquanto a construção do *ethos* é fundada no discurso da razão e do afeto e contempla toda encenação política, sendo, pois, uma estratégia do discurso político, o slogan é um processo de essencialização capaz de fazer com que uma idéia adquira efeito de verdade dentro dessa dramaturgia para a criação da figura identitária do político.

SLOGAN POLÍTICO: EM BUSCA DE UM *ETHOS*, EM BUSCA DE UM EFEITO DE VERDADE

O contexto político das eleições de 2010 para presidente apresenta um total de nove candidatos disputando o voto da população brasileira. O exercício do voto é ou deve ser visto pelo eleitor como um ato de responsabilidade social, uma vez que é pelo voto que escolhemos os candidatos que administrarão o país. Na conjuntura societária contemporânea impera a ideia de que o eleitor deve votar em candidatos honestos que possam gerenciar nossos recursos e revertê-los em prol da população, das políticas públicas, garantindo ao povo suas necessidades básicas como: saúde, educação, segurança, lazer, habitação, geração de emprego e renda entre tantos outros. Esses seriam “os tesouros de enunciados fundadores” ou as representações que circulam em nossa sociedade e que são configuradas como “imaginários sociodiscursivos”. Essa tarefa do eleitor, que consiste em escolher um candidato que esteja apto a ser o representante entre a instância do poder e a instância do cidadão, torna-se mais complexa a cada eleição, diante das opções que se apresentam nas campanhas dos presidencialistas, todas elas ancoradas em estratégias de marketing cada vez mais apelativas e cuidadosamente arquitetadas pelos marqueteiros políticos que buscam fisgar o eleitorado brasileiro procurando construir um *ethos* de credibilidade e de identificação de seus candidatos.

Como nossa intenção é demonstrar como os slogans políticos

funcionam como uma estratégia textual-discursiva para a construção do *ethos* dos candidatos cuja intenção é persuadir seus eleitores e conquistar seus votos, apresentamos, abaixo, um quadro com os nomes dos candidatos à presidência da República e seus respectivos slogans.

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA 2010	SLOGANS DOS PRESIDENCIÁVEIS
Dilma Roussef (PT)	Para o Brasil continuar mudando.
José Serra (PSDB)	O Brasil pode mais.
Marina Silva (PV)	Juntos pelo Brasil que queremos.
José Maria Eymael (PSDC)	Dignidade: a marca de uma vida.
Plínio Arruda (PSol)	Opção pela igualdade.
Rui Pimenta (PCO)	Governo dos trabalhadores, da cidade
	e do campo.
Zé Maria (PSTU)	Contra burguês, vote 16. Operário e socialista desta vez.
Levy Fidélis (PRTB)	Brasil pra frente. Levy Fidélis presidente.
Ivan Pinheiro (PCB)	Um programa anticapitalista e antiimperialista para o Brasil.

Quadro 1: slogans dos candidatos à presidência da República em 2010.

De um modo geral, os slogans apresentados acima possuem marcas que nos permitem defini-los como slogans a partir de seus traços característicos: ser formado por uma fórmula, uma frase (O Brasil pode mais / Para o Brasil continuar mudando / Juntos pelo Brasil que queremos); uma palavra (Dignidade); um sintagma (Brasil pra frente / Governo dos trabalhadores, da cidade e do campo / Opção pela igualdade / Um programa anticapitalista e antiimperialista pra o Brasil); servir à propaganda eleitoral e expressar um objetivo ou alvo (Juntos pelo Brasil que queremos); transmitir um sentimento positivo sobre o candidato (Brasil pra frente. Levy Fidélis presidente); apresentar rima, cadência e harmonia rítmica (Contra burguês, vote 16. Operário e socialista desta vez); ser de fácil memorização e repetição (O Brasil pode mais / Contra burguês, vote 16 / Opção pela igualdade); sugerir um benefício (Opção pela igualdade).

Do ponto de vista da criação do slogan como propaganda política, como símbolo capaz de catalisar a ação política e eleitoral, como

apelo simples, facilmente compreendido e memorizável, enfim, como um importante instrumento político de comunicação e construção da imagem eleitoral, um olhar mais apurado demonstra que os slogans dos presidenciáveis de 2010 não são ousados, faltando, pois, a nosso ver, um dos elementos essenciais, a criatividade. No entanto, se o conceito do slogan pode ser resumido em uma frase ou sentença que defina as qualidades do produto, os slogans dos presidenciáveis acima refletem os projetos dos candidatos e dos partidos que estão na disputa, ou seja, tentam vender os pacotes políticos.

Convém salientar, conforme já mencionamos, que aqui apenas analisaremos os slogans políticos dos candidatos petista e tucano em função das pesquisas apontarem os dois candidatos como os primeiros em intenções de voto entre os eleitores, estando a candidata do PT em primeiro lugar e o candidato do PSDB em segundo, além disso, reiteramos nossa intenção em refletir sobre a repercussão polêmica que o lançamento do slogan do candidato tucano teve na mídia por acreditarmos na importância dessa controvérsia para flagrarmos a construção da verdade e seus possíveis efeitos.

O slogan da candidata do governo, Dilma Rousseff (PT), “Para o Brasil continuar mudando”, vende a ideia de continuidade das ações e mudanças para a população. A estrutura textual do slogan, a partir de uma finalidade, traduz a mensagem de continuidade da mudança ocorrida durante o governo Lula. Sendo assim, o slogan da candidata representa, ao mesmo tempo, o voto da mudança e o voto da continuidade do governo petista. O slogan faz lembrar que o governo atual mudou a vida dos brasileiros e que a candidata dará continuidade a essas mudanças. Dessa forma, o efeito de sentido provocado é de que o Brasil mudou no governo Lula e, com Dilma, continuará mudando. A imagem de Dilma é, então, espelhada na imagem do presidente Lula. Há, nesse caso, uma relação de unicidade entre as duas imagens.

Em relação à sua estrutura, o slogan da candidata, apesar de expressar um objetivo, é longo, não apresenta rima, trocadilhos e palavras bem humoradas, não é de fácil memorização, não contém o nome da candidata, mas apresenta o nome do Brasil e o benefício da continuidade, já que no inconsciente coletivo da população, como apontam as pesquisas divulgadas pela mídia, há uma visão positiva do governo do presidente Lula, padrinho da candidata.

Do ponto de vista linguístico-discursivo, a enunciação presente

no slogan da candidata é delocutiva, pois o que é dito não é da responsabilidade do locutor, a verdade enunciada não depende nem do eu, nem do tu, uma vez que ela tem um valor em si. A estratégia do slogan da candidata é construir um ethos de credibilidade em relação ao fato de que o brasileiro deve vê-la como digna de crédito para assumir o lugar do presidente Lula porque, apoiada pelo presidente, pode fazer pelo Brasil o que ele já vem fazendo. Com isso, a candidata assume uma figura de identidade discursiva que procura legitimar sua seriedade na promessa de continuar mudando o Brasil, sua performance em relação ao que prometeu e sua competência para cumprir com o prometido. O lugar de citação de autoridade do slogan fica garantido pela voz de um hiperenunciador que garante o valor do enunciado como pertencente aos co-enunciadores de uma mesma comunidade e que partilham dos mesmos tesouros de enunciados fundadores. Partindo da premissa de que os eleitores, em sua maioria, aprovam o governo Lula, o slogan da candidata apadrinhada pelo presidente aposta numa citação de autoridade para confirmar a única possibilidade de continuidade dos projetos do governo petista.

Já o slogan de José Serra (PSDB), “O Brasil pode mais”, do ponto de vista de sua constituição é mais simples e curto e sua análise recai sobre a valorização daquilo que foi feito pelo presidente atual, uma vez que ele dialoga com as ações do presidente Lula considerando, é claro, o alto nível de aprovação popular do governo atual e que pertence ao domínio das representações sociais. A estratégia é, então, não atacar o presidente Lula, mas sugerir continuidade, avanço e progresso, dando, pois, mais intensidade às ações de seu plano de governo. Assim, se Lula é bom, Serra é mais preparado do que Dilma para sucedê-lo e digno de crédito por conta de sua vasta experiência. A imagem que José Serra constrói é de um líder que pode fazer mais pelo Brasil, por sua experiência administrativa, sua biografia política e sua imagem já reconhecida no imaginário social como um político que fez melhorias na área da saúde.

Em relação à estrutura do slogan de José Serra, percebe-se que é uma fórmula de fácil memorização e repetição, é positivo e expressa uma estratégia de comprometimento com o desejo da população na continuidade e intensidade das mudanças; não apresenta rima, nem trocadilhos, mas a cadência e a harmonia da frase soam bem aos ouvidos. Também, como a candidata do PT, o slogan tucano trabalha com a

construção de um enunciado delocutivo, uma citação de autoridade. Trabalha uma imagem discursiva que aposta na credibilidade, no poder fazer, no *ethos* de seriedade, de competência e de honestidade pessoal. O *ethos* de identificação é construído a partir da imagem de credibilidade, de coragem, capacidade e inteligência traduzida na intensidade do advérbio “mais” junto ao verbo “poder”, ou do poder fazer mais.

Não poderíamos dizer, no caso dos slogans petista e tucano, que um slogan tenha sido construído a partir do outro, mas é possível perceber uma ressonância de uma voz em outra já que existe uma associação entre os dois slogans, uma equivalência entre “continuar mudando” e “poder mais”. Ou seja, a eficácia dos slogans repousa justamente na aprovação popular do governo de Lula e, embora haja uma disputa pelo lugar, há também uma oferta de continuidade, não uma oposição, estrategicamente, ao governo, mas sim à candidata apadrinhada pelo presidente.

Desse ponto de vista é possível entender o motivo pelo qual o slogan tucano se tornou alvo de crítica de seus adversários, diz Lula “Quando eles falam ‘O Brasil pode mais’, nós falamos: nós podemos mais, nós fazemos muito mais”. Nessa batalha dos candidatos rumo ao Palácio do Planalto, o slogan de José Serra justamente pela ressonância da continuidade é criticado ou ironizado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva e a presidenciável Dilma Rousseff. Em evento organizado para se contrapor ao lançamento da pré-candidatura de José Serra, pelas seis centrais sindicais, entre elas as duas maiores, CUT e Força Sindical, ocorrido no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, berço político de Lula, o presidente acusou a seus adversários tucanos de se inspirarem na campanha do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para seu mote eleitoral, ainda disse “Eles querem e nós fazemos. Essa é a diferença substancial”, parafraseando o slogan tucano. A pré-candidata utilizou a mesma referência em seu discurso “Esse país pode mais porque nós fizemos com que ele pudesse mais” (cf. SARAVESI, 2010).

Para tornar os fatos apresentados acima um pouco mais complexos, no que se refere à retomada de slogans, podemos acrescentar ainda outros acontecimentos divulgados pela mídia que discutem e frontizam o slogan tucano a partir dessa noção de plágio, apropriação ou repetição: em 2006, o então candidato à presidência Geraldo Alckmin utilizou o mesmo slogan “O Brasil pode mais”; o slogan foi o mesmo utilizado na campanha pela direção interna do Santos Futebol Clube “O Santos

pode mais”; a Rede Globo lançou uma campanha em comemoração ao seu aniversário de 45 anos, que foi retirada do ar por ser considerada comunicação integrada, uma vez que fazia alusão ao slogan do candidato José Serra, além de o número 45 coincidir com o número da legenda do PSDB, “Todos queremos mais: educação, saúde e, é claro, amor e paz. Brasil, muito mais”; também a candidata Marina Silva ao discursar para a Confederação Nacional da Indústria reproduziu, na íntegra, o slogan tucano “O Brasil pode mais”.

A análise dos slogans políticos desses dois presidentiáveis em 2010 recai, ainda, na comparação que se tem feito na mídia com o sucesso mundial do slogan utilizado pelo democrata Barak Obama, quando de sua campanha à presidência dos Estados Unidos. A noção de que o slogan político deve ser curto e direto como ferramenta de comunicação, parece ter funcionado muito bem para o candidato americano, cujo slogan “Yes, we can” (“Sim, nós podemos”) reflete, pela força de três palavras, aquilo que se considera perfeito em relação à criação de um bom slogan. Achamos difícil comparar a eleição americana com a brasileira, mas se fazemos alusão ao slogan do candidato americano e sua força estratégica é porque também no Brasil encontramos no contexto político o efeito do chamado “charme da obamania”, ou, dito de outra forma, encontramos a retomada do slogan ao já dito, já enunciado em outro lugar, porém ressignificado com novos efeitos de sentido.

Retomemos, como exemplo, o contexto da 121ª Sessão do Comitê Olímpico Internacional, 2009, em Copenhague, na Dinamarca, quando o presidente Luis Inácio Lula da Silva, em entrevista coletiva à imprensa internacional, defendeu o Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e parafraseou o slogan que marcou a campanha do presidente Barak Obama em sua caminhada à Presidência dos Estados Unidos: “Yes, we can”. Certamente, a fala do presidente “Nos queremos olhar para o mundo e dizer: ‘Sim, nós podemos’” fez com que todos os presentes na entrevista recuperassem em sua memória discursiva o contexto das eleições presidenciais de 2008 nos Estados Unidos e a retomada do slogan na voz do presidente (cf. CAVALCANTE, 2010). No mesmo dia os jornais noticiaram a referência a Obama na fala de Lula e no dia seguinte o presidente Lula discursou emocionadamente em defesa do Rio de Janeiro e conquistou mais essa vitória.

O slogan revelou-se eficaz pela força ideológica da palavra “poder”. Dizer que alguém “pode” é mais que um elogio, é uma

asseveração que revela autoridade, capacidade, força e influência, sendo, pois, este “poder” associado a um movimento coletivo, já que o verbo está acompanhado do pronome “nós”, o que caracteriza formalmente uma dualidade entre o individual e o coletivo. Em nossa opinião, o valor do verbo “poder” presente no slogan de Barak Obama e de José Serra ganha força justamente porque a dualidade está afetada por um valor polifônico de simulacro de continuidade entre a voz individual e a voz coletiva. No caso do slogan de José Serra, a voz da coletividade está presente no uso do nome próprio Brasil, num sentindo metonímico, ou seja, o país pelo seu povo, esse “eu” que enuncia “poder” aproxima-se do pensamento comum da coletividade; ora, se as mudanças dependem da vontade das pessoas, para isso, basta “poder” fazer, ou seja, demonstrar a relevância e a eficácia dessa capacidade, basta pensar que o slogan X pode receber um valor mais denso, mais denodado de sentido: os políticos que podem e fazem são opostos aos que (só) prometem poder fazer, falam em fazer e não fazem.

Não podemos deixar de destacar, retomando Pêcheux (2002), nas derivações possíveis de sentido quando pensamos que o slogan utilizado por José Serra havia sido enunciado em um outro contexto: o futebolístico. Se no futebol esse slogan tem uma interpretação mais evidente, porque nesse domínio discursivo o verbo “poder” significa ganhar, vencer, fazer gols, já no campo político estamos longe de saber o que ele, de fato, significa. É que o futebol, explica Possenti (2007, p. 150) é um espaço discursivo estabilizado e, por isso, os enunciados têm sentidos unívocos. Talvez o problema esteja justamente na falta de complemento do verbo que não está expresso, já que o verbo “poder” parece assumir um valor intransitivo, uma vez que está acompanhado apenas de um adjunto adverbial de intensidade: o Brasil pode mais o quê...? Ora, poderíamos dizer que a nossa memória discursiva é capaz de suprir a informação que falta (mais saúde, mais educação, mais trabalho, mais empregos...), mas para isso seria preciso que o campo político fosse logicamente estabilizado.

É importante ressaltar que os slogans em questão, para persuadir o eleitorado, criam um “efeito de verdade”. Diferentemente do “valor de verdade”, que se baseia na evidência, o “efeito de verdade”, segundo Maingueneau (2009), fundamenta-se na convicção, em se fazer acreditar ser verdadeiro. Esse efeito “surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado

verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo” (p. 49). Como podemos ver, o que está em causa na construção dos slogans “Para o Brasil continuar mudando” (PT) e “O Brasil pode mais” (PSDB) não é a busca de uma verdade em si – que se constrói com base em uma explicação elaborada com ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem –, mas a busca de “credibilidade”, o que determina não só o direito à palavra, mas as condições de validade da palavra emitida. Nesse sentido, o efeito de verdade que se instaura nos slogans políticos não existe fora de um dispositivo enunciativo, cujo propósito é tentar fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e verdade.

Os exemplos valem para refletirmos sobre mais uma característica que marca o slogan, referimo-nos ao fato de que o slogan pode ser adaptado ou ajustado em diversos contextos, ninguém tem propriedade sobre ele. Possenti (2009, p. 136) explica que “paradoxalmente os marqueteiros ‘querem’ que haja plágio, que um slogan seja equivalente ao outro. Por isso, a defesa não se faz pela exposição da diferença, mas com base no caráter anônimo e universal do slogan”. Assim, um slogan já enunciado anteriormente pode ser retomado em um novo contexto e produzir efeitos diferentes, além de retomar fatos já acontecidos que refletiram na história política do país.

Em meio a esse imbróglcio que envolve tantos personagens e troca de farpas entre eles está a figura do leitor/ouvinte/eleitor que precisa invocar a memória discursiva, numa (re)atualização constante de uma espécie de arquivo, social, histórico, discursivo, para buscar, retomar, associar, quer seja consciente ou não, os acontecimentos e escolher o seu representante no governo. Uma escolha que, segundo Possenti (2007, p. 159) pode refletir nossos interesses e sonhos, mas pode também significar que escolhemos um candidato e o elegemos para que possamos nos livrar de nossas responsabilidades, já que é ele, o outro, o responsável pela “coisa pública”. Sendo assim, parece eficaz a afirmativa do autor quando diz: “a memória que permite que esses slogans sejam eficazes e que reúne o conjunto de fatores (ditos e silenciados) que fazem com que votemos irresponsavelmente deve ser mesmo uma memória discursiva e não a de um sujeito de consciência” (op. cit, p. 160). Quem sabe essa também seja uma conclusão cujo eco ressoa justamente no nosso desejo maior: o de não nos sentirmos responsáveis pelo voto que decidimos dar; ora é melhor que a culpa sempre seja do O/outro...

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTOTELES. *Rhétorique*. Trad. M. Dufour. Paris: Les Belles-Lettres, 1967.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. 15 ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARONAS, R. L. Configurações da memória discursiva em slogans políticos. In.: GREGOLIN, M. R. (Org.). *Filigranas do discurso: as vozes da história*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000, p. 69-81.
- _____. Slogan político, poder e identidade: efeito bonsai. In.: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. (Org.). *Mídia e rede de memória*. Vitória da Conquista. Edições Uesb, 2007. p. 161-176.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CAVALCANTE, M. L. Lula usa slogan de Obama para defender Rio 2016. BBC Brasil, 1º de abril de 2009. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/10/090929_lula_coi_dg.shtml. Acesso em 27/07/2010.
- DUCROT, O. *Dizer e não-dizer: princípios de semântica geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.
- LEAL, C. Globo decide suspender comercial acusado de ser pró-Serra. Terra notícias, 19 de abril de 2010. Disponível em: <http://noticias.terra>.

com.br/brasil/noticias/0,,014390138-EI7896,00-Globo+decide+suspend
er+campanha+acusada+de+ser+proSerra.html. Acesso em 27/07/2010.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento?* 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PORTELA, F; PEREIRA, D; BRASIL, S. Hora de fisgar os indecisos. *Revista Veja*. Edição 2178, ano 43, n. 33. São Paulo: Abril, 18 de agosto de 2010, p. 62-68.

POSSENTI, S. Slogans que retomam. In: _____. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009, p. 127-140.

_____. Slogan, polifonia, memória. In: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. (Org.). *Mídia e rede de memória*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p. 147-160.

QUEIROZ, A.; MANHANELLI, C. Breve história dos slogans políticos nas eleições do Brasil republicano. *Revista Signos do consumo*. v. 1. n. 2. São Paulo: PPGCOM/ECA/USP, 2009, p. 101-122.

SARAVESE, M. Dilma e Lula ironizam slogan tucano e prometem campanha dura. UOL notícias, 10/04/2010. Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2010/04/10/dilma-e-lula-ironizam-slogan-tucano-e-prometem-campanha-dura.jhtm>. Acesso em 27/07/2010.

POLÍTICA EDITORIAL

- A Revista (Con)Textos Linguísticos publica artigos inéditos sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores brasileiros e estrangeiros.
- Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão se baseará para decisão final sobre a publicação.
- A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
- Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
- Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
- Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista (Con)Textos Linguísticos, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. O artigo deve ser digitado em Word for Windows, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser Times New Roman, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Entre texto e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc.,

utilizar espaço duplo.

2. Os artigos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
3. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura:
 - Título: centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página.
 - Nome do(s) autor(es): por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).
 - Filiação institucional: em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem a filiação acadêmica, a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
 - Resumo: em português e inglês (abstract) para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
 - Palavras-chave e keywords: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, logo abaixo do resumo.
 - Texto do artigo: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave e keywords, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito e caixa alta, sem numeração e sem adentramento. Os subtítulos obrigatoriamente utilizados (Resumo, Palavras-chave, Abstract, Keywords, Referências) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam

e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.

- Referências: precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
- Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os documentos eletrônicos seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos on line apenas temporariamente disponíveis.
- Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ANBT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.
- No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do site: http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download
- Anexos, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra Anexo, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
- Os artigos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

O artigo (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado para endereço eletrônico contextoslinguisticos@homail.com.br em dois arquivos digitais, em formato Word for Windows (versão 6.0 ou superior), conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo, em uma folha que anteceda o artigo, devem constar os seguintes

dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone, fax e e-mail; formação acadêmica; instituição em que trabalha; especificação da área em que se insere o artigo. No texto somente do segundo arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es).

Serão devolvidos aos autores artigos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS

COMISSÃO EDITORIAL

A/C Ana Cristina Carmelino, Maria da Penha Pereira Lins e Micheline
Mattedi Tomazi

CCHN/ PPGEL – Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 0 XX 4009-2801

e-mail: contextoslinguisticos@hotmail.com